

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**O INSTITUTO DE AÇÃO DA CIDADANIA DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE NO
ASSENTAMENTO UNIDOS DE SANTA BÁRBARA: UM
ESTUDO DE CASO**

VERA MARIA SOARES FICK

FORTALEZA - CEARÁ

Setembro - 2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

VERA MARIA SOARES FICK

**O INSTITUTO DE AÇÃO DA CIDADANIA DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE NO
ASSENTAMENTO UNIDOS DE SANTA BÁRBARA: UM
ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Sociologia como parte dos
requisitos para obtenção do grau de Mestre,
sob orientação do Prof. Dr. Domingos
Sávio Abreu.

Fortaleza - Ceará

Setembro - 2005

VERA MARIA SOARES FICK

**O INSTITUTO DE AÇÃO DA CIDADANIA DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE NO
ASSENTAMENTO UNIDOS DE SANTA BÁRBARA: UM
ESTUDO DE CASO**

Banca examinadora:

Aprovada em 13 de outubro de 2005.

Prof. Dr. Domingos Sávio Abreu

Prof. Dr. César Barreira

Prof^a. Dr^a. Liduína Farias Almeida da Costa

Dedicatória

Em memória de minha mãe, Solange,
meu pai, Sirio e
de meu filho, Marco Túlio Cícero.

Agradecimentos

Quero agradecer, em primeiro lugar, ao meu esposo Marcos, por ser meu companheiro para tudo, há trinta anos nessa vida. Ao meu filho Augusto, por sua disposição em ajudar-me neste trabalho, primeiro, não atrapalhando a realização do mesmo e segundo por seu precioso auxílio na elaboração dos mapas e demais aspectos artísticos que o ilustram.

Ao meu orientador prof. Domingos Sávio Abreu, agradeço por sua dedicação ao acompanhar a pesquisa que resultou nesta dissertação, inclusive com visitas a campo, não desistindo de acompanhar meu trabalho neste período e por toda a paciência demonstrada em aguardar o amadurecimento de minhas idéias.

À prof^a. Liduína Farias Almeida da Costa, minha querida orientadora de vida, por ser a principal responsável por minha formação como assistente social e como socióloga, por seu apoio incondicional em meu percurso acadêmico, a quem, aqui e ali, estou sempre recorrendo na busca de auxílio para trilhar este caminho.

Devo dizer que esta dissertação é reflexo do trabalho de algumas pessoas que contribuíram para o meu aprimoramento e para o meu despertar para as Ciências Sociais e, principalmente, para a Sociologia. Aos professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia, agradeço especialmente aos professores César Barreira, Maria Neyára Oliveira de Araújo, Daniel Soares Lins, Irllys de Alencar Firmo Barreira e Maria Auxiliadora de Abreu Lima Lemenhe.

Esta dissertação contou com o apoio carinhoso de minhas irmãs Regina, Elenice, Nereida, meu irmão Renato e sua esposa Bete, além de muitos amigos e colegas que se dispuseram a conversar comigo sobre o tema deste estudo.

Às pessoas do Assentamento Unidos de Santa Bárbara agradeço especialmente por me permitirem observar seu dia a dia e indagar sobre sua história, possibilitando a coleta de dados para esta pesquisa. Da mesma forma agradeço ao pessoal do Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste por sua importante colaboração.

Outras pessoas não foram menos importantes e merecem um agradecimento carinhoso, peço desculpas pela impossibilidade de citá-las todas aqui. Porém, não poderia esquecer das instituições que colaboraram para a viabilização desta dissertação.

Agradeço a CAPES, pela bolsa de estudos e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, por contribuir com minha formação, admitindo-me como aluna.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I.....	21
O INSTITUTO DE AÇÃO DA CIDADANIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE	21
1.1 O CAMPO DISCURSIVO DO TERCEIRO SETOR	21
1.2 A CULTURA DA CRISE NO BRASIL E AS SOLUÇÕES APONTADAS PELO TERCEIRO SETOR	24
1.3 AS ONG'S NO BRASIL – UM BREVE PANORAMA	25
1.4 A TRAJETÓRIA DO INSTITUTO DE AÇÃO DA CIDADANIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE	28
1.5 A ARTICULAÇÃO DO INSTITUTO DE CIDADANIA COM O MOVIMENTO AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A MISÉRIA E PELA VIDA	30
1.6 A PROPOSTA DE TRABALHO DO INSTITUTO DE CIDADANIA	31
1.7 METODOLOGIA DE AÇÃO.....	32
1.8 A COORDENAÇÃO DO INSTITUTO DE CIDADANIA.....	33
1.9 AS COMUNIDADES.....	35
1.9.1 Tigipió.....	35
<i>Refletindo sobre Tigipió e Borges</i>	39
1.9.2 Feijão Manso	41
1.9.3 Carneiro	42
CAPÍTULO II.....	46
O ASSENTAMENTO UNIDOS DE SANTA BÁRBARA.....	46
2.1 REFORMA AGRÁRIA – UM BREVE PANORAMA	46
2.2 A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS E A REFORMA AGRÁRIA	47
2.3 REFLEXÕES SOBRE O TERMO "ASSENTADO"	49
2.4 A CONSTITUIÇÃO DO ASSENTAMENTO UNIDOS DE SANTA BÁRBARA.....	53
2.5 OS ASSENTADOS DE SANTA BÁRBARA E A REFORMA AGRÁRIA	55
2.6 O ASSENTAMENTO E AS MEDIAÇÕES	61
CAPÍTULO III.....	70
O TRABALHO DO INSTITUTO DE CIDADANIA NO ASSENTAMENTO UNIDOS DE SANTA BÁRBARA.....	70
3.1 BREVE HISTÓRICO DA AÇÃO DO INSTITUTO NO ASSENTAMENTO.....	70
3.2 INTERPRETANDO O FIM DE UMA AÇÃO FILANTRÓPICA.....	73
3.2.1 <i>Projetos do Instituto: um projeto de mulher?</i>	73
3.2.2 <i>Um pequeno parceiro entre gigantes</i>	76
3.2.3 <i>Doações “beiju de caco”</i>	78
3.3 <i>O trabalho do Instituto na visão de quem o planeja e na visão de quem o executa</i>	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90
ANEXOS	

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS¹

FOTO 1 RUA PRINCIPAL DO ASSENTAMENTO	54
FOTO 2 O TRABALHO COM PISCICULTURA	54
FOTO 3 O TRABALHO COM A CRIAÇÃO DE GADO	56
FOTO 4 O TRABALHO NA CASA DE FARINHA	57
FOTO 5 GARAGEM DE VEÍCULOS DO ASSENTAMENTO.....	58
FOTO 6 PAUSA PARA BRINCAR NA HORA DO RECREIO	59
FOTO 7 QUADRA DE ESPORTES, TAMBÉM UTILIZADA NAS AULAS DE CAPOEIRA E PARA SECAGEM DE SEMENTES.	60

¹ Todas as fotografias aqui exibidas são de autoria de José Lima Castro Júnior, que gentilmente cedeu-as para compor o presente trabalho.

LISTA DE SIGLAS

ACAUSB - Associação Comunitária dos (as) Assentados (as) Unidos de Santa Bárbara

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BN - Banco do Nordeste

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAMED - Caixa de Assistência Médica dos Funcionários do Banco do Nordeste

CAPINE - Companhia Agropecuária Industrial do Nordeste

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCA - Cooperativa Central dos Assentamentos

CCA-CE - Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária do Estado do Ceará

CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

COPASAT - Cooperativa de Prestação de Serviço e Assistência Técnica

COPASB - Cooperativa de Produção Agrícola do P. A. Santa Bárbara

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará

FECOP - Fundo Estadual de Combate à Pobreza

FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDACE - Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - antigo IPLANCE

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEAF - Ministério Extraordinário de Política Fundiária

MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG - Organização Não Governamental

OSCIP - Organização Social Civil de Interesse Público

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SCA - Sistema de Cooperação dos Assentados

SEAGRI - Secretaria da Agricultura e Pecuária do Ceará

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UECE - Universidade Estadual do Ceará

UFC - Universidade Federal do Ceará

"(...) O pessoal do interior do estado vinha para Fortaleza em busca de condições melhores de vida e não encontrava. A Prefeitura levava de volta o cidadão e ele ficava lá, sozinho no meio da caatinga, sem ver ninguém, então vinha pra cidade como uma forma de encontrar apoio. Passamos a trabalhar com as comunidades, para fortalecê-las. Distribuição de cestas não adiantava, pois enquanto ele tivesse comida ele estava comendo, mas não estava se relacionando. Só não estaria morrendo de fome. Estaria vivendo como uma planta, que, se alguém deixasse de molhar, morria. Começamos comprando ferramentas, facão, enxada, foice, recuperamos alguns açudes, ajudando no que fosse possível, nessa parte de estrutura. Saímos da assistência para criar renda. Algumas comunidades era PIB zero. Não tinham roupa, filhos magros, nem rede no barraco. Teve uma, que apareceu no jornal, num quadro de seca. Mostraram a mulher com o filho no colo, magrinho, tão pequenino, tão sequinho, parecia um lagartinho. Hoje é uma comunidade, que é pra você ver. É uma cidade, diferente do que era "(M. membro do Instituto de Cidadania)".

Introdução

Ao longo da história o Estado brasileiro adotou diferentes estratégias na condução das questões relacionadas ao desenvolvimento econômico da Região Nordeste. A criação, em 1909, do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), antiga Inspeção de Obras Contra as Secas, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), em 1945, do Banco do Nordeste, em 1952, e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, são exemplos destas ações, implementadas até meados do século passado.

Nas últimas décadas, as ações do governo federal na região têm priorizado grupos já favorecidos, ou setores de atividades considerados dinâmicos e competitivos, ao mesmo tempo em que têm propiciado um invólucro de desenvolvimento industrial sustentado, sobretudo, pela renúncia fiscal e, muitas vezes, movido pela força de trabalhadores submetidos a novas formas de exploração e de controle do trabalho.

A precariedade das condições de vida dos trabalhadores nordestinos permanece e revela-se no menor índice de expectativa de vida ao nascer, na maior taxa de mortalidade infantil, no maior índice de analfabetismo do país e na ausência de uma política regional voltada para melhor distribuição de renda. Além disso, cerca de onze milhões de trabalhadores da zona rural e moradores da periferia de cidades interioranas, que sobrevivem do trabalho agrícola, ainda "dependem de chuvas", a despeito de toda a tecnologia existente no mundo em pleno século XXI.

Ao examinarmos os índices de desenvolvimento humano e os níveis da renda *per capita* da Região, nos últimos dez anos, podemos concluir que o incentivo à instalação de indústrias ou à exportação de mercadorias tem priorizado, principalmente, a geração de superávit na balança comercial, sendo inexpressivos seus reflexos nas condições de vida da população pobre, que tem sido atendida pelo poder público através de programas sociais focalistas, de cunho compensatório, tais como bolsa-renda, bolsa-alimentação, bolsa-escola, vale-gás etc.

Sob a égide do pensamento neoliberal, que tem permeado as ações do governo durante a década de 90 e primeiros anos da década seguinte, a intervenção planejada do Estado via políticas sociais tem sido substituída pela responsabilização da sociedade. O Estado tem se ausentado da responsabilidade de gestor público da força de trabalho e do subproduto social, passando a convocar a sociedade a contribuir para a amenização dos problemas, com um discurso de solidariedade e voluntariado.

Examinando as formas de participação social na sociedade brasileira nos anos 90 podemos constatar a presença, no cenário nacional, de diversas manifestações concretas dos movimentos sociais articulados em torno das demandas da população. Dois deles, ainda estão em atividade nos dias atuais, e pelo fato de, direta ou indiretamente, apresentarem alguma relação com o objetivo desta pesquisa aparecem compondo a análise que pretendo realizar no presente trabalho. São os movimentos *Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida* e *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST*.

O Movimento Ação da Cidadania surgiu em 1993 como um movimento da sociedade civil, organizado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e originou uma campanha de combate à situação de miséria que, segundo o Mapa da Fome divulgado à época pelo IPEA, atingia aproximadamente 32 milhões de pessoas em todo o país. Atendendo a uma recomendação do então presidente da República Itamar Franco várias instituições federais aderiram ao movimento através da criação de comitês instalados nos locais de trabalho.

No Banco do Nordeste, a adesão ao movimento Ação da Cidadania resultou na formação de dois comitês: o Comitê de Ação da Cidadania do Banco do Nordeste do Brasil e o Comitê de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste, sendo que este último deu origem, em 1996, ao *Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste*.

No início, as ações do grupo de funcionários eram de cunho predominantemente assistencialista, como a distribuição de cestas de alimentos, roupas e brinquedos às comunidades carentes, com produtos adquiridos através de shows beneficentes, doações de empresas e recursos arrecadados entre os servidores, caracterizando o que Maria da Glória Gohn (2003) identifica como o primeiro dos ciclos iniciais que pautaram as ações do movimento Ação da Cidadania, até 1994, "de cunho doativo/caritativo", e que passariam, em um segundo momento, para a promoção da geração de empregos.

Acompanhando as diretrizes da Ação, a partir de 1994, o Comitê de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste mudou sua linha de atuação e, em 1996, transformou-se no Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste, que tem como proposta de trabalho, segundo *Histórico da Instituição* (2001), "apoiar comunidades rurais na formulação e implantação de projetos de geração de trabalho e renda, capacitação e apoio a projetos estruturais e ações pedagógicas voltadas à promoção da saúde, higiene, assistência social, educação e cultura". Além disso, propõe auxiliar as comunidades no processo de regulamentação de documentos necessários à efetivação dos projetos das associações comunitárias, além de apoiar financeiramente a implementação de projetos experimentais, de baixo custo. Entre 2000 e 2001, quatorze comunidades² do interior do Estado foram atendidas pela entidade.

Dentre as comunidades priorizei para análise o trabalho realizado pelo Instituto de Cidadania junto ao Assentamento Unidos de Santa Bárbara, entre os anos de 2000 e 2001. Neste período os membros do Instituto realizaram visitas periódicas, às vezes semanais, a este assentamento rural, localizado no Distrito de Sítios Novos no Município de Caucaia – CE, promovendo a realização de cursos de pequena duração e seminários de capacitação, além de implantar, em parceria com os membros do Assentamento dois projetos voltados à geração de trabalho e renda e segurança alimentar - Projetos de Galinha Caipira e Caprinocultura.

As atividades do Instituto de Cidadania no Assentamento encerraram-se ao final do ano de 2001, após a realização de uma reunião de avaliação das ações realizadas durante o ano. Pelo fato de, nesta reunião, alguns membros da comunidade terem apontado diversas críticas relacionadas ao trabalho do Instituto, este, através da decisão de sua coordenação e demais membros da equipe, encerrou as atividades junto ao Assentamento Unidos de Santa Bárbara a partir de então.

À época, eu realizava estágio curricular do Curso de Serviço Social junto ao Instituto de Cidadania e participei da reunião na qual se decidiu pelo encerramento do trabalho junto àquela comunidade. Pude observar, na ocasião, alguns dos motivos que

² Nos municípios de Canindé, foram atendidas as comunidades de *Fé na Luta*, *Todos os Santos*, *Riacho do Garrote* e *Nova Conquista*. Em Aracoiaba, a comunidade de *Tigipió*. Em Caucaia, a comunidade de *Unidos de Santa Bárbara*, e em Aratuba, as comunidades de *Carneiro* e *Limão*. Em Eusébio, a comunidade de *Coité*, em Palhano, a comunidade de *Feijão Manso* e, em Itapiúna, a comunidade de *Massapê*. No município de Ocara as comunidades atendidas foram; *Nova Esperança* e *Sete de Setembro* e em Itaiçaba, a comunidade de *Tabuleiro do Luna*. (Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste, *Projetos e ações*, 2001).

influenciaram a decisão do grupo, tais como: 1) o Instituto de Cidadania não dispunha de um volume de recursos suficiente para aplicar nos projetos em relação ao número de comunidades (14) que atendia na ocasião. 2) Nenhuma das demais comunidades havia sido beneficiária, durante o ano de 2001, com a quantidade de recursos alocados na implantação de projetos, cursos ou seminários de capacitação como Santa Bárbara o fora. 3) Uma vez que os membros do Assentamento não estavam satisfeitos com o trabalho dos membros do Instituto todos consideraram natural que o Instituto de Cidadania procurasse direcionar seus projetos a outras comunidades que, certamente, apreciariam o trabalho da entidade.

Porém, sempre me intrigou a atitude dos membros da Comunidade haverem reclamado do trabalho do Instituto. O que levaria as pessoas a criticar um trabalho que consiste basicamente na implantação, sem custos, de projetos voltados à geração de trabalho e renda - ações que, segundo se propunha o Instituto, visariam a diminuição da pobreza da população rural e com o qual, a meu ver, à época³, só teriam a lucrar?

Eu participara de reuniões de avaliação em outras comunidades onde, em algumas, o trabalho do Instituto durante o ano não passara de alguns cursos de crochê e oficinas pedagógicas e, mesmo assim, os membros destas não reclamavam, pelo contrário, achavam "tudo ótimo", avaliando positivamente o trabalho mesmo que este se resumisse apenas a algumas visitas de caráter esporádico. Por que esta o fazia?

Neste sentido, a pesquisa aqui proposta tem o objetivo de examinar o trabalho do Instituto de Cidadania junto à Comunidade Unidos de Santa Bárbara no período compreendido entre os anos 2000 e 2001, buscando perceber as representações que os membros da comunidade tinham sobre este trabalho, o modo como o mesmo transcorreu e os acontecimentos que contribuíram para seu desfecho.

O estudo foi realizado procurando analisar em que medida as ações fundamentadas em princípios de solidariedade e relações permeadas pela lógica da dádiva se combinam às ações relativas à assistência técnica que os assentados têm direito, mas também, obrigação de aceitar como parte das políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária, avaliando estas questões a partir da dádiva e da economia dos bens simbólicos.

³ Durante o estágio no Instituto de Cidadania realizei uma pesquisa com membros da instituição buscando investigar quais as representações simbólicas da pobreza que tinham, a partir de suas experiências de trabalho junto às comunidades rurais. As conclusões da referida pesquisa resultaram em minha monografia de graduação do Curso de Serviço Social, intitulada "*Ações sobre a pobreza Rural no Ceará: experiências e significados*" – UECE, Fortaleza, 2002.

Partindo do interesse de uma entidade como o Banco do Nordeste em incentivar o trabalho voluntário de seus funcionários, baseado em ações permeadas em assistencialismo e calcado em um discurso baseado em solidariedade, busco compreender em que medida a própria situação de pobreza representaria ou não algo que vem sendo explorado em uma espécie de economia de oferendas, (BOURDIEU, 1996:185) entre as instituições que trabalham no atendimento às populações pobres e a sua clientela.

O trabalho das ONG's tem representado, para as populações pobres, uma das principais vias pela qual a sobrevivência é garantida, porém, nesta relação via de regra, ocorre a transmutação do direito em caridade ou em favor, que revela uma prática extraordinariamente perversa cuja lógica se funda na ética da dádiva, na qual o doador é identificado como um benfeitor e o assistido vincula-se a ele, em uma relação de gratidão, senão eterna, pelo menos muito duradoura.

O que se estabelece não é uma relação de direito social, mas uma relação de tutela e subalternidade em que aquele que é atendido se sente devedor àquele que doou com tanta benevolência a cesta de alimento, a rede, a geladeira, o brinquedo no Natal ou a bomba para puxar a água. Todavia, devido ao grau de desproteção em que se encontram estas populações as ONGs tornam-se às vezes a única alternativa de apoio possível em determinados momentos.

Com a finalidade de obter as informações necessárias para a realização desta pesquisa foi feito o levantamento e a leitura crítica do referencial bibliográfico incluindo os seguintes temas: Terceiro Setor, desenvolvimento regional, Reforma Agrária, assentamentos rurais, o paradigma do dom e as trocas simbólicas, bem como as metodologias utilizadas nas ciências sociais para a realização de trabalho de campo.

Com base nesse estudo, verifiquei que a abordagem metodológica característica do estudo de caso seria a mais apropriada para a análise do trabalho do Instituto de Cidadania junto à Comunidade Unidos de Santa Bárbara. Assim, o período de estágio no Instituto durante o qual realizei a pesquisa na qualidade de observadora participante foi deveras enriquecedor, uma vez que me permitiu compartilhar os aspectos subjetivos das ações do grupo observado junto às demais comunidades para melhor captar o sentido destas ações.

Tereza Maria Frota Haguette, (1999) analisando algumas concepções sobre a utilização da observação participante como método de coleta de dados na pesquisa social

cita, em sua análise, a definição de A. Cicourel (1969) para quem observação participante é:

[...] um processo no qual a presença do observador numa situação social é mantida para fins de investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados e, em participando com eles em seu ambiente natural de vida, coleta dados. Logo, o observador é parte do contexto sendo observado no qual ele ao mesmo tempo modifica e é modificado por este contexto. O papel do observador participante pode ser tanto formal como informal, encoberto ou revelado, o observador pode dispensar muito ou pouco tempo na situação da pesquisa; o papel do observador participante pode ser uma parte integrante da estrutura social, ou ser simplesmente periférica com relação a ela. (CICOUREL, apud. HAGUETTE, 1999:71)

Utilizando entrevistas semi-estruturadas coletei dados importantes tanto para a reconstituição da história do Assentamento Unidos de Santa Bárbara, a trajetória de vida de seus membros como para a compreensão do trabalho das pessoas à frente do Instituto de Cidadania. Acredito que este conjunto metodológico me permitiu observar o encontro destes atores e analisá-lo à luz do referencial teórico escolhido. Dentro da opção de análise desta pesquisa, pude pensar sobre diversas questões como, por exemplo, a construção social da memória e os processos de elaboração simbólica do espaço regional; sistemas classificatórios, estigma e identidade social.

Visando obter informações a respeito do perfil das famílias participantes dos projetos do Instituto de Cidadania bem como para a caracterização da comunidade local foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas. Estas entrevistas foram direcionadas para a obtenção dos seguintes dados: idade, sexo, local de origem, profissão e renda, bens móveis do grupo familiar, condições da moradia, projetos em que participou, além de aspectos subjetivos, tais como: a percepção sobre quem realizava o trabalho junto à comunidade, se o Instituto de Cidadania ou o Banco do Nordeste; opinião sobre o que é ser pobre buscando perceber se como tal se consideravam e que planos tinham para o futuro, entre outros aspectos que eram convidados a avaliar em relação às condições de vida no Assentamento Santa Bárbara.

As informações obtidas junto aos membros do Instituto de Cidadania foram coletadas através de entrevistas direcionadas com o intuito de obter os seguintes dados: a função que cada um desempenha junto ao Instituto de Cidadania e o porquê da realização deste trabalho; a concepção pessoal de pobreza; os critérios utilizados na escolha das

comunidades para a implantação de projetos e a opinião pessoal sobre a pobreza na Região Nordeste.

Assim, os dados obtidos com a aplicação do conjunto metodológico descrito foram analisados qualitativa e/ou quantitativamente de forma a possibilitar a percepção da relação comunidade /ONG, buscando perceber ainda os vínculos que se estabelecem com os demais atores presentes no dia-a-dia da comunidade em questão.

A opção metodológica por um estudo de caso, apesar de sugerir um sentido de limitação no que se refere à representatividade dos dados inventariados, apresenta a vantagem de oferecer possibilidades de aprofundamento na complexidade das relações que se estabelecem entre os distintos atores sociais. Procurando focalizar o caso escolhido como um todo, pretendi perceber os detalhes, as circunstâncias específicas e a multiplicidade de dimensões que permitem a emergência das contradições entre os diferentes aspectos presentes numa dada situação social recortada no tempo e no espaço, buscando, através da utilização deste método de análise, levantar questões que pudessem servir como ponto de partida em futuras comparações com outras situações semelhantes, contribuindo, assim para o desenvolvimento de novas idéias, novos significados e novas compreensões sobre as práticas.

Em síntese, o percurso metodológico constituiu-se de pesquisa em fontes secundárias e primárias destinada a reconstruir a história do Instituto de Cidadania, e do Assentamento Unidos de Santa Bárbara situando suas origens e trajetórias, procurando identificar a dinâmica interna do processo de organização social e produtiva de uma ONG e de um assentamento de reforma agrária, estudando-os enquanto espaço de relações sociais, rico de situações, impasses e enfrentamentos, tanto internamente, como em contato com os agentes externos.

Foram realizadas, entre os anos de 2001 e 2004, quinze entrevistas com membros da Comunidade (tendo sido utilizado como critério de seleção para composição da amostra a participação dos entrevistados em projetos do Instituto de Cidadania) e cinco com membros do Instituto de Cidadania (priorizando entre estes, os que visitaram regularmente o Assentamento Unidos de Santa Bárbara, no período em questão).

A pesquisa em fontes primárias realizou-se em duas etapas distintas. Primeiramente através de observação participante, durante estágio realizado no ano de 2001 no Instituto de Ação da Cidadania, e nas comunidades atendidas pela instituição,

sendo que as entrevistas realizadas nesta etapa foram gravadas e as anotações da pesquisa foram registradas em um caderno de campo. Posteriormente, entre o final do ano de 2003 e primeiro trimestre de 2004 foram realizadas as demais entrevistas com os trabalhadores rurais, que aconteceram em suas casas ou em locais indicados pelos entrevistados como a creche, a casa de farinha, ou a sede do balneário do Assentamento Unidos de Santa Bárbara, envolvendo na maioria das vezes toda a família e, em diversos casos, outros trabalhadores rurais que trabalhavam próximo ao entrevistado ou se aproximavam em função da presença de uma pessoa estranha no local.

As entrevistas duraram, em média, entre uma e duas horas e a maioria delas foi marcada com antecipação. As informações coletadas foram registradas em formulários com questões semi-estruturadas e o diálogo durante as entrevistas deu-se de maneira cordial, e informal. Embora eu houvesse planejado o uso de gravador para o registro das entrevistas no Assentamento, desisti, após a resistência manifestada nas entrevistas iniciais em relação à utilização deste instrumento de coleta de dados. Todos alegavam estarem cansados de participar de entrevistas com o uso de gravador, pois já haviam participado de várias em pesquisas anteriores. As anotações foram então realizadas nos próprios formulários e também num caderno de campo.

Para a coleta de dados em fontes secundárias utilizei, além da bibliografia pertinente requerida para fundamentação do estudo, também a consulta a outras pesquisas realizadas em período recente no assentamento⁴. A consulta à documentação institucional, tanto do Instituto de Ação da Cidadania, como do Assentamento Unidos de Santa Bárbara, foi fundamental para compreender aspectos únicos que se apresentam no âmbito dos distintos contextos e da experiência subjetiva resultante do encontro dessas duas realidades, possibilitando perceber o que de relativo, de único e de singular ocorre em cada uma delas.

Desta forma, o estudo de caso possibilitou o exame às ações desenvolvendo-se numa situação natural, ricas em significados e ocorrendo em um plano aberto e flexível.

⁴ Maria das Dores Ayres Feitosa: dissertação de Mestrado em Educação Brasileira pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE, intitulada: *Participação: Ainda Uma Trilha na Reforma Agrária do Ceará* - estudo de caso no Assentamento Santa Bárbara. 2002. Nejme Nogueira Costa: dissertação de Mestrado em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, intitulada "*Reforma Agrária*" no Ceará: *acertos e (des)acertos na relação entre os saberes de assentados e técnicos – o caso Santa Bárbara*, UFC. Fortaleza, 2002. José Lima Castro Júnior: tese de doutorado em Educação Brasileira, da UFC, intitulada *Educação Popular, Movimentos Sociais e Territórios: construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* – Fortaleza, 2005.

Focalizar a realidade de forma complexa e contextualizada, como é a proposta desta pesquisa, tornou possível aproximar-me do meio em que ocorreu o fenômeno em estudo, de forma singular, colocando-me em contato direto com as mais diversas variáveis intervenientes no objeto da pesquisa.

Buscando entender um fenômeno social tão complexo que resulta do encontro dos integrantes de uma ONG, que durante certo período de tempo, mobiliza-se em torno de um projeto de ação que tem a pretensão de modificar a realidade das pessoas que vivem e trabalham em um assentamento rural de Reforma Agrária com a finalidade de "melhorar", de um ou de outro modo, a vida daquelas pessoas, demanda a necessidade de se utilizar a estratégia de pesquisa que me pareceu ser a mais adequada às questões, objetivos e finalidades deste estudo: o estudo de caso.

As categorias de análise foram definidas no decorrer da pesquisa. À medida que colhia os depoimentos, procurava levantar e organizar as informações relativas ao objeto da investigação e, assim, o material de análise foi tornando-se cada vez mais consistente e denso. Quando pude identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios em comum, que apontavam indícios de haver atingido o ponto de saturação na coleta de dados procurei identificar as categorias de análise que me permitissem vislumbrar as visões de mundo do universo em questão.

Desta forma, o material coletado foi lido, com a finalidade de encontrar aquilo que parecia ser o mais significativo dentre as respostas das entrevistas, explorando-se também as diferenças percebidas entre as falas. As partes significativas foram agrupadas em temas ou perspectivas de investigação, escolhidas a partir de categorias de análise concernentes ao referencial teórico, sendo elas: pobreza, dádiva em contraposição a direitos, gênero e trabalho voluntário.

Optando por estruturar o presente trabalho em apenas três capítulos, no primeiro deles, procurei demonstrar o surgimento do discurso sobre o Terceiro Setor em meio a uma cultura de crise que se instalou no país nas últimas décadas, a emergência das ONGs nesse contexto e a trajetória do Instituto de Ação da Cidadania.

No segundo capítulo procurei contextualizar a política de Assentamentos e a Reforma Agrária, bem como a constituição do Assentamento Unidos de Santa Bárbara, enquanto que no terceiro capítulo procuro mostrar como aconteceu o trabalho do Instituto

de Cidadania no Assentamento, contato inicial, a avaliação e o encerramento das atividades.

Nas considerações finais procuro responder aos questionamentos postos à pesquisa esperando ter contribuído para a reflexão acerca das práticas que acontecem, supostamente, sob a lógica da dádiva.

CAPÍTULO I

O INSTITUTO DE AÇÃO DA CIDADANIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE

1.1 O campo discursivo do Terceiro Setor

O Instituto de Ação da Cidadania surge em meio a uma cultura de crise, nos termos analisados por Fernandes (2000) (adiante), momento em que a proteção social, onde se inclui a política social estava sendo fortemente atacada pelo ajuste neoliberal, através do argumento de que a minimização da ação do Estado seria condição necessária para superar a crise fiscal pela qual o país estava passando.

Coincidentemente, desde o início dos anos 90 assistimos ao surgimento de inúmeras ações ligadas ao que se convencionou chamar de “responsabilidade social da empresa” ou “filantropia empresarial” que, segundo Alves (2002), tanto pode ser definido como um conjunto de estratégias de marketing para melhorar a imagem das empresas junto à sociedade como um movimento que procuraria garantir às empresas, por meio de seus agentes designados, maior poder para influenciar a formulação de políticas públicas ou a definição das agendas políticas da sociedade. E, neste sentido, o papel da mídia teria destaque fundamental.

Nas análises sobre o Terceiro Setor e as inserções sobre termos ligados ao tema na mídia, Alves aponta a recorrência da associação ONGs -Terceiro Setor, como termos equivalentes, o que demonstraria que o termo ONG estaria sofrendo progressiva diluição na categoria maior, além de considerar como bastante provável que o fato de o ano de 2001 ter sido instituído pela ONU como o “Ano Mundial do Voluntariado” explique o alto número de ocorrências do termo na mídia, naquele ano.

O autor aponta também para o alto número de ocorrências sobre o tema Políticas Públicas e Terceiro Setor no período 1999-2001, coincidentemente, na época em

que passou a vigorar a lei das OSCIP – Organizações Sociais Civis de Interesse Público⁵, cuja grande novidade era o Termo de Parceria. No mesmo período, também o tema do Emprego foi muito citado, refletindo um período no qual foram extintos vários postos de trabalho, tanto como resultado dos processos de privatização das empresas estatais, como também do movimento de fusões e aquisições de empresas ou do desaparecimento de diversos setores, principalmente em escala local. Ou seja, segundo o autor, o Terceiro Setor apareceria também associado a um discurso que dava esperanças de mudança de vida e de garantia de um novo campo profissional.

As reflexões do autor foram feitas com base no levantamento de inserções de determinados assuntos ligados ao Terceiro Setor publicados no jornal Folha de São Paulo, e trazem elementos importantes para que se perceba o modo como se constituem as formações discursivas do campo discursivo do Terceiro Setor.

Estaria ocorrendo, segundo Alves, uma apropriação semântica do discurso do Terceiro Setor por parte da elite brasileira: seus empresários e os dirigentes de empresas. Pelo fato de o Terceiro Setor constituir-se em um campo em que os empresários ocupam uma posição hegemônica os significados discursivos relativos a essa matéria representam importante fonte de capital simbólico para os empresários legitimarem sua posição de poder.

O autor aponta para algumas formações discursivas presentes em algumas das matérias analisadas naquele levantamento, destacando alguns elementos ideológicos importantes que aparecem no discurso do Terceiro Setor, tais como: *Estado ineficiente X Terceiro Setor eficiente; o Terceiro Setor como campo de oportunidades de trabalho; e "Inclusão" social no sentido de estar na moda quem domina o assunto Terceiro Setor.*

Alguns teóricos do campo acadêmico, segundo Alves, imputam a emergência do Terceiro Setor nos anos 80 e 90, entre outros fatores, à crise do Estado de Bem-Estar

⁵ A Lei 9790 de 1999 - Lei das OSCIP - dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria. Segundo essa lei podem assim qualificar-se as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que seus respectivos objetivos sociais e normas estatutárias contemplem pelo menos uma das seguintes finalidades: a promoção da assistência social; promoção da cultura; defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita da educação; promoção gratuita da saúde; promoção da segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; promoção do voluntariado; promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, entre outras finalidades. (Legislação Federal disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9790.htm)

Social. No Brasil, essa crise se traduziu no discurso pela ineficiência do Estado na área social, sendo que uma das raízes da ineficiência seria atribuída ao intervencionismo do Estado brasileiro.

Entre os exemplos de artigos citados pelo autor percebe-se a contraposição de uma tradição de “intervenção” e “paternalismo” à emergência de um Terceiro Setor que seria capaz de promover a cidadania, além de qualificá-lo como mais eficiente que o Estado no investimento social.

E, por fim, há um exemplo de 1996, cujo trecho da entrevista citada por Alves, em que o articulista Gilson Schwartz defendia a “privatização da reforma agrária” e apontava o amparo técnico aos assentados como um dos problemas, a qual julgo oportuno reproduzir a seguir, por refletir o pensamento corrente à época do trabalho do Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste junto à comunidade do Assentamento Unidos de Santa Bárbara e com seus projetos de ação junto à população rural. Diz o trecho da entrevista

No passado, esse apoio foi monopólio do governo. Agora, a idéia é abrir espaço para organizações não-governamentais (ONGs), cooperativas, associações de profissionais liberais e empresas privadas credenciadas pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). É uma proposta nova, de envolver o "terceiro setor" na reforma agrária e de fato "privatizar" parte da reforma agrária, que conta com a simpatia de técnicos do próprio ministério (SCHWARTZ, 1996, p. 2-14).

Alves procura mostrar que o “Terceiro Setor”, mais do que uma categoria técnica da economia é um discurso. Apresentado como um novo agente na promoção do desenvolvimento econômico e social do país, o Terceiro Setor é “panacéia” para os problemas sociais do país. Além de ter se tornado objeto de política de governo, através de programas como Comunidade Solidária liderou um processo de consolidação de um novo marco legal para as organizações do Terceiro Setor possibilitando a parceria entre Estado e Sociedade Civil, e culminou com a promulgação da Lei 9790/99, que instituiu a figura jurídica das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, conforme já mencionado.

Concordando com Alves, para quem o discurso sobre o Terceiro Setor é promovido pelos representantes dos interesses das empresas e das entidades ligadas às empresas que atuam no Brasil também penso que o domínio desse campo discursivo resultou em formações discursivas que procuram caracterizar todo o universo das

organizações não-lucrativas e não-estatais a partir de dois elementos básicos: a prestação de serviços públicos e a substituição do Estado nessa mesma atividade.

Porém, na minha concepção, por motivos diversos ou, "fazer alguma coisa pelo outro", muitas organizações lançam-se em projetos sem proceder a um estudo mais aprofundado em relação ao impacto que a realização ou o simples abandono de tais projetos antes da conclusão dos mesmos irão representar na vida das pessoas. A partir da nomeação do outro como pobre elaboram-se projetos com o objetivo de tirá-lo de sua condição de necessitado, e que têm obrigação de dar certo e, quando isso não acontece simplesmente retiram-se de cena sem a preocupação com o futuro das populações envolvidas. As conseqüências sobre a intervenção ou a não-intervenção dessas organizações na vida das pessoas pode ser algo bom ou não. Depende de como se desenrola a vida das pessoas no futuro, a partir desse encontro.

1.2 A cultura da crise no Brasil e as soluções apontadas pelo Terceiro Setor

Ana Elizabete da Mota Fernandes (2000) aponta para a emergência no cenário político nacional de uma certa cultura da crise, que teria se instalado a partir dos anos 80. Ao mesmo tempo em que o país vivenciava um processo de democratização política, superando o regime ditatorial instaurado em 1964, também experimentou uma profunda crise econômica que persiste até os dias atuais e cuja discussão ficou marcada por um balanço econômico da *década perdida* revelando a estagnação da economia e o agravamento das condições de vida da população brasileira.

O discurso das principais lideranças políticas para o enfrentamento da crise, à época, segundo Fernandes pautou-se principalmente em torno de assuntos como *a retomada do crescimento econômico, a inserção do Brasil na economia internacional e a redefinição do papel do Estado*, com as esquerdas propondo a formação de alianças políticas na busca da solução para a crise com um discurso de caráter indiferenciado, passando a idéia de como a crise afeta igualmente toda a sociedade a luta pela recuperação econômica do país beneficiaria a todos.

Para a autora,

Ao obliterar os elementos qualificadores de uma visão crítica da crise, os setores vinculados à esquerda terminam por endossar uma

referência jornalística da crise, equalizando formulações e problemáticas que possuem gêneses distintas. Sob a égide da crise, estão sendo tratadas questões como o solapamento do projeto socialista, o papel do Estado na regulação econômica e, até mesmo, questões como o pagamento da dívida externa, o aumento do déficit público, a fome, o desemprego e a corrupção. (...) o discurso da crise, ou sobre a crise, é formador de uma cultura política que procura negar os referenciais teóricos, políticos e ideológicos que permitiam (...) identificar propostas e práticas diferenciadas por parte das classes trabalhadoras e capitalistas acerca da situação social e econômica do país. (FERNANDES, 2000:101).

Segundo Fernandes, a natureza policlassista dos movimentos sociais surgidos na década de 90, como as campanhas em *favor da cidadania contra a fome, e pela ética na política, etc.*, de certa maneira refletiriam essa tendência, pois seriam "construídos sob a batuta de um suposto interesse geral da sociedade em denunciar a barbárie social brasileira." Tais movimentos incorporariam ainda, em larga medida, segundo a autora, um discurso salvacionista, de natureza transclassista, definindo-se como suprapartidários, suprapolíticos e supraideológicos, porém, na prática proporião "uma aliança de classes, amparados na ideologia da solidariedade entre classes antagônicas, no primado da ética e no distributivismo dos excessos" (ibidem: 102).

Assim como Alves, Fernandes aponta a proliferação das organizações não-governamentais (ONG's) como outra referência no campo das práticas emergentes que também estariam fomentando a cultura das iniciativas autônomas, por fora das instituições governamentais, "construindo uma antinomia entre eficácia pública e eficácia privada; em certa medida surgem no cenário político e cultural, ao lado da também revalorizada rede de atividades filantrópicas, a revalorização do privado, do voluntarismo político e do apoliticismo." (ibidem: 102).

1.3 As ONG's no Brasil – um breve panorama

A organização da população foi um tema muito presente nos discursos políticos de oposição, no Brasil no final dos anos 70 e em parte dos 80, praticamente desaparecendo nos anos 90, como fenômeno organizativo intimamente associado à mobilização popular em partidos e movimentos sociais. Segundo Maria da Glória Gohn (1998:9), o decréscimo de alguns tipos de mobilização das massas, nas cidades, nos anos 90, levou à interpretação, por vários analistas, do tema organização como sendo algo ultrapassado.

Contra este argumento, a autora aponta várias ações estruturadas nos anos 90 a partir de redes associativas, compostas por atores coletivos remanescentes de alguns movimentos sociais, organizados em ONGs de diversos tipos. Cita como exemplo, entidades de classes que apóiam setores populares, departamentos específicos de universidades e de alguns órgãos públicos que desenvolvem trabalhos em parceria com entidades populares e pequenas empresas organizadas na forma de cooperativas.

Além disso, o próprio poder público passou, segundo a autora, a estimular a participação popular em órgãos colegiados, muitos deles criados a partir de exigências constitucionais; outros, decorrentes da vontade política de governantes com propostas de governo democráticas, como os orçamentos participativos utilizados como instrumentos de gestão.

O campo das lutas sociais na década de 90, segundo ela, ficou mais complexo, com algumas delas ainda se pautando pelas regras de mobilização e confronto, como a luta pela terra no campo, ou das populações indígenas, enquanto que outras apresentaram avanços em direção da construção da democracia (ibidem: 12).

Segundo Gohn (2003), o Movimento Ação da Cidadania foi oficialmente criado em 8 de março de 1993, e sua origem foi o berço da Campanha Contra a Fome, "a maior cruzada mobilizatória atribuída à sociedade civil nas últimas décadas no Brasil" (Gohn, 2003:77).

À época, o IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, órgão ligado ao Ministério do Planejamento acabara de divulgar o "Mapa da Fome", segundo o qual se estimava a existência de 32 milhões de brasileiros passando fome cotidianamente. A Presidência da República, então, segundo a autora, criou uma Comissão Especial para elaborar um plano de combate à miséria, com a participação do sociólogo Herbert de Souza - o Betinho, e de entidades governamentais e não-governamentais cujas articulações em torno da coordenação deste plano resultaram, mais tarde, na criação da Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida.

Inicialmente, segundo Gohn, a Ação da Cidadania foi idealizada para operar através de uma forma de organização denominada "comitê" que seria baseada num chamamento de ordem moral, pessoal com o objetivo despertar nas pessoas a consciência do problema da fome e fazê-las sentirem-se responsáveis pela possibilidade de uma alternativa, de uma solução.

Entre as demais propostas e determinações surgidas em torno do combate à miséria houve uma recomendação da Presidência da República às instituições federais para que criassem *comitês de ação da cidadania* nos próprios locais de trabalho, incentivando assim a participação de servidores públicos que aderiram em grande número ao convite. O número de comitês⁶ criados, à época, nas estatais comprova isso.

Apesar de os movimentos sociais populares das décadas de 70/80 não terem apresentado crescimento, em termos numéricos, durante a década de 90, para Gohn (1998), foi expressivo o surgimento de ONGs, que hoje constituem um universo próprio no cenário organizativo. Conforme a autora, as ONGs *cidadãs* dos anos 70/80, estiveram por detrás da maioria dos movimentos sociais populares urbanos, à época. Geralmente politizadas e articuladas a partidos, sindicatos e alas da Igreja progressista, sua contribuição, segundo a autora, foi decisiva para a queda do regime militar e para a transição democrática no país. Já as ONGs dos anos 90 se estruturam como empresas e se autodenominam *cidadãs* por se apresentarem como entidades sem fins lucrativos. Costumam atuar em áreas de problemas sociais cruciais, como meninos e meninas em situação de risco, meio ambiente, direitos humanos, alfabetização, etc. (Gohn, 1998: 14 - grifos da autora).

Nos anos 90 o cenário das ONGs *cidadãs* latino-americanas se alterou completamente. Segundo a mesma autora, devido às agências de cooperação internacional, patrocinadoras de fundos de apoio financeiro e de pessoal para trabalho de base, articuladas às Igrejas, terem voltado suas atenções aos processos de redemocratização dos países do Leste europeu, tal fato obrigou as instituições por elas auxiliadas, a se reorganizar na busca de auto-suficiência para sobreviver.

O cenário da globalização também influenciou a modificação dos procedimentos de atuação das ONGs. Segundo Gohn, neste cenário a economia informal passou a ser uma das principais saídas para a crise gerada pelo desemprego crescente. Com isso, as pressões sociais e as atividades de militância passaram para segundo plano, e as atividades produtivas ganharam centralidade no dia-a-dia das ONGs. A autora cita como

⁶ Além do Banco do Nordeste outras estatais, como Banco do Brasil e as Universidades Federais criaram comitês, compondo o Comitê das Estatais que, segundo Gohn, em dezembro de 1994, contava com a participação de 37 entidades e se constituiu em um espaço de articulação entre a Ação da Cidadania e as ações governamentais, através de políticas de parceria. Segundo a autora, com o novo governo de Fernando Henrique voltado à questão da privatização das estatais, a partir de 1995, a Ação deixou de ser prioridade. Aos sindicatos de funcionários destas empresas a prioridade passou a ser a articulação de resistências contra as reformas, uma vez que o emprego e as condições de trabalho de suas bases estavam ameaçados. Com isso, segundo a autora, a Ação da Cidadania ficou órfã de apoios estratégicos, tendo sido capturada pela ação governamental através do Programa Comunidade Solidária. (Gohn, 2003:90).

exemplo o movimento dos seringueiros, que, neste cenário, passou a lutar não apenas pelos seus direitos, mas também para vender seus produtos em mercados mais competitivos, assim como os índios, que, além de lutar pela demarcação de suas terra, procuraram incrementar a venda de castanhas, ervas e outros produtos, nos mercados nacional e internacional, por preços justos, e não mais como produtos alternativos a preços baixos (ibidem: 15).

As entidades que surgiram no cenário nacional nos anos 80 articulam-se aos movimentos sociais dos anos 90 e, dentro do espírito de filantropia empresarial, não se colocam contra o Estado, pelo contrário, buscam parceria com ele em sua atuação aos problemas cruciais da realidade nacional. Estas novas entidades, segundo Gohn, configuram-se como parte do Terceiro Setor, procurando definir-se pelo que são e não pelo que não são. São exemplos: o Projeto Axé, na Bahia, os Programas da Fundação Abrinq, da Petrobrás, e o próprio Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste, de que trata o presente estudo.

O Instituto de Ação da Cidadania define-se como Organização não governamental de assistência social que, apesar de ter atuado, no início de sua criação, no campo da emergência social, com a distribuição de alimentos e o atendimento de outros interesses imediatos de populações carentes, redirecionou suas ações ao longo de sua existência, identificando-se como órgão que atua na promoção do desenvolvimento de comunidades rurais do interior do Ceará.

A entidade, apesar de contar com certo apoio logístico do Banco do Nordeste, convive com limitação de recursos humanos e financeiros para a realização de seus projetos e atualmente tem se dedicado a criar espaços de articulação e representação que facilitam a busca de solução para as carências das comunidades atendidas, em parceria com outras ONG's, Universidades e órgãos da administração municipal, estadual e federal.

1.4 A trajetória do Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste

Segundo o *Histórico* (2001) da entidade, o "Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste é uma entidade civil, autônoma, sem fins lucrativos, de caráter descentralizado, fundada em 27 de fevereiro de 1996, por um grupo de funcionários do Banco do Nordeste, que, voluntariamente, participam de suas atividades,

em resposta às graves questões sócio-econômicas por que passa uma significativa parcela da população de baixa renda do Estado do Ceará".

A entidade está sediada à Avenida Paranjana nº. 5700 - Passaré - Fortaleza/CE, em um dos prédios da administração do Banco do Nordeste e sua receita provém da colaboração voluntária, mensal, de um determinado número de funcionários do Banco, sendo que seu parceiro fundamental é o próprio Banco do Nordeste, na liberação de recursos humanos e apoio logístico.

A partir da mobilização dos funcionários que teve início após uma palestra proferida por Herbert de Souza, no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas, em Fortaleza, com o objetivo de sensibilizar a direção do Banco e funcionários, em geral, para uma ação conjunta foram formados um Comitê de Ação da Cidadania do Banco do Nordeste do Brasil, conforme deliberação da sua diretoria, e um Comitê dos Funcionários, por iniciativa de alguns servidores. Este último manteve-se autônomo em relação ao Banco, porém em parceria com o Comitê Institucional e, posteriormente, transformou-se no Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste.

Desde 1993, segundo o *Histórico* da instituição, as ações deste grupo de funcionários, inicialmente organizados na forma de Comitê e, posteriormente, como entidade civil autônoma, passaram por fases distintas. No início, durante o período caracterizado pela direção da instituição como "Fase Emergencial", coincidente com o período de seca que atingia o Estado do Ceará, seu trabalho se caracterizou por ações essencialmente assistencialistas, com distribuição de cestas de produtos alimentares, roupas e brinquedos às comunidades carentes do interior do Estado e a entidades beneficentes da Capital. Os produtos eram adquiridos através de shows beneficentes, doações de empresas e recursos arrecadados entre os funcionários do Banco do Nordeste.

Em julho de 1994, o então Comitê de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste fez seu primeiro planejamento de trabalho e mudou o direcionamento de suas ações. Passaram, então, a trabalhar com projetos para a geração de emprego e renda direcionados às comunidades, com respectivo acompanhamento sistemático e assistência técnica. Nesta segunda fase o Comitê "priorizou a produtividade, dando ênfase à organização e à participação, como forma de resgate da cidadania e da auto-estima para o desenvolvimento comunitário". (Histórico do Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste, 2001).

Em 1996, segundo o mesmo documento, durante a avaliação dos trabalhos desenvolvidos, a equipe constatou que alguns dos projetos implementados junto às comunidades rurais não haviam alcançado o sucesso planejado, o que seria devido, entre outras causas, "à má qualidade do excedente da produção, à gestão inapropriada da propriedade e dos recursos, ao desconhecimento do mercado, à falta de qualificação da mão-de-obra familiar, à dificuldade de reinvestir os recursos e à dependência em relação a ajudas externas" (ibidem).

Diante disso, a linha de ação do Comitê passou a ser definida, fundamentalmente, "no trabalho de capacitação e qualificação nas áreas de gerenciamento, produção e vendas, como forma de contribuir para a auto-sustentabilidade das comunidades e o alcance de êxito no gerenciamento de Projetos Produtivos" (ibidem).

Com esta nova linha de ação o grupo de funcionários responsável pela entidade constatou a necessidade de ampliar parcerias junto aos órgãos de desenvolvimento e organizações governamentais e não-governamentais como forma de melhorar a qualidade do trabalho e o atendimento à crescente demanda comunitária.

Assim, fundaram em 1996, o Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste, continuando a implementar ações segundo os mesmos objetivos e princípios, "buscando contribuir de forma ativa para minimizar as dificuldades por que passam as populações que compõem as comunidades rurais do interior do Estado, historicamente desprovidas de políticas sistemáticas e consistentes que visem seu desenvolvimento efetivo" (ibidem).

1.5 A articulação do Instituto de Cidadania com o Movimento Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida

Segundo Maria da Glória Gohn (2003), as mudanças de rumo no movimento *Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida*, a partir de 1994 ocorreram devido a um certo esgotamento das ações no plano da distribuição de alimentos por meio das estruturas dos Comitês, (apesar do sucesso das Campanhas Natal Sem Fome), além de não terem sido alcançados resultados significativos no plano da geração de empregos levando a um deslocamento da ênfase das ações do Movimento rumo à Reforma Agrária. A Ação, segundo a autora, foi pensada para ter um caráter permanente e não sazonal, como seria normal para uma campanha. Em suas palavras,

Ela [a Ação] foi programada para ser desenvolvida em etapas, todas ao redor da questão da miséria e dos excluídos, indo do emergencial para o estrutural, da fome para a geração de empregos, do urbano para o rural, para os sem-terra, para o *locus* no qual estão os conflitos sociais mais violentos, a contínua expulsão do homem do campo para as periferias e guetos de "apartação social" das cidades. (GOHN, 2003:76, grifos da autora).

Assim, seguindo a linha de ação do Movimento Ação da Cidadania, também o Instituto de Cidadania direcionou suas ações para as comunidades rurais com "objetivos voltados a atividades relacionadas à geração de trabalho e renda e promoção da cidadania". (Instituto de Cidadania - *Projetos e ações*, 2001)

1.6 A proposta de trabalho do Instituto de Cidadania

Segundo fontes documentais do Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste, este “ênfatisa o resgate da força da coletividade em torno de ações consistentes nas áreas da organização, capacitação e produção, buscando melhores condições de vida para as comunidades rurais do Interior do Estado do Ceará, através de ações que têm por objetivo a superação do assistencialismo, porém, sem negligenciar as necessidades imediatas das comunidades atendidas” (Histórico da Instituição, 2001.).

Suas ações são formuladas visando ao alcance dos seguintes objetivos:

Contribuir para o processo de desenvolvimento sócio-econômico das comunidades rurais do interior do Estado do Ceará, visando à sua auto-sustentabilidade; priorizar a organização coletiva, incentivando o associativismo/cooperativismo; sensibilizar e despertar nos indivíduos seu potencial como agente transformador da sociedade, crendo que reside aí a efetiva natureza da cidadania; desenvolver ações, em parceria com a comunidade científica, para aquisição de conhecimentos e tecnologias que permitam a preparação das comunidades assistidas e dos seus integrantes para os desafios atuais e futuros; qualificar as comunidades para que possam ter acesso aos programas governamentais e não-governamentais na concretização de seus interesses; criar, organizar e acompanhar projetos organizacionais que viabilizem o desenvolvimento auto-sustentável das comunidades carentes; incentivar a criação de comitês de cidadania e outras formas de organização que contribuam para a redução da miséria e cobrar dos órgãos públicos o cumprimento de suas atribuições. (ibidem).

Segundo a mesma fonte, por entender que "nas comunidades rurais do Ceará se encontram os maiores bolsões de miséria", a elas o Instituto de Ação da Cidadania concedeu tratamento prioritário, visando, principalmente, "promover o resgate da cidadania e da auto-estima, além de capacitação para o trabalho produtivo e geração de renda" (ibidem).

O caráter "salvacionista" presente no discurso institucional da entidade remete-me às idéias de Delma Pessanha Neves (2003) sobre o trabalho voluntário. Segundo a autora

O trabalho voluntário é uma ação social que comporta múltiplas formas. Redefiniu-se e expandiu-se espalhafatosamente na década de 80, desdobrando-se em projetos sociais em torno de temas e problemas diversos (...) e na constituição de ONG's. Sob quaisquer contextos, o trabalho do voluntário encarna uma dimensão político-utópica, "especialmente" quando pretende transformar relações humanas e sociais e até a "natureza humana" definida essencializadamente e, por isso, sob pretensões de universalização. (NEVES, 2003:38, grifos da autora).

Assim, o Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste tem a proposta de implementar, acompanhar e avaliar, basicamente, pequenos projetos geradores de trabalho e renda, de infra-estrutura, de capacitação e organização, de educação e de saúde e assistência em parceria com o poder público e instituições privadas, com o objetivo de ampliar o acesso das comunidades aos serviços e políticas sociais existentes.

Ou seja, o grupo de funcionários à frente do Instituto chamou a si o cumprimento de uma espécie de "missão" de salvar os pobres, os "famintos" do Nordeste, porém através de uma metodologia que buscava transformar definitivamente a condição do outro em não-pobre, o que, em minha opinião, reflete a dimensão político-utópica a que se refere Neves conforme acima citado.

1.7 Metodologia de ação

Segundo M., membro do Conselho Fiscal da entidade, a partir de julho de 1994, quando o então Comitê de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste, mudou o direcionamento de suas ações, que no princípio tinham um viés mais assistencialista, e passou a trabalhar com projetos para a geração de emprego e renda, a

prioridade era atender as comunidades já assistidas pelo Instituto, levando em conta os investimentos já realizados junto a elas, durante a fase emergencial.

No entanto, conforme M., os critérios de seletividade ampliaram-se, de modo que a participação da população-alvo nos programas e projetos do Instituto, a partir de então, passou a dar-se com base em indicação de outras comunidades já atendidas, ou por solicitação de lideranças comunitárias. Desse modo, periodicamente são realizadas visitas para possibilitar um diagnóstico da realidade comunitária, identificando-se carências e potencialidades e analisando-se, também, as condições e possibilidades de acompanhamento do Instituto, a viabilidade dos projetos e o nível de organização comunitária.

No caso de a comunidade ser priorizada, é aplicado questionário de sondagem da sua realidade sócio-econômica e são realizadas reuniões de planejamento das atividades a serem desenvolvidas durante o ano, com base no levantamento dos problemas e na análise das alternativas de soluções apontadas pela comunidade, de acordo com os recursos disponíveis ou necessários. De acordo com os encaminhamentos previstos no planejamento, os projetos são então implementados, seguindo as etapas previamente discutidas para sua elaboração, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação.

Segundo M., a sensibilização e organização das comunidades são etapas fundamentais para a elaboração de metas, metodologias de trabalho, capacitação para o trabalho coletivo e para a avaliação dos projetos, bem como, a organização de seminários e oficinas também são metodologias utilizadas durante a implementação da maioria dos projetos.

1.8 A Coordenação do Instituto de Cidadania

Segundo Histórico da Instituição (2001), o Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste é administrado por uma Coordenação, dois Tesoureiros e um Conselho Fiscal, formados por funcionários do BN, contribuintes, eleitos em Assembléia Geral Ordinária, com mandato de dois anos. Além destes, compõem também a equipe quatro bolsistas estagiárias, sendo duas do Curso de Serviço Social, uma do Curso de Pedagogia e uma estudante de Nível Médio, selecionadas pelo Banco que atuam junto ao Instituto pelo período de dois anos. Também apóiam as ações o Grupo

Ação da Cidadania, constituído por funcionários do Banco que atuam voluntariamente nas atividades do Instituto e contribuem nas discussões dos projetos e ações.

As visitas às comunidades são realizadas geralmente aos sábados, sendo que, durante a semana são feitos os planejamentos de viagens, agendados os encontros, preparadas as dinâmicas e materiais que serão utilizados nos encontros com as comunidades. Também durante a semana providencia-se a aquisição dos insumos necessários aos projetos em andamento e os contatos com técnicos e outros profissionais que, eventualmente, prestam serviços de assistência técnica aos projetos do Instituto.

Através de minhas pesquisas, verifiquei que apesar de caracterizar-se como "entidade civil, autônoma, sem fins lucrativos e de caráter descentralizado", o Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste mantém estreita ligação com o Banco do Nordeste, que descaracteriza, de certa maneira, a entidade, em relação ao caráter abnegativo de suas ações. Isto fica evidente quando, segundo sua documentação institucional, verifica-se que a comunidade atinge um nível de organização que a capacite a fazer parte do Programa Agente de Desenvolvimento do Banco do Nordeste. Neste ponto, os membros do Instituto promovem o encontro da comunidade com o setor correspondente do Banco.

O Agente de Desenvolvimento é então convidado para realizar palestras, abordando as linhas de crédito do Banco e suas estratégias voltadas para o pequeno produtor, bem como para discutir e analisar a viabilidade dos projetos indicados pela comunidade. As palavras de um dos membros da Coordenação do Instituto ilustram esta ligação entre Banco e ONG,

(...) Desde o início o Instituto era, aquela entidade movida por pessoas em caráter voluntário, que ia se dedicar a fazer alguma coisa em favor das pessoas que estão passando algum tipo de necessidade, dando uma mão, ensinando alguma coisa para que as pessoas possam ter um pouco mais de condições. Também, não diretamente nestas comunidades, mas aqui na Capacitação a gente acompanha os assentamentos, as pessoas que recebem a capacitação e a gente se gratifica com isso. (...) Claro que o objetivo do Banco é fazer com que essas pessoas honrem seus compromissos e que venham a crescer no seu empreendimento. Mas a gente vê que com o acesso ao conhecimento ele abre as portas para o mundo. (R., membro da Coordenação do Instituto)

Ou seja, se por um lado, de certa forma, o Instituto de Cidadania se constitui em mais um agente captador de clientes para o Banco do Nordeste, não obstante o teor filantrópico presente no discurso de seus membros - por outro lado, para algumas populações, a atuação do Instituto representa o auxílio imediato aos problemas comuns do dia-a-dia, tais como um conserto de bomba-d'água, compra de canos, ferramentas ou de insumos para a agricultura.

1.9 As comunidades

A área de atuação do Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste compreende o estado do Ceará, porém, por razões práticas as comunidades atendidas à época da pesquisa situam-se todas em um raio de cem quilômetros de distância da capital, sendo que a maioria delas situadas em regiões do estado do Ceará onde o PIB *per capita* anual, segundo dados do ano de 1998, situa-se entre R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00. (IPLANCE, 2002).

Dentre as comunidades atendidas através dos projetos do Instituto durante o ano de 2001 algumas receberam um maior número de visitas e, conseqüentemente, nestas foram implantados um maior número de projetos da ONG do que outras.

Além disso, para uma melhor compreensão da condução das atividades da Coordenação do Instituto junto às comunidades, assim como da equipe de estagiários que trabalhava junto à entidade na ocasião, é importante esclarecer que, não obstante todas serem consideradas carentes, apresentavam entre si, diferentes graus de carências. Cito aqui alguns relatos de meus diários de campo como forma de ilustrar diferentes ações dos técnicos da Entidade.

1.9.1 Tigipió

Em um sábado de novembro de 2001 saímos cedinho em direção a Aracoiaba para fazer a avaliação anual dos trabalhos na Comunidade de Tigipió. A equipe encarregada desta tarefa era composta por D., estagiária de Serviço Social, C. funcionário do BN e colaborador do Instituto e eu, também estagiária de Serviço Social. Viajamos no carro de C., uma vez que, à época, havia certa animosidade entre a Coordenação do Instituto e o departamento do Banco que eventualmente disponibilizava transporte para as viagens do Instituto. Chegamos à escola da comunidade às 10 horas, e o pessoal já estava

reunido com as cadeiras dispostas em forma de círculo. C. não participou da reunião e ficou por ali, aguardando.

O encontro fora previamente combinado e tinha como objetivo avaliar o trabalho anual do Instituto junto à Comunidade. D. e eu convidamos os presentes, como de praxe, a participar de uma dinâmica de grupo, para descontrair o pessoal e depois iniciamos a reunião que havíamos decidido dividir em duas partes: na primeira o pessoal seria convidado a avaliar os projetos que haviam sido implantados durante o ano e na segunda colheríamos as sugestões de trabalho para o ano seguinte. Eu nunca havia ido a Tigipió e quanto a D. fazia muito tempo que não encontrava o pessoal da comunidade. Combinamos que eu conduziria a primeira parte da reunião, ficando ela com o fechamento do encontro.

Havia umas trinta e cinco pessoas ali e surpreendi-me ao notar que noventa por cento delas com idades variando entre 16 e 25 anos. Sugeri aos participantes que fizéssemos uma lista dos projetos que efetivamente houvessem sido implantados durante o ano, eu os anotaria nas folhas de “flip-chart” instaladas no quadro-negro da sala de aula, e depois eles os avaliariam um a um. Qual não foi a minha surpresa ao verificar que nesta comunidade, durante o ano inteirinho só havia acontecido um curso de informática – dividido em duas etapas, além de uma ou duas oficinas sobre saúde da mulher e segurança alimentar. A lista era curta, porém, apesar do número reduzido de projetos implantados o pessoal mostrava-se muito animado e disposto.

Como parte da dinâmica escolhida para dar início à reunião convidamo-los a desenhar alguma coisa e logo estavam sentados no chão da sala de aula num clima alegre que durou até o final do encontro.

No decorrer da reunião pude perceber que, apesar de, em minha opinião, o curso de informática ser um projeto simples, significara muito para os membros da comunidade. Haviam participado do curso umas vinte e cinco a trinta pessoas da comunidade - os jovens presentes à reunião.

Para a primeira etapa do curso, que ocorrera em fevereiro daquele ano, o Instituto havia levado à comunidade algumas máquinas de escrever com grupos de teclas pintadas em cores vivas, próprias para treinamento de digitação. Após esta etapa foram instalados, também na comunidade, dois computadores para o ensino de informática básica.

Já a etapa final, e mais interessante na opinião dos participantes, havia acontecido em Fortaleza, nas dependências do Banco do Nordeste, alguns meses mais tarde. Eram aulas que exigiam um sistema de computadores instalados em rede e para tanto, o Instituto providenciara o transporte do pessoal até Fortaleza, e a hospedagem durante um final de semana do mês de julho.

Entendi o motivo de tanto contentamento do grupo. Aquele final de semana em Fortaleza havia sido deveras enriquecedor para o grupo, pois além de participarem do treinamento em informática também haviam visitado o Centro Cultural do Banco do Nordeste, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, a Praia de Iracema, além de outros encantos da cidade de Fortaleza. Muitos nunca tinham visto o mar. Para a maioria foi uma experiência inesquecível.

Notava-se que a expectativa do grupo quanto ao planejamento das atividades para o próximo ano concentrava-se na descoberta de algum projeto tão interessante como fora a realização do curso de Informática. Então, dando prosseguimento às atividades do encontro ficou combinado que o Instituto procuraria realizar para o próximo ano, além de oficinas sobre ética e protagonismo juvenil, um curso de serigrafia e também providenciaria um estudo com levantamento de gastos necessários à reativação de uma indústria de beneficiamento de castanha de caju, um antigo projeto que os moradores do local já haviam iniciado em outra ocasião e que havia sido abandonado.

Despedimo-nos e saímos, por volta de uma hora da tarde, com intenção de almoçar em Fortaleza. Antes disso, porém, C. decidiu passar em outra comunidade, “Borges”, para verificar se o presidente da Associação de agricultores local estava precisando de alguma coisa. A viagem entre uma comunidade e outra é sempre por estrada de chão, exceto a saída e chegada a Fortaleza. Saindo de Tigipió, mais ou menos a um quilômetro de distância em direção a Borges a paisagem muda completamente. De repente, após uma curva, vai do verde das plantações de caju para aquela cor cinzenta e empoeirada da vegetação arbustiva retorcida e seca àquela época do ano.

Chegamos à casa do presidente da Associação que nos recebeu com a hospitalidade típica do pessoal simples do interior. Sua esposa, que segurava ao colo um nenê de dois meses, convidou-nos a entrar oferecendo-nos um cafezinho, que aceitei enquanto que D. aceitara um copo d’água. Este último, de longe dava para ver que continha uma água de cor amarelada, provavelmente devido à sua armazenagem em potes de barro. D. olhou o conteúdo do copo e, a pretexto de olhar a paisagem, disfarçadamente

derramou fora da casa, sem beber, mas agradecendo muito. Eu tomei o café, mesmo sabendo que havia sido feito com a mesma água, porém pensando que, se os moradores que a consumiam diariamente estavam vivos, a mim também não haveria de fazer mal, como não fez. Além disso, seria uma imensa descortesia se a dona da casa percebesse que nenhuma de nós aceitara o que ela gentilmente nos oferecia.

Ficamos por ali enquanto C. conversava com o presidente sobre a criação de abelhas. Este convidou-nos a conhecer sua centrífuga, novinha em folha, toda em inox, instalada embaixo de um telhadinho de um metro por um metro existente perto da casa e coberta com um pano limpinho. Mostrou-nos as vestimentas próprias para a lida com abelhas e também as novas formas de plástico, em vez de madeira, onde são montadas as placas de cera que passara a utilizar para as abelhas fabricarem o mel, explicando-nos que, segundo as análises laboratoriais, com este novo processo diminuía o nível de ferrugem no mel, uma vez que se eliminava o arame na montagem das formas. Tudo graças ao apoio do pessoal do Banco do Brasil que colaborara com o seu empreendimento. Contou-nos que pretendia adquirir uma máquina para embalar o mel em almofadinhas de plástico, tipo sache, vislumbrando a possibilidade de fornecer o produto para merenda escolar do município. Estava animado por ter conseguido junto à prefeitura a instalação de energia elétrica para a comunidade, exceto para sua propriedade, por ser muito distante das outras.

À medida que o presidente discorria sobre a produção de mel era impossível deixar de refletir sobre o contraste existente entre a modernidade representada pela tecnologia que utilizava no processo de produção, nos equipamentos empregados na produção de mel e a precariedade das instalações de sua moradia, construída em taipa, com dois cômodos apenas, sem assoalho, sem banheiro, sem energia elétrica, e com os animais de criação passando por dentro de casa.

Comparando o padrão das moradias da localidade de Borges, em relação à comunidade de Tigipió percebe-se o contraste entre uma e outra quanto ao padrão de conforto. Nesta última, o cultivo de caju constituía-se na base econômica dos moradores, além da agricultura de subsistência, e isso se refletia no padrão de consumo das pessoas da comunidade. Em Borges, cujos moradores sobreviviam exclusivamente da agricultura de subsistência (a apicultura estava apenas começando), as residências eram em sua maioria construídas de taipa, sem revestimento no chão e nem água tratada. Já em Tigipió estas eram de alvenaria, com água encanada e energia elétrica, além disso, percebia-se que os

bens móveis, como fogões a gás e geladeiras existiam em maior quantidade em Tigipió do que em Borges.

Quando já estávamos no carro iniciando a volta a Fortaleza o presidente chegou à janela do veículo e conversou alguma coisa com C. que revirou os bolsos encontrando o talão de cheques e fez-lhe um cheque de cento e poucos reais, destinado ao pagamento do conserto de algum equipamento pelo qual nem pegou recibo, deixando para acertar a contabilidade em outra ocasião.

Na viagem de volta a Fortaleza C. contou-nos que era natural daquela região, o que, diga-se de passagem, notava-se ao viajar em sua companhia, pois não havia lugar em que passássemos sem que abanasse para alguém, ou fizesse uma pequena parada para conversar qualquer coisa. Pois enquanto voltávamos, naquele dia, ia contando que há tempos atrás se candidatara a vereador pelo município de Ocara. Fez campanha, com poucos recursos, mas, segundo ele, “tinha fé” que ia vencer as eleições, pois sempre fora muito amistoso e prestativo com as pessoas da região. Ficou decepcionado quando no pleito venceram os candidatos a respeito de quem o povo sempre se queixava que não faziam nada por eles, mas que pertenciam ao partido mais forte, com mais recursos para gastar na campanha e, além disso, eram aliados do governo estadual à época.

Refletindo sobre Tigipió e Borges

A avaliação dos membros da comunidade de Tigipió sobre o trabalho do Instituto, segundo pude observar, independente da quantidade de projetos oferecidos ou do grau de sucesso em relação à efetiva geração de trabalho e renda para seus participantes foi positiva, pois o grupo que participara do curso e da viagem à Fortaleza pode participar de uma experiência emocionante.

O pessoal do Instituto, ao planejar a realização de um curso de Informática, tinha em mente o aprimoramento das habilidades dos participantes para melhor concorrerem a uma vaga no mercado de trabalho, o que realmente ocorreu, pois ao avaliarem a atividade muitos se declararam satisfeitos, uma vez que os permitiu incluir em seus currículos mais esta habilidade. Porém, antes disso, o que mais mencionavam durante o processo de avaliação das atividades relacionava-se a tópicos que nada tinham a ver com o tal curso, tais como: entre os pontos negativos: os comentários referiam-se à duração da viagem e ao desconforto da mesma, uma vez que viajaram apertados na condução que

havia sido disponibilizada para o transporte do grupo à capital, ou; que na casa em que ficaram hospedados em Eusébio faltavam ganchos para dependurar as redes. Quanto aos pontos positivos, no entanto, a emoção do grupo era tal ao relatar os passeios pela capital, as idas à praia e as visitas aos espaços culturais que só ao final da avaliação lembravam-se de refletir sobre o principal objetivo da viagem - a realização de um curso de informática.

Já a passagem por Borges me permitiu perceber o contraste entre a miséria e a falta de tudo e a passagem para o século XXI que as comunidades vão experimentando, com a chegada da energia elétrica, das novas tecnologias, do acesso ao crédito (embora isso seja controverso) e também da importância para as comunidades do apoio das ONG's como o Instituto de Cidadania. Ao entregar o cheque ao presidente da Associação de agricultores de Borges para suprir uma carência imediata eliminam-se vários movimentos, viagens à sede municipal, pedidos, requerimentos, troca de favores, muitos dias que irão se passar para conseguir alguma coisa cuja precisão é imediata e sem garantia de resultados.

E, para concluir, não posso deixar de refletir sobre a decepção de C. ao não receber os votos com que contava para se eleger vereador.

Segundo Bourdieu (1996), a troca de dádivas, concebida como paradigma da economia de bens simbólicos, opõe-se ao "toma lá, dá cá" da economia econômica, uma vez que não tem como princípio um sujeito calculista, mas sim, um agente socialmente predisposto a entrar, sem intenção ou cálculo, no jogo da troca. Ao mesmo tempo, é uma economia que deixa o interesse econômico em estado implícito, ou enunciado através de uma linguagem de recusas, de eufemismo. Os agentes engajados em uma economia de trocas simbólicas gastam, segundo Bourdieu, uma parte considerável de sua energia na elaboração desses eufemismos, e, nesse sentido, a economia econômica seria mais econômica, ao permitir economizar trabalho de construção simbólica que, objetivamente, dissimula a verdade objetiva da prática (BOURDIEU, 1996).

C. gastara muita energia e dinheiro realizando uma campanha política junto a uma população já acostumada com a sua presença e com as atividades que realizava, através do Instituto de Cidadania, junto às comunidades. Apesar de não declarar, através da construção simbólica da troca de dádivas, deixava implícito que contava com os votos das pessoas da região - que não vieram. Afinal, segundo C. há sempre ingratos.

1.9.2 Feijão Manso

Em setembro de 2001 o pessoal do Instituto começou a planejar uma atividade com a comunidade de Feijão Manso, localizada no município de Palhano/CE que seria realizada em outubro coincidindo com os festejos do dia da criança. Particpei do planejamento, da organização do evento, angariação de remédios, material de higiene e brinquedos, e também da reunião de avaliação após a realização do evento.

A atividade foi planejada para ser executada em parceria com o pessoal da área da saúde da CAMED – Caixa de Assistência Médica dos funcionários do BN – a enfermeira avaliaria as condições de saúde do pessoal da comunidade, à auxiliar de enfermagem caberia o banho e aplicação de remédio contra piolhos nas crianças e a nutricionista realizaria uma oficina pedagógica sobre temas como segurança alimentar e saúde materno-infantil.

Durante o mês de setembro, após a divulgação entre os funcionários do Banco do Nordeste de que o Instituto arrecadaria brinquedos e material de higiene, como sabonetes e pasta dental, começaram a chegar os donativos e organizamos o evento. Em um sábado de outubro, próximo ao dia da criança realizou-se a atividade junto à comunidade.

Após o evento, na reunião de avaliação, fiquei sabendo que o trabalho da equipe havia sido muito apreciado pela comunidade. A oficina realizada pela nutricionista fora muito proveitosa, pois esta enfatizara pontos importantes a respeito do valor nutricional dos alimentos além de transmitir ensinamentos valiosos a respeito do aproveitamento de talos de hortaliças e outros subprodutos vegetais que normalmente são desprezados na preparação dos alimentos. As crianças estavam realmente com piolhos, só escapando alguns poucos, então foram medicados e as mães receberam instruções a respeito da continuidade do tratamento.

Uma ocorrência chamou a atenção da equipe que realizava a atividade que visava o combate de piolhos das crianças. As crianças haviam sido examinadas e as que apresentavam piolhos foram submetidas a tratamento ali mesmo e, além disso, suas mães foram instruídas a respeito da continuidade do tratamento e recebiam o remédio necessário para tal. Reproduzo abaixo o diálogo entre o Coordenador do Instituto e uma mãe, cujo filho não tinha piolho, mas que queria, a todo custo receber o remédio para piolho.

A Mãe: - Eu também vou querer o remédio pra piolho Seu C., tenho direito, se os outros ganharam também quero.

C.: - Mas o seu filho não tem piolho, é ótimo que não precise ser medicado, a senhora devia estar contente.

Mãe: - Não me interessa o remédio é meu, por direito. Meu filho é igual aos outros, se eles ganharam também quero. (Diálogo entre a mãe de um menino e o Coordenador, conforme relato deste).

Não me recordo se a referida mãe acabou ficando com o vidro de remédio para piolho, ou não. O que chama a atenção é este comportamento que muitas vezes encontramos entre o pessoal atendido pelos projetos do Instituto. A carência é tão grande e tão antiga que existe uma espécie de ansiedade em receber, não importa o que, nem se está precisando ou não, mas se estão dando é preciso receber, nem que para receber tenha-se que exigir, como foi o caso.

1.9.3 Carneiro

Embora os níveis de renda dos habitantes das diversas comunidades atendidas através dos projetos do Instituto se assemelhem estatisticamente, não se pode dizer o mesmo em relação à qualidade de vida de seus habitantes. Comparando, em alguns aspectos uma comunidade com a outra se pode observar que, em Santa Bárbara a estrutura física da antiga fazenda e a organização dos assentados proporcionava à totalidade dos moradores a possibilidade de residirem em casas de alvenaria, dotadas de energia elétrica e água encanada.

Já na comunidade de Carneiro, no interior de Aratuba⁷ – CE, também atendida pelo Instituto na ocasião, os moradores viviam em casas de taipa, sem energia elétrica nem água encanada e contavam com uma única e minúscula sala de aula da escola local, onde estudavam, simultaneamente, todas as crianças da comunidade.

Em Carneiro e em outras três localidades próximas, Limão, Feijão e Água Boa, residiam, ao final do ano de 2001, aproximadamente setenta famílias espalhadas entre morros cobertos a maior parte do ano com a cultura do sabiá, uma planta muito utilizada

⁷ Segundo documentação institucional do Instituto a comunidade de Carneiro localiza-se no município de Aratuba, porém devido à proximidade com os municípios de Canindé e Mulungu, seus habitantes às vezes recorrem às sedes destes municípios para terem atendidas necessidades básicas na área da saúde, por exemplo. Isso também foi relatado pelos moradores da comunidade de Tigipió, pertencentes ao município de Aracoiaíba, porém, fisicamente, mais próximos da sede do município de Ocara e que também recorrem a esta prática.

para fabricação de cercas e para fazer carvão. Seus moradores são pequenos agricultores que sobrevivem de roças de milho e feijão e da criação de pequenos animais.

Os baixos níveis de escolaridade, da renda *per capita* e o difícil acesso à saúde são alguns dos indicadores da precária qualidade de vida desta população. Excetuando-se os moradores beneficiários de algum programa assistencial do governo, como bolsa escola ou que recebem aposentadoria praticamente não havia circulação de moeda nesta comunidade.

Para se ter uma idéia do grau de carência e imobilismo desta comunidade é esclarecedor o desenrolar de um dos encontros entre a equipe do Instituto de Cidadania e o pessoal residente em Carneiro.

Tive a oportunidade de participar, juntamente com a equipe do Instituto de Cidadania, da realização de um seminário sobre formação e gerenciamento de organizações associativas e reunião de avaliação anual dos projetos em Carneiro, em dezembro de 2001, alguns dias antes do Natal.

O encontro teve início às dez horas da manhã de um dia em que os termômetros deviam estar marcando uns 38°C na região e se estendeu até 1 hora da tarde, aproximadamente.

A reunião aconteceu na escola, única construção de alvenaria, porém pequena e em mau estado de conservação⁸. Estavam reunidas ali, num espaço de 16 a 20 metros quadrados, em torno de trinta e cinco pessoas, entre estas, umas quinze crianças em idades entre sete e doze anos. Era de admirar a paciência das crianças que permaneceram sentadas durante cerca de três horas, duas ou três crianças em cada cadeira (junto comigo sentavam-se mais dois meninos, e todos nos apoiávamos no assento apenas em meio corpo) ao longo de toda a reunião.

⁸ No meio da única sala de aula da escola havia um buraco no piso de cimento, de, aproximadamente meio metro de diâmetro por quinze centímetros de profundidade em torno do qual todos circulavam, sendo que, um dos assuntos abordados na reunião referia-se às providências para seu conserto. Concluí que o referido buraco já deveria estar ali há algum tempo, pois, segundo declarações do presidente da Associação de Moradores, presente à reunião, a prefeitura de Canindé, município próximo dali, já havia doado o saco de cimento para o conserto, porém como a maioria dos moradores não estava pagando regularmente a mensalidade de R\$ 1,00 à Associação, esta não dispunha de recursos para o pagamento das passagens de ônibus impossibilitando o deslocamento do presidente à cidade para buscar o cimento. O presidente também externara as dificuldades que tivera com o transporte de oito cestas básicas doadas por um político na cidade e que estavam depositadas em um canto da sala de aula onde se realizava o encontro e que, ao final do mesmo, foram distribuídas entre os participantes que estavam em dia com o pagamento das referidas mensalidades da Associação.

Ao meio dia fizemos um intervalo para o almoço e degustamos uma macarronada com frango ao molho preparada ali mesmo, servida a todos nos pratinhos azuis de plástico onde habitualmente é servida a merenda escolar. Findo o almoço continuamos a reunião por mais uma hora, após o que, as crianças receberam brinquedos (os meninos, carrinhos e as meninas, bonecas, adquiridos pelo coordenador do Instituto em lojas do centro de Fortaleza que vendem produtos a R\$ 1,99) e, então entendi porque os pequenos olhavam com tanto interesse o porta-malas do carro assim que chegamos, enquanto descarregávamos os ingredientes para preparar o almoço e também porque haviam agüentado quietos o desenrolar da reunião com tanta paciência até aquele momento. Já desconfiavam que fossem receber presentes.

Em termos gerais o encontro teve a finalidade de estimular o associativismo entre os moradores da comunidade, além de incentivar os participantes a se organizarem em torno de projetos produtivos passíveis de serem implementados na comunidade, com o apoio do Instituto, no próximo ano.

No encerramento do encontro todos estavam animados. Tanto as crianças, que brincavam pelo chão com seus carrinhos, alguns já perdendo as rodas, como os adultos que haviam recebido as cestas de alimentos do político (em boa hora, visto a proximidade do Natal). E os demais se mostravam animados com a perspectiva dos projetos para o futuro em conjunto com os demais membros da comunidade.

Ao final do encontro o Sr. F., um membro antigo da comunidade, propôs a todos que se dessem as mãos para rezar em conjunto um “pai-nosso”, e após a reza proferiu algumas palavras de agradecimento ao tal político que havia doado as cestas básicas e que, diga-se de passagem, não estava presente, e convidou a todos a dar uma salva de palmas em sua homenagem. Uma cena, para dizer pouco, patética.

Na volta a Fortaleza a equipe viajava quieta. Todos imersos em pensamentos e observando a paisagem marrom esturricada pelo sol. É impossível não ficar tocado com a alegria das crianças nem triste com a falta de perspectiva e com o grau de desproteção daquelas famílias de agricultores. A atitude subserviente do Sr. F. que, com tanta ênfase promoveu o ritual de agradecimento do grupo ao envio das cestas pelo político que nem estava ali para apreciar o gesto, na hora nos deixou sem jeito, mas nos fez refletir a respeito da cultura clientelista que facilmente se instala numa localidade como esta, em que os moradores encontram-se abandonados pelo poder público.

Portanto, pelo fato de a cada semana a equipe do Instituto realizar visitas a comunidades diferentes, mesmo sem intenção de comparar uma comunidade com a outra era inevitável que a equipe de trabalho à frente do Instituto se condesse mais com a situação dos moradores de uma comunidade como Carneiro do que com o Assentamento Santa Bárbara, principalmente quando os membros deste último criticaram o trabalho da equipe do Instituto na avaliação anual, como se poderá ver mais adiante.

CAPÍTULO II

O ASSENTAMENTO UNIDOS DE SANTA BÁRBARA

2.1 Reforma Agrária – um breve panorama

Não é a pretensão do presente trabalho investigar e descrever todas as nuances ocorridas ao longo da história em torno da luta pela terra no Brasil, mas apenas pontuar alguns fatos importantes para contextualizar o objeto desta pesquisa.

As ações relacionadas ao processo de reforma agrária não se restringem apenas à terra, à sua repartição ou distribuição, pois apresentam, além da dimensão econômica e social, também uma dimensão política. Inúmeros movimentos, reivindicações e lutas entre fazendeiros, ruralistas, trabalhadores rurais e as respectivas entidades representativas aconteceram nas últimas décadas - uns contra e outros a favor de fazer realmente a Reforma Agrária acontecer.

Reforma Agrária e assentamento, segundo Brancolina Ferreira (1994), são expressões habitualmente utilizadas com o mesmo significado, dificultando a percepção de distinção entre uma e outra. Neste sentido, a autora considera reforma agrária como fundiária e o assentamento como sendo o resultado de um conjunto de ações de natureza prática que se inicia com a seleção dos beneficiários da reforma agrária e se encerra no momento em que estes tomam posse do lote de terra que lhes foi destinado.

Porém, para Ferreira, o conceito de assentamento se transformou ao longo do tempo, "passando a incluir toda série de medidas complementares necessárias à fixação e transformação dos novos proprietários em verdadeiros (e autônomos) produtores rurais". (FERREIRA, 1994:39).

Conforme a autora, o conjunto de leis, normas, decretos, portarias, dispositivos constitucionais e até jurisprudência sobre a questão agrária produzida nas últimas três décadas atesta a produtividade de nossos juristas, legisladores e administradores, e a capacidade da elite que se posiciona contra a reforma agrária de criar obstáculos sempre que as políticas ameacem seus interesses (FERREIRA, 1994: 37).

Aliado a isso, a autora aponta a desordem institucional na condução do processo de reforma agrária representada pelo enfraquecimento do INCRA que, desde 1984 sofreu constantes reformulações e revisões de suas competências, tendo sido, inclusive extinto e recriado⁹ num espaço de menos de cinco anos, durante a década de 80.

2.2 A política de Assentamentos e a Reforma Agrária

Para compreender a dinâmica de constituição de um assentamento utilizei o *Manual de Assentados e Assentadas* (2001), uma publicação do Incra destinada a esclarecer aos assentados seus direitos e deveres enquanto beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. Minha opção pela sua utilização no presente trabalho, apesar de não se tratar de uma fonte tradicional para obtenção de dados sobre o programa governamental de reforma agrária, como decretos, normas operacionais e leis, tem o objetivo de demonstrar como esta política é apresentada ao assentado na forma de um conjunto de regras às quais os assentados e assentadas devem aderir no processo de construção de seu novo modo de vida, comprometendo-se a cumpri-las por, no mínimo dez anos a partir do momento em que realiza o cadastro de futuro assentado.

Segundo esta publicação, o Programa Nacional de Reforma Agrária constitui-se de um conjunto de políticas públicas que *beneficiam* milhares de famílias rurais no País todo, com o objetivo de promover a democratização do acesso a terra, por meio da obtenção e destinação de terras aos trabalhadores rurais, gerando trabalho, renda e melhores condições de vida. A Constituição Federal, a Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida como “Estatuto da Terra”, e outras leis complementares fundamentam legalmente o Programa que é uma política de interesse geral da sociedade, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo INCRA, cuja implementação é compartilhada com Estados, Municípios e a sociedade civil organizada, por meio dos Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, assegurando assim, a participação da sociedade como um todo na formulação, acompanhamento e avaliação dessa política.

9 Conforme Ferreira (1994), com a criação do MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em 1985 o Incra perdeu cargos e funções e sofreu novas reestruturações (1986 e 1987) até sua extinção através do Decreto-lei nº. 2363, de 22.12.1987. Logo após o MIRAD também passou por reformulações, inclusive com a extinção de seu principal cargo de ministro de Estado da Reforma Agrária e transferência de atribuições do MIRAD para o Ministério da Agricultura. Em 26.06.1989, segundo a autora, através do Decreto nº. 97.886, o Incra foi novamente recriado. (FERREIRA, 1994:38).

Nesta publicação também são explicados os mecanismos para a obtenção da terra para a Reforma Agrária, esclarecendo também que, independente do modo como a terra seja conseguida são obrigatórios os estudos sobre a viabilidade econômica e os recursos naturais do local, garantindo assim, que as famílias sejam assentadas em áreas que possibilitem a produção e a geração de renda a partir de seu trabalho. Lembrando que pequenas e médias propriedades rurais não podem ser desapropriadas o *Manual* esclarece que as grandes propriedades são aquelas com área superior a quinze módulos fiscais; médias são as que têm entre quatro e quinze módulos e as pequenas são as propriedades rurais com área compreendida entre um e quatro módulos fiscais.

Para facilitar o entendimento destes critérios de classificação: módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares cujo tamanho varia de região para região, de acordo com a produtividade de cada área e o tipo de cultura predominante na mesma. Então, no município de Betim - MG, um módulo equivale a 20 hectares; em Canindé - CE - 50 hectares e, em Juruena - MT, um módulo equivale a 100 hectares, sendo que dentro de um mesmo Estado as propriedades podem ter um mesmo tamanho e apresentar medidas diferentes. No caso de Santa Bárbara, os 3.816.000 hectares que compõem o Assentamento, segundo o módulo regional recomendado pelo Incra, comportariam a quantidade de 130 famílias.

Em seu *Manual* (ibidem), o Incra define Assentamento como sendo "uma unidade produtiva onde se desenvolvem atividades agro-econômicas, como agricultura, pecuária, artesanato, turismo rural, beneficiamento de produtos, agroindústria e outros", que devem ser desenvolvidas de forma sustentável, preservando os recursos naturais e o meio-ambiente. É "o lugar de moradia e trabalho onde uma comunidade de homens, mulheres, crianças, jovens e idosos vai enfrentar o desafio de organizar uma vida nova, construindo formas de cooperação e definindo regras de convivência" (Manual de Assentados e Assentadas, - INCRA, 2001 - item 6).

Para o cadastramento de assentados são levados em consideração o tamanho da força de trabalho da família, a idade do (a) candidato (a) e a renda familiar anual, além de outros fatores que são observados na ordem de preferência para assentamento entre desapropriados, posseiros, parceiros, arrendatários, etc.

A criação de um assentamento envolve procedimentos jurídicos e administrativos que, entre as ações desenvolvidas em sua estruturação estão, segundo o item 9º do *Manual de Assentados* (ibidem), organizadas em duas fases: de *implantação* e

consolidação. A fase de implantação tem início com o Ato de Imissão de Posse quando o imóvel passa a ser de propriedade do Incra, que, por sua vez emite a Portaria de Criação, ato que autoriza as famílias selecionadas a se instalarem no assentamento e a receberem os recursos do Programa Nacional de Reforma Agrária. Esta fase também compreende: a celebração do Contrato de Assentamento; a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA; a aplicação do crédito de apoio à instalação para a compra de alimentos, insumos básicos e auxílio à construção de moradia; execução de serviços de medição, demarcação topográfica e infra-estrutura básica e planejamento das atividades produtivas.

Para o Incra, o assentamento é considerado *consolidado* quando estiverem concluídos os serviços topográficos e de demarcação, a infra-estrutura básica, os créditos destinados às famílias já de posse destas e 50% dos títulos de domínio tiverem sido entregues.

A partir da institucionalização do Assentamento, objetivada através da homologação do Assentamento pelo INCRA e com o dia-a-dia sendo regido de acordo com estatutos, regimentos e normas de funcionamento da Cooperativa ocorre um fenômeno na vida das pessoas, que a partir dali se transformam em “*assentadas*”. Certos aspectos que acompanham o conceito de *assentado* passam a pautar seu cotidiano influenciando no modo como se percebem em relação a eles mesmos e em relação ao mundo que os cerca.

2.3 Reflexões sobre o termo "assentado"

Se a criação de um projeto de assentamento é, por um lado, o produto formal de um ato administrativo, expresso no decreto de desapropriação de uma determinada área rural em regime de propriedade privada para fins de reforma agrária, também tem sido, por outro lado, produto de lutas sociais bastante prolongadas pela redistribuição da posse da terra.

De acordo com Horácio Martins de Carvalho (1998), o assentamento expressa no momento da sua criação um ponto de inflexão histórico entre dois processos políticos e sociais. Uma transição histórica mais complexa do que o mero ato administrativo da sua criação formal. Representa o encerramento de um determinado processo político-social onde o monopólio da terra e o conflito social localizado pela posse da terra são superados e

inicia-se a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental naquela área, com a posse da terra por uma heterogeneidade social de famílias de trabalhadores rurais sem terra.

O autor define assentamento como

[...] o conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal (no caso de aquisição, também pelos governos estaduais) com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária. (CARVALHO, 1998:3).

Além disso, Carvalho acrescenta que a expressão assentamento, também é utilizada para identificar uma área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária destinada à produção agropecuária e ou extrativista, como também, para identificar um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais.

A experiência de luta pela terra, e a constituição do assentamento fazem com que os assentamentos tornem-se campo de articulação entre distintos atores sociais, levando à afirmação de novas identidades e interesses.

Como parte do processo de constituição e consolidação de um assentamento faz parte: a criação de associações, de cooperativas ou de grupos de trabalho; de comissões encarregadas de organizar e definir questões referentes à disciplina, à educação, ao lazer, à saúde e à educação, entre outros. Enfim, há toda uma sorte de novos laços que serão criados em torno de disputas de poder ou de idéias.

Novas relações formais e informais são estabelecidas entre os assentados e entre eles com o poder político local, com os movimentos sociais, organismos estatais, ONGs, instituições financeiras, etc. Enfim, um certo número de indivíduos que, em um determinado momento de suas vidas, encontram-se unidos em torno de impulsionar projetos que acontecem em um determinado espaço físico denominado assentamento, procurando neste espaço reproduzir seus meios de vida e de trabalho, enfim, realizar seus objetivos de vida.

Carvalho (1999) define o trabalhador rural sem terra como *nômade geográfico e social*. Nomadismo esse não relacionado apenas à sua mobilidade social vertical, mas às suas estratégias de sobrevivência. Concordando com o autor, eu apenas complementaria

que se trata de uma categoria social que, pela multiplicidade de situações vivenciadas pelos sujeitos usualmente nela incluídos, estaria ainda em um dinâmico processo de construção.

O autor aponta ainda para um fato bastante corriqueiro e que também pode constatar através de minhas pesquisas. Com o crescimento do número de áreas oficiais de reforma agrária ou dos acampamentos resultantes das ocupações de terras, tem sido uma constante entre as burocracias dos organismos governamentais e dos organismos da sociedade civil a tendência de ignorarem as diferenças, ou a heterogeneidade social que caracteriza a população dos assentamentos.

Analisando-se as políticas públicas formuladas para o setor, ou os diferentes projetos, regras e planos de financiamento voltados à Reforma Agrária, percebe-se a tendência a uma visão homogeneizadora que é sintetizada na expressão "**o assentado**", uma identidade social atribuída de fora para dentro, e na maior parte das vezes, assumida pelos trabalhadores rurais, afinal, ele também é parte do processo de constituição e consolidação do **Assentamento**.

Essa percepção que não identifica as diferenças, que rejeita subconscientemente essa heterogeneidade, impede o estabelecimento de interações sociais de reciprocidade, de compartilhamento, que estejam abertas à construção de novas tipificações, entre os de fora e os de dentro do assentamento, capazes de proporcionarem, num determinado plano social, novas identidades sociais. Dessa maneira, a tendência é de manter-se interações sociais, entre os de fora e os de dentro, de estranhamento. Essa percepção mítica da realidade a partir dos estranhos, em particular daqueles provenientes dos organismos governamentais e de diversos movimentos sociais, tende a induzi-los, ou torna-se facilitadora, de interações sociais autoritárias governo/sociedade civil com relação à população assentada. Isso se deve, ademais, pela dependência que a população da maioria dos assentamentos, em função da fragilização econômica em que se encontram, apresenta em relação aos estranhos que desejam lhes ajudar ou são mediadores de produtos das políticas públicas. (CARVALHO, 1999).

A nova coletividade representada pela população do assentamento, as novas formas de organização econômica e as exigências de decisões cotidianas sobre assuntos que lhes eram distantes, tais como, novas tecnologias aplicadas à produção agrícola, o acesso ao crédito e a necessidade de pagamento dos empréstimos são assuntos novos que aparecem no cotidiano das suas vidas a partir de sua nova condição de "assentados", e que lhes exigem enorme cuidado devido à consequência que tais decisões podem acarretar ao assentado e ao futuro de sua família no assentamento.

Antes da vinda para o assentamento, na maioria das vezes, e de maneiras distintas, as pessoas estavam submetidas a alguma relação de subalternidade com o pretense proprietário da terra, seja nas relações sociais de produção seja nas demais dimensões da vida cotidiana. Quando essa relação de subalternidade se rompeu, mudou a posição social destas pessoas em decorrência da superação da subalternidade e em função da formação de um novo grupo social com identidade própria, (o Assentamento), em torno do qual, se tecerão as relações sociais. Cada membro do Assentamento assume, nesse novo espaço um papel social, seja como membro da diretoria da Associação, ou Cooperativa seja como membro de algum dos grupos de trabalho formados com a função de auxiliar as famílias na organização da vida no assentamento.

A constituição do assentamento significa uma transição importante na vida das pessoas e famílias quando estas passam a interiorizar uma nova realidade e a interagir com o mundo social a partir dessa nova condição. É a descoberta, para elas, que essa nova condição traz consigo uma série de direitos, mas também a obrigação de assumir compromissos criados em função dessa nova situação.

É inegável a presença de certo artificialismo no processo de constituição de um assentamento de reforma agrária, tendo em vista que grupos de pessoas e famílias que, na maioria das vezes não se conhece, são transferidas de diversas localidades para uma outra localidade, agora denominada de assentamento, para ali constituir uma organização econômica, política, social e ambiental nova. A instituição desse organismo social, denominado "assentamento", tem se constituído em um desafio para que organizações governamentais, ONG's e movimentos sociais proponham novas formas de organização da produção, de apropriação da terra ou de cooperação entre as pessoas e famílias.

A proposição de ações para as pessoas e famílias que ali irão trabalhar, residir e relacionar-se entre si, principalmente se esta ou aquela ação for proposta em nome da "solidariedade", ou tiver como finalidade a "erradicação da pobreza", têm sido feitas como se os assentamentos e as pessoas que neles residem fizessem parte de modelos experimentais, existindo inclusive, certa pressão, direta ou disfarçada, para que novos sistemas sociais aconteçam (como no caso do Ceará, onde a maioria dos assentamentos não é parcelada) e, neles, novas relações com a terra.

No meu entender, a política de assentamentos é uma das formas pensadas pelo Estado para solucionar, pelo menos em parte, os conflitos oriundos da heterogeneidade de situações que conformam uma estrutura agrária que resultam de relações de força no

interior de um campo de disputas gestados historicamente a partir do confronto entre diferentes segmentos de trabalhadores rurais, latifundiários, agentes ligados ao capital agroindustrial, conflitos regionais em torno da questão agrária e agentes do estado e suas políticas. Entretanto, não é apenas isso, as relações que se gestam no processo que envolve o ato de "viver em um assentamento", acarreta para a vida das pessoas que nele habitam e trabalham transformações importantes no seu modo de ser e agir no mundo.

2.4 A constituição do Assentamento Unidos de Santa Bárbara

A Associação Comunitária dos Assentados (as) Unidos de Santa Bárbara constituiu-se como organização jurídica em 26 de janeiro de 1997. Segundo Maria das Dores Ayres Feitosa (2002)¹⁰ a área de 3.816.000 hectares localizada no Distrito de Sítios Novos, Município de Caucaia, onde hoje existe o assentamento foi desapropriada pelo INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária, por motivo de interesse social, para fins de Reforma Agrária, em 10/11/1995, fruto da oferta do ex-proprietário ao INCRA para tal fim. O ato de imissão de posse, no entanto, só foi assinado quase um ano depois, em 16/10/1996, com a finalização do processo de desapropriação da Fazenda Santa Bárbara que, juntamente com outras sete fazendas compunham a empresa agropecuária denominada CAPINE - Companhia Agropecuária Industrial do Nordeste, de propriedade do Sr. João Coelho.

A infra-estrutura física do Assentamento compõe-se de duas casas-sede grandes, uma escola com três salas de aula, quatro açudes, dois centros de manejo, cinco viveiros para a criação de peixes, três poços, duas caixas d'água, rede de energia elétrica, água encanada para todas as residências, uma pocilga, uma cisterna, galpão para máquinas, uma creche, uma igreja, casas de alvenaria em número suficiente para todos os assentados, dois tratores, um carro de passeio e um caminhão Mercedes Benz.

¹⁰ Maria das Dores Ayres Feitosa, a quem todos no Assentamento chamam carinhosamente de "Dorinha", participou, na qualidade de servidora do INCRA, dos primeiros trabalhos desenvolvidos na área do Assentamento Unidos de Santa Bárbara e como membro da equipe do Projeto LUMIAR.



Foto 1 Rua principal do Assentamento

Os assentados desenvolvem atividades nas áreas de pecuária de leite e de corte, piscicultura, apicultura, extração de castanha de caju e agricultura. Além disso, em março de 2004, quando realizei a maioria das entrevistas no Assentamento havia também um grupo de mulheres, composto por dezesseis membros que se articulavam em torno da fundação de uma associação autônoma com o objetivo de desenvolver atividades com manufatura e comércio de filés de peixe e derivados.



Foto 2 O trabalho com piscicultura

Segundo Feitosa, no início do assentamento, das quarenta famílias que eram empregadas e moradoras da empresa CAPINE, apenas uma não quis cadastrar-se junto ao Incra e continuar no local, preferindo mudar-se para outra fazenda do ex-patrão. Além dos moradores que ficaram, residem no Assentamento famílias que chegaram a partir de 1996,

vindos de Paraipaba, Caucaia, Aracati e Amontada, e de outros municípios do interior do Ceará.

Ao final do processo de desapropriação da fazenda, conforme Feitosa, em 1996 mais de 130 famílias chegaram a ocupar o local, sendo que o Assentamento foi formado por um grupo de 116 famílias cadastradas pelo INCRA, que, no início se acomodavam, precariamente, em barracas e em casas, galpões e antigas casas-sede ali existentes. Hoje vivem no local 83 famílias.

Conforme Feitosa, que acompanhou de perto o processo de constituição do assentamento, a ocupação da fazenda aconteceu em um clima de muita expectativa e ansiedade pelo que estava por vir e, mesmo enfrentando conflitos que surgiam em decorrência das diferentes expectativas com relação ao assentamento, os futuros assentados compartilhavam, em comum, da esperança de melhorar de vida. A autora relata: "Cada um colaborava com o que podia e sabia fazer, trazia experiências de vida e de trabalho, importantes nesse início de construção coletiva" o que reforçou o sentimento de cooperação e relações de amizade entre os assentados (Feitosa, 2002: 30).

2.5 Os assentados de Santa Bárbara e a Reforma Agrária

Em Santa Bárbara as famílias administram o Assentamento coletivamente, segundo regras constantes em seu *Estatuto da Associação dos Assentados*, também segundo o *Regimento Interno do Assentamento*, que sofreu modificações e hoje é mais flexível que no início, e através da *Cooperativa de Produção Agrícola do Projeto de Assentamento Santa Bárbara (COPASB)*.

Além destes, também compõem a estrutura organizativa do Assentamento uma coordenação geral, sete comissões de trabalho e a assembléia geral. As decisões são tomadas a partir de discussões nas reuniões das Comissões de Trabalho, divididas conforme temas e atividades desenvolvidas pelas famílias. São elas, as Comissões de Agricultura, Pecuária, Piscicultura, Apicultura, Educação, Saúde e Lazer.

O sistema de produção é coletivo associado à exploração familiar individual (cada família faz seu cercado para plantar). O gado, por exemplo, é de propriedade coletiva, e somente quatro pessoas trabalham cuidando das 700 cabeças. O que é produzido através dos grupos de produção é dividido na proporção às diárias coletivas, controladas pelo coordenador de cada grupo.



Foto 3 O trabalho com a criação de gado

Algumas atividades como piscicultura e pecuária são exercidas de forma individual e coletiva. Ou seja, alguns possuem suas próprias gaiolas de criação de peixes ou cabeças de gado além das que possuem em conjunto com os demais assentados.

Já atividades que revertem em benefício do assentamento como derrubada de mato, roçada, limpeza de açudes, conserto de cercas, colheita, são realizadas para manutenção da estrutura física do Assentamento. Assim como a terra e os meios de produção são de posse e uso comum, a força de trabalho das famílias envolvidas é utilizada coletivamente durante vários dias por ano. O produto líquido do trabalho coletivo é em parte destinado à redistribuição entre as famílias que dele participam sendo o restante aplicado em atividades produtivas, compra de equipamentos e conservação da infraestrutura econômica e social do assentamento.

Também acontecem trabalhos coletivos convocados para atividades de interesse social como, por exemplo, construir ou reformar algum prédio ou um equipamento de beneficiamento de produtos de origem rural de uso comunitário (casa de farinha, uma área de lazer, a construção de uma cerca ou de uma estrada).



Foto 4 O trabalho na casa de farinha

De acordo com o Regimento Interno elaborado no início do Assentamento cada assentado deveria cumprir dois dias de trabalho por semana que após algum tempo foi reduzido para uma diária semanal para as atividades coletivas. Os dias de trabalho excedentes são apontados e sempre que necessários para suprir a demanda, são remunerados a partir dos recursos administrados pela Cooperativa dos Assentados. Segundo G., presidente da Associação, no verão, por exemplo, é paga diária para roçar, no valor de R\$ 10,00, e para a apanha do caju, a diária fica em torno de R\$ 20,00.

O caminhão adquirido com os recursos obtidos através dos financiamentos iniciais hoje está ocioso, mas o trator de propriedade dos assentados está a serviço da prefeitura de Caucaia através de um contrato por 700 horas/ano. Todas as atividades de produção são administradas pela Cooperativa ou pela Associação, bem como os respectivos pagamentos de empréstimos contratados pelos assentados.



Foto 5 Garagem de veículos do Assentamento

O perfil de idade da população residente no assentamento é predominantemente jovem. Em dez residências onde foram realizadas as entrevistas com assentados residiam 64 pessoas, uma média de 6 pessoas por residência: destes, 29 pessoas tinham idades entre zero e 18 anos (45%); 23 tinham entre 19 e 40 anos (36%); 11 tinham idades de 41 a 60 anos (17%) e apenas uma pessoa apresentava idade acima de 61 anos (aprox.1,5%).

Quanto ao nível de escolaridade é bom o nível apresentado pelos residentes no Assentamento: entre os 64 moradores das dez famílias entrevistadas, 18 não frequentaram a escola ou são crianças em idade pré-escolar (28%); 7 são apenas alfabetizados (11%); 26 estão cursando ou concluíram o nível fundamental (40%); 9 estão cursando ou concluíram o nível médio (14%) e 4 (6%)¹¹ estão cursando ou concluíram o nível superior).

¹¹ Surpresa com o número de assentados que cursam a Universidade, mesmo residindo no meio rural, verifiquei que em todo o Assentamento existem seis pessoas que concluíram ou têm intenções de concluir até o ano de 2006 os estudos em nível superior e que, por pertencerem ao MST, obtêm descontos de 30% nas mensalidades dos cursos da UVA – Universidade do Vale do Acaraú, onde estudam. Apesar de representarem 6% das famílias entrevistadas na amostra selecionada para esta pesquisa, não representa o mesmo percentual sobre o total dos residentes no Assentamento.



Foto 6 Pausa para brincar na hora do recreio

Em relação à renda mensal, das dez famílias entrevistadas, cinco declararam perceber renda mensal de até um salário-mínimo; quatro declararam renda entre um e dois salários-mínimos e em uma família a renda situava-se entre três e cinco salários-mínimos. Algumas das famílias entrevistadas recebem auxílio através de programas sociais do Governo federal, como bolsa-família, bolsa-alimentação e bolsa-escola. Apenas em uma família a renda provinha de pessoas aposentadas e poucas são as famílias onde algum de seus membros tem trabalho assalariado, quando isso ocorre, geralmente são professores, faxineiro da escola ou da creche ou existe na família alguma filha que trabalha como empregada doméstica em Fortaleza. O depoimento desta assentada ilustra o desencanto com as atividades econômicas diretamente relacionadas com a existência do Assentamento

Aqui as condições só estão boas para quem tem emprego, quem não tem passa trabalho. Quem tem estudo e ensina está bem, tem dois ou três salários, quem não tem está mal. A gente não tem condições de dar o que os filhos precisam. Não tem o ganho certo para tirar e dar um curso de computação e um calçado, uma roupa. Passa-se mês sem pegar num real. Para o ano tenho esperança de conseguir um emprego, quem sabe... trabalhar no colégio com limpeza (D., membro do grupo de mulheres).

Outro fato que chama a atenção é que as famílias não consideram o trabalho utilizado nas atividades coletivas do Assentamento como geradoras de renda. Geralmente quando não havia nenhuma pessoa na residência com trabalho assalariado a família declarava-se sem rendimento. Nenhum entrevistado percebia o trabalho como agricultor (mesmo comercializando os produtos) ou piscicultor ou os ganhos percebidos com a venda da produção coletiva do Assentamento, como o gado ou a castanha de caju, por exemplo,

como gerador de renda. As palavras desta entrevistada ilustram as dificuldades dos assentados com a administração das atividades produtivas e o pagamento dos financiamentos.

(...) até agora nada deu certo. A roça é longe, lá no cajueiro. A gente planta milho e feijão pensando em colher umas cem sacas de milho. Não deu certo, se ficar setenta é muito (...) Se fosse depender do governo... fazem seus projetos e não se comprometem. O projeto da CONAB, para milho e feijão, ficaram de vir em janeiro. Em 15 de janeiro era para terem trazido o dinheiro, mas até agora nada. O arroz, a mesma coisa. Até agora não saiu nada. Outro projeto, de doze mil receberam nove mil e quinhentos, o resto está enganchado. Aí tem que vender o gado e pagar a parcela em nome do Assentamento (D., membro do grupo de mulheres).

Percebe-se que as diversas mudanças por que têm passado as políticas governamentais voltadas à Reforma Agrária têm repercutido intensamente na vida dos assentados, em relação à inserção do grupo em diversos programas e projetos do governo.



Foto 7 Quadra de esportes, também utilizada nas aulas de capoeira e para secagem de sementes.

Nos últimos anos a Cooperativa dos Assentados apresentou dificuldades na gestão dos recursos, devido a prejuízos ocorridos em diversos projetos produtivos. As atividades coletivas por ela geridas não produziram rendimentos suficientes que proporcionasse as possibilidades da redistribuição financeira esperada pelos participantes do coletivo de produção. O plantio do caju, por exemplo, segundo uma das entrevistadas, depois de descontadas as despesas gerou apenas R\$ 65,00 para cada família. Isso tem contribuído para o desestímulo da prática do coletivo de produção e propiciado a

emergência de novas formas de cooperação como o grupo de mulheres que direcionou seus esforços para a manufatura de produtos de pescado.

Através de trechos da entrevista com o presidente da Associação em 2004, verifica-se que muitos assentados têm dificuldade de administrar os recursos de modo eficaz, conservando o capital investido após o pagamento dos financiamentos, devido à dificuldade que têm em entender o funcionamento dos diversos programas de investimento e financiamentos voltados para o setor agrário.

(...) devido às dificuldades do pessoal, no segundo projeto de investimento tivemos que fazer assim: quem vendeu o gado do primeiro fica de fora no segundo. Porque, como vai fazer... do custeio separavam 30% de cada e comprava garrote. Com isso vai dar pra pagar. O governo dispensou 80% até junho de 2006. Este segundo projeto (Pronaf-A) é só individual, por grupo de 4 a 8 pessoas. Se uma pessoa do grupo quer vender o que é de investimento tem que vender para alguém do próprio grupo (G. presidente da Associação dos Assentados).

Ou seja, muitos assentados não conseguiram separar recursos para serem reinvestidos, além disso, nunca sabem como o governo vai agir, se vai dispensar o pagamento de parte do financiamento (o rebate, a que o entrevistado se refere), ou se terão que pagar integralmente os empréstimos contratados.

Excetuando-se dois entrevistados (membros da coordenação do Assentamento), quando perguntados sobre os planos para o futuro, todos os demais manifestaram o desejo de conseguir alguma atividade remunerada, ou continuar com os estudos com vistas a conseguir um emprego para melhorar as condições financeiras da família.

2.6 O Assentamento e as mediações

Para Medeiros e Esterici (1994), em virtude de os assentamentos originarem-se tanto através de políticas do Estado como em resposta a pressões de trabalhadores e seus aliados, mediações se fazem necessárias em decorrência da necessidade de diálogo e negociação entre os dois pólos. Estas mediações, segundo as autoras, podem ser consideradas como ações que tiram movimentos e grupos de sua dimensão local e particular relacionando-os a outras instâncias e grupos sociais.

Assim, as mediações acontecem na forma de organismos e pessoal do Estado ou de entidades de apoio e de representação, na conformação da luta pela terra, na constituição de novas identidades que se gestam nesse processo, na produção de

visibilidade de movimentos, na busca de alianças, na estruturação de demandas e na organização econômica, social e política dos assentados.

Segundo as autoras, estas formas de representação operam em relação aos segmentos representados através de formas mais ou menos sutis de controle sobre os trabalhadores que, em situações de assentamento, aparecem através de imposições dos mais diferentes tipos: o acesso à terra por meio de concessão de uso e não da propriedade plena, restringindo sua livre venda é uma delas; a necessidade de vinculação a alguma forma de associação para obtenção de recursos creditícios, é outra, além de: priorização sobre as formas coletivas de organização sobre as individuais; imposições em relação à organização da produção, a exigência do cultivo de alguns produtos; dedicação exclusiva ao trabalho no interior do assentamento; trabalho somente com a ajuda familiar, sem recurso ao assalariamento eventual; imposição de moradia no lote, entre outras.

Porém, para estas autoras, não existe passividade perante a dominação, uma vez que, nos assentamentos, é comum constituírem-se relações tensas entre os trabalhadores e as mediações, que se traduzem na forma de avaliações e escolhas no interior do grupo. Escolhas que dizem respeito a um determinado espectro de alternativas que se colocam para os sujeitos que, avaliadas com base em suas experiências atualizam determinadas posições como, por exemplo, engajar-se ou não em um movimento de ocupação de terras, aderir ou não a determinadas formas de organização da produção dos assentamentos, etc., podendo, inclusive, significar rupturas com alguns dos mediadores e articulação com outros canais de mediação (Medeiros e Esterici, 1994: 20).

A esse respeito é ilustrativa a mudança de rumos ocorrida entre os membros do assentamento e o MST. As escolhas que o grupo fez em relação às alternativas que se apresentaram ao longo da sua trajetória enquanto membros do Assentamento podem explicar, em parte, a ocorrência de certo "esfriamento" na relação entre os assentados e o MST, que no início do Assentamento era bastante próxima.

Feitosa (2002) destaca pontos positivos e negativos em relação à presença do MST no processo de constituição do Assentamento Unidos de Santa Bárbara. Segundo a autora,

O MST contribuiu na organização da área, assessorando com discussões sobre o assentamento, promovendo momentos de capacitação para os assentados e assentadas. (...) sua entrada (do MST) no assentamento causou reação negativa em algumas famílias já moradoras, dificultando a

participação e o envolvimento destas. Elas se consideravam as verdadeiras donas do assentamento e se sentiam temerosas com relação a esta nova organização que se instalava (FEITOSA, 2002:33).

A partir de minhas pesquisas pude perceber que a relação entre os assentados e o MST foi mais intensa no período inicial de atividades no Assentamento, inclusive com boa parte de seus membros tendo participado ativamente de manifestações do MST durante os anos de 1997 e 1998. Entre os entrevistados, que são membros do MST, há os que hoje se sentem decepcionados com o Movimento, como ilustra o relato desta assentada:

(...) o assentamento já teve grande participação no MST, mas tivemos decepções e hoje vemos o Movimento de outro jeito. A procura de apoio (do assentamento ao MST) diminuiu, nem financeiro e nem de pessoal... Não pediram mais. As lideranças do Movimento, na verdade, pregavam uma coisa, tudo comunidade e tudo junto, enquanto que lá dentro havia divisão. Quem é da Frente tem mais direito do que os militantes (C., membro da Comissão de Educação).

Outro assentado, a respeito do relacionamento do assentamento com o MST e com outras entidades que assessoram o Assentamento atribui as mudanças havidas nos relacionamentos a um processo de amadurecimento dos assentados. Segundo ele,

(...) hoje temos autonomia de decidir quanto à presença de ONG's e MST. Não existe espaço para intervenção efetiva. Hoje temos autonomia no poder de decisão. Existem assentamentos em que vereador manda, ONG, ou MST manda. Nós conseguimos manter a relação com o Movimento (D. Membro da Tesouraria do Assentamento).

E acrescenta sua opinião sobre mudanças que, segundo ele, teriam ocorrido dentro do Movimento,

(...) o MST perdeu um pouco as pernas. Acabou priorizando esta relação com o urbano e acabou desfocalizando sua ligação com a sociedade como um todo. Os apoios que conseguiram com os estudantes e o meio acadêmico... O que pregam não é o que fazem. Nas ocupações novas no campo, geralmente a tendência é permanecer de dia e noite. Hoje não. Os militantes urbanos querem dormir bem, então vão para a ocupação de dia e voltam à noite para a cidade. Acaba que a manifestação não tem o mesmo efeito. Eles têm jeitos diferentes de ver as coisas do que os homens do campo (D. Membro da Tesouraria do Assentamento).

Sr. J., antigo empregado da fazenda e hoje responsável pela Comissão de Piscicultura avalia sua situação pessoal atualmente como sendo melhor do que antigamente, porém sente falta de uma liderança para conduzir as questões do dia a dia.

Sobre a chegada do pessoal do MST vê como uma imposição do modo de constituição do Assentamento a obrigação de conviver e trabalhar coletivamente com um número tão grande de pessoas.

(...) Após a desapropriação chegou o pessoal do MST e com eles vieram problemas diferentes. Muitos desconhecidos, gente que vem de tudo que é lugar, das quais não se conhece o caráter e a gente se vê obrigado a uma convivência coletiva, sem uma liderança para conduzir e orientar a administração do Assentamento. Tudo tem que ser decidido em assembléia e isso causa um desgaste na convivência em comum. Ninguém tem autonomia para gastar um parafuso e os assentados não zelam pelo patrimônio comum do Assentamento (J. membro da Comissão de Piscicultura).

Sobre a obrigação do trabalho coletivo no assentamento, em sua opinião, mesmo que necessária, é motivo de desgaste nas relações entre os assentados. Segundo ele

Toda semana cada assentado tem que cumprir um dia de trabalho coletivo (turno de seis horas). Sempre tem aquele que quer sair mais cedo e os outros acabam trabalhando mais do que ele. De certa feita fizeram quatorze reuniões após o que decidiram as penalidades para quem não se ajeitasse, porém não funcionou (J. membro da Comissão de Piscicultura).

Para alguns assentados a ligação com o MST é benéfica, pois oferece ao Assentamento assessoria em termos de assistência técnica e de gestão organizacional, porém nem todos os assentados acham justo que o assentamento contribua financeiramente com o MST, com um percentual sobre os créditos que o assentamento recebe¹². Estes compreendem as necessidades do Movimento, mas consideram que todo dinheiro que entra deve reverter em benefícios para o grupo local.

Durante as entrevistas percebi que havia outro problema em relação ao MST e que custou a ser esclarecido, já que quando o assunto era tratado com algumas mulheres percebia-se certo descontentamento com as atividades relacionadas ao Movimento, porém notava-se que o tema era desconfortável e as respostas evasivas.

Com o tempo, e cerca de oito entrevistas adiante, pude perceber que este desconforto com o Movimento aparecia apenas na fala das mulheres que eram mães de

¹² Segundo consta no artigo 26º do Estatuto dos Assentados cuja transcrição encontra-se em anexo a Associação compromete-se a contribuir com 2% dos créditos recebidos a entidades dedicadas à luta pela Reforma Agrária e com 5% dos projetos recebidos a fundo perdido.

filhas adultas jovens. Aprofundando as perguntas sobre o tema com quatro das entrevistadas que tinham filhas com idades entre 18 e 24 anos percebi que o descontentamento devia-se à intensa participação das moças em atividades do MST em anos passados. Através do relato desta assentada, mãe de uma jovem de 23 anos se pode perceber o descontentamento com a participação da moça no MST.

Por que eu não gostava? Ora, minha filha vivia pelo meio do mundo, ficando um dia em cada lugar. Esteve até em Brasília... foi sozinha, sem dinheiro, com o endereço do destino escrito em um papel. Ficou um tempão sem dar notícias, passando trabalho... sem dinheiro nem pra comprar um xampu. Não era bom, que mãe gostaria de ver a filha assim? Hoje sossegou. Está casada com um moço que conheceu nessas andanças e mora em um assentamento em Pentecoste. Está bem (M.A. membro do grupo de mulheres do assentamento).

Já para esta jovem, filha de outra mãe descontente com as atividades da moça na militância junto ao MST, a aventura de acompanhar o movimento representou uma oportunidade de sair do assentamento, conhecer o mundo e ter contato com outras pessoas. Sobre as atividades na militância, ela diz:

Aqui não acontece nada, eu gostava de acompanhar o MST... era bom, conheci meu companheiro nessa lida. Não estou mais com ele, mas mesmo assim foi bom. A parte ruim é que quando se está no movimento não se tem rendimento, então a vida não anda. Tenho saudades de voltar a militar (A., filha de R., enquanto balançava no colo a filhinha de 10 meses).

Pode-se deduzir, a partir do exposto, que as jovens que participaram do MST gostavam de acompanhar o movimento porque representava a oportunidade de conhecer novos lugares e novas pessoas. Muitas dessas jovens tiveram relacionamentos afetivos com moços que participavam do Movimento e, algumas, em decorrência desses relacionamentos ficaram grávidas, porém, nem todas formaram com os pais das crianças uma nova família. Terminadas as atividades junto ao MST, estas voltaram, para a casa dos pais no assentamento, solteiras e com seus filhinhos – decorre daí o descontentamento das mães.

Quanto ao distanciamento do grupo em relação ao MST, percebe-se o desejo de afrouxamento dos laços em busca de autonomia do grupo. A experiência de vida que têm hoje, enquanto grupo, é diferente da que tinham no momento de constituição do Assentamento e percebem que quando "os de fora" aparecem munidos de algum plano ou

projeto para o Assentamento estes, geralmente, vêm acompanhados por sugestões a serem seguidas e metas a serem alcançadas, a respeito dos quais devem tomar posição e que, de um modo ou de outro, interferem no dia-a-dia do grupo.

O processo de implementação de um Projeto de Assentamento do Incra, e os procedimentos necessários à liberação dos recursos provenientes dos contratos de financiamento que compõem a maioria dos projetos de investimento firmados entre os assentados e os órgãos governamentais prevê a assessoria técnica de agrônomos, veterinários e outros profissionais ligados à área rural para prestação de serviços aos assentados em diversas fases da elaboração e acompanhamento dos projetos de investimento.

Maria Cecília Masseli (1998) nas análises que faz sobre o papel dos técnicos, destaca ambigüidades e contradições presentes nas representações sobre a relação entre técnicos e assentados.

Segundo a autora, devido ao passado dos assentados ter sido marcado por relações de exploração e submissão no trabalho e à dificuldade que tinham de compreender criticamente esta situação devido à sua condição de oprimido, por um lado os trabalhadores teriam introjetado como seus os valores do fazendeiro, o que teria gerado grande admiração dos trabalhadores para com o patrão, por outro lado, o poder que emanava do fazendeiro constituiria fonte de segurança, principalmente o poder de prover seu sustento.

Este entrevistado, membro da Comissão de piscicultura e antigo morador e empregado da fazenda, descreve as dificuldades do seu dia-a-dia em comparação aos tempos em que era empregado.

(...) olhando para trás, não sei se fiz um bom negócio. Como empregado recebia dois salários mínimos, não pagava moradia, nem leite e nem energia. Nem meu FGTS me adiantou grande coisa, apesar de tantos anos de serviço na fazenda. É claro que naquela situação não poderia estar aqui no meio da tarde batendo papo. Em compensação agora tenho outras preocupações que antes não tinha” (J. membro da Comissão de Piscicultura).

As palavras do Sr. J. indicam que, apesar de perceber a mudança em sua vida como um acontecimento positivo, uma vez que tem liberdade de escolher o que fazer com seu tempo. Sente falta da sensação de segurança de ter um salário certo no fim do mês dos seus tempos de empregado, assim como de ter alguém tomando as decisões importantes

sem preocupações com a administração de projetos que podem ou não dar certo, ou com decisões tomadas em conjunto com os demais assentados.

O desgaste quanto ao que tem que ser administrado coletivamente é enorme, como no caso da piscicultura. Apesar de ser responsável pela comercialização do peixe não tenho autonomia para conceder um simples desconto para uma quantidade maior de pescado vendido. Deixo de fazer bons negócios porque sei que teria problemas com os demais produtores. Esse engessamento é que desanima (J. membro da Comissão de Piscicultura).

Segundo Masseli (ibidem), no assentamento, os trabalhadores tendem a reproduzir com o Estado (representado no Assentamento pela figura do técnico), a mesma relação de submissão e dependência que tinham com os patrões. E, na qualidade de representante do Estado, muitas vezes o técnico, bem como o conhecimento que ele porta, é reconhecido como superior, de maior valor. A autora aponta ainda para o fato que, mesmo que o técnico não seja percebido assim, o fato de ele deter o conhecimento científico - o único reconhecido como válido pelo Estado - faz com que, aos olhos dos assentados, este seja visto como quem sabe o que é melhor para eles.

Em certas ocasiões a percepção benevolente em relação ao trabalho também pode ser observada revestindo as ações dos técnicos dos organismos oficiais encarregados da implementação das políticas relacionadas à reforma agrária que assessoram o Assentamento Unidos de Santa Bárbara, como se pode observar nas palavras deste entrevistado em relação à prestação de assistência técnica ao assentamento.

(...) Tem entidades que estão prestando serviço, mas parece que é favor. Outro dia o cara da EMATERCE não quis me atender. Disse que esse assentamento não precisava de nada, pois só via o povo chegar de moto (D. Membro da Tesouraria do Assentamento).

Ou seja, o assentado tem que demonstrar a pobreza e andar maltrapilho para poder ser atendido.

Em outros casos, a transmutação do direito em caridade ou em favor se revela nas relações dos assentados com o poder público, na qual o doador é identificado como um benfeitor, e praticamente exige que o assistido vincule-se a ele em uma relação de gratidão, como demonstra o trecho da entrevista a seguir em que o assentado discorre sobre a ajuda que o assentamento costuma receber do poder público.

A gente tem ajuda do pessoal do Incra, Fetraece, Sebrae, Banco do Nordeste, MST. São pagos pelo governo, de graça ninguém ajuda não, exceto o MST. (...) A luta é grande a cada vez que se tem que conseguir alguma coisa para o Assentamento. Dr. S. da Secretaria de Agricultura de Caucaia disse que gostam de ajudar as comunidades, mas gostam que agradece. "- Quando precisam de nós pode vir aqui que a gente ajuda. Quanto ao projeto das mulheres, pode mandar elas se reunirem que depois a gente ajuda" - (Dr. S. citado por G.) -(G., membro da direção da Associação dos Assentados Unidos de Santa Bárbara).

Por outro lado, também é comum o desrespeito aos saberes portados pelos assentados, como demonstrado em outro trecho da mesma entrevista:

(...) Assim também são alguns técnicos. Não aceitam que se diga nada, porque já parece que se quer saber mais do que ele. Tinha um técnico, há um tempo atrás, que queria que pegássemos o equipamento para fazer curva de solo e o pessoal não queria fazer, porque não viam necessidade. Em vez de ele explicar e convencer a gente a fazer foi logo mandando, porque quem sabe é ele (D. Membro da Tesouraria do Assentamento).

Uma das principais características do Projeto LUMIAR, em vigor no período 1999/ 2001, era a autonomia dos assentados para a condução do processo de formulação do projeto de investimento, para decidir sobre todas as questões inerentes ao processo, inclusive quanto aos contratos e a condução dos processos de assistência técnica.

Porém essa autonomia pode incorrer em efeitos positivos ou negativos para os assentados, uma vez que o Estado não exercendo o controle efetivo da administração pública na regulação eficiente das organizações terceirizadas que prestam serviço aos assentamentos favorece a baixa responsabilização pelo insucesso das ações. É importante haver além da determinação de metas a serem alcançadas também a existência de mecanismos de controle e de regulação suficientemente maduros para os contratos, que garantam a continuidade das ações e onde haja um repasse direto da responsabilidade da assistência para o prestador.

O Estado constitui os assentamentos e, através de diferentes critérios, define quem é incluído e quem é excluído do processo de seleção. O Estado impõe padrões de organização da produção, como a criação de associações e cooperativas e também define as regras de financiamento dos Projetos de Investimento, elaborados de acordo com as diretrizes formuladas segundo suas políticas que vão sofrendo modificações, conforme vão mudando os governos. Assim, o Estado concede a posse da terra às famílias assentadas em troca de trabalho e de ajuste às regras impostas esperando que, ao final de todo o processo,

estas cumpram suas obrigações e tenham uma vida feliz e digna, de preferência, emancipados do seu manto paternalista.

CAPÍTULO III

O TRABALHO DO INSTITUTO DE CIDADANIA NO ASSENTAMENTO UNIDOS DE SANTA BÁRBARA

3.1 Breve histórico da ação do Instituto no Assentamento

O contato inicial entre o Instituto de Cidadania e o Assentamento aconteceu no final do ano de 1999, em meio ao processo de formulação de um dos projetos de investimento que a Associação dos Assentados preparava para submeter ao Banco do Nordeste e pleitear através do mesmo um dos financiamentos oficiais do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Segundo Feitosa (2002), muitos foram os planos, projetos e manuais de ação envolvidos na trajetória histórica do processo de Reforma Agrária. Conforme a autora,

No intuito de resolver os problemas decorrentes da demanda por terra manifestada por pressões dos movimentos sociais organizados, o Governo percorreu caminhos diversos e criou instrumentos utilizados em períodos distintos¹³, como órgãos federais e regionais, ministérios, além de planos, programas e projetos especiais e de capacitação e desenvolvimento, financiados pelo Governo Federal (FEITOSA, 2002:63).

¹³ (Nota de Feitosa) "Destaca-se, entre eles, a criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), em 1962, e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), em 1964; a aprovação do Estatuto da Terra, em 1964; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970; o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), em 1987; o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEAF), em 1996; o Plano Nacional de Reforma Agrária, 1985-1989; a Conta Cooperativa de Capacitação (CONTACAP), em 1993-1996; Projetos de Assistência Técnica – LUMIAR, em 1997; linhas de crédito especiais como o Fundo Constitucional para o Desenvolvimento do Nordeste (FNE), em 1993; o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), em 1985; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995; Projeto São José – Programa de Ação Fundiária (Projeto Piloto), em 1996, e suas versões subseqüentes, Cédula da Terra, em 1998, e Cédula da Terra/Banco da Terra, em 2000; além do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em 1997; e do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento dos Assentamentos – Dom Helder Câmara, recentemente criado, visando a desenvolver ações de capacitação, comercialização e créditos, todos para tratar, com exclusividade, no plano nacional e estadual, a Reforma Agrária do atual Governo." (FEITOSA, 2002:63 Nota nº. 29).

O Assentamento em questão também passou por uma dinâmica parecida no que diz respeito ao contato com diferentes agentes sociais. Um dos diversos parceiros do Assentamento era uma prestadora de serviços, formada por técnicos de diferentes profissões reunidos sob a forma de uma cooperativa. Um dos técnicos desta Cooperativa promoveu o contato inicial entre o coordenador do Instituto de Cidadania e a Coordenação da Associação do Assentamento, no intuito da viabilização de um Projeto de criação de galinhas. Teve início, então, o trabalho do Instituto junto ao assentamento. As primeiras reuniões para avaliação dos potenciais e planos de trabalho para comunidade aconteceram no início de 2000.

No início dos trabalhos, segundo Relatório de Atividades do Instituto de Cidadania, foi realizado um Seminário de Capacitação em Organizações Associativas, organizado pelo Agente de Desenvolvimento do Banco do Nordeste, que tinha como objetivo:

[...] estimular o processo de conhecimento mútuo dentro da comunidade, fortalecer a auto-estima dos indivíduos e resgatar o elo de coletividade e sua capacidade empreendedora; facilitar a reflexão e a discussão da Associação, sob a ótica da organização e gestão empresarial; iniciar a construção do Plano Integrado de Desenvolvimento Econômico e Social da Comunidade, com base na realidade vivenciada; observar limites e possibilidades para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural e orientar a aplicação de esforços e recursos de forma inteligente e organizada, elegendo prioridades para as ações (Instituto de Cidadania - relatório de atividades, 2000).

Observo que desde o início do trabalho do Instituto há uma relação muito estreita entre os técnicos do Instituto (financiados por funcionários do BN) e os funcionários do BN. Não me parece que os assentados tivessem clareza de quem era quem.

Como parte da dinâmica da primeira reunião promovida por técnicos do Instituto e coordenada por um funcionário do BN, os assentados fizeram um levantamento da situação do Assentamento, à época, e um planejamento de ações visando o alcance de uma determinada situação desejada em relação a aspectos como: limpeza da terra, situação das habitações, infra-estrutura geral do assentamento, educação e em relação às escolhas

do grupo quanto às atividades produtivas que teriam intenção de implantar no assentamento e que deveriam compor seu Projeto de Investimento¹⁴.

A partir deste seminário, promovido em conjunto com o Agente de Desenvolvimento do Banco do Nordeste e o pessoal do Instituto de Cidadania, o trabalho do Instituto junto à comunidade se intensificou. Nesta fase não fica clara a separação entre a ONG e o Banco, uma vez que as reuniões têm como finalidade o planejamento do Projeto de Investimento.

Em janeiro de 2001, durante dois dias o Coordenador do Instituto de Cidadania e duas estagiárias de Serviço Social realizaram outro Seminário de Capacitação de Organizações Associativas, com objetivo de identificar oportunidades e potencialidades e identificar, dentro da linha de ação trabalhada pelo Instituto, os projetos com os quais os membros da comunidade mais se identificariam e que teriam interesse em programar.

Além destes seminários, como parte das atividades do ano de 2001, segundo relatórios de Atividades, o Instituto promoveu junto à Comunidade: em fevereiro, o Seminário-Oficina de Gestão Empresarial, sobre o tema: *O Mundo do Trabalho Atual e a Gestão de Pequenos Negócios*. Em março e abril aconteceram dois encontros em torno da "Oficina de Bijuterias". Em maio, houve uma reunião de Avaliação. Em junho aconteceu a entrega de três máquinas de costura - uma do tipo overloque, uma costura reta e uma "Singer Facilita" (doação) para o Curso de Corte e Costura. Em junho aconteceu a Oficina de Segurança Alimentar, Em julho, houve uma reunião de acompanhamento do Curso de Corte e Costura e, em agosto, a Oficina de Pintura em Tecidos. Em setembro, como parte das atividades do Projeto Espaço da Mulher, ocorreu a Oficina de Gênero e, em outubro, a Oficina de Saúde. Finalizando o trabalho do ano, em 10 de novembro de 2001 aconteceu a reunião de avaliação anual, fato gerador do encerramento das atividades junto à Comunidade.

Além das atividades acima mencionadas, devido à implantação dos Projetos de Galinha-Caipira e Cabra-leiteira também foram realizadas outras visitas à comunidade para acompanhamento destes projetos, para levar e trazer animais, ração, vacinas, providenciar acompanhamento veterinário, etc.

¹⁴ Projeto de Investimento firmado em 2000 entre a Associação dos Assentados do Assentamento Unidos de Santa Bárbara e o Banco do Nordeste no valor de R\$ 598.000,00, com financiamento segundo regras do PRONAF-A - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar para Assentamentos, ainda em vigor e que, de tempos em tempos sofre alterações, à medida que são feitos os pagamentos das parcelas pela Comunidade.

3.2 Interpretando o fim de uma ação filantrópica

Oficialmente o que levou o Instituto a romper sua relação com o Assentamento foi a avaliação de que este recebera muito mais recursos que os outros projetos apoiados e apesar disto os integrantes do Assentamento não pareciam satisfeitos com o trabalho do Instituto. Podemos resumir o pensamento dos técnicos do Instituto na pergunta: Por que então continuar se é possível investir em grupos mais necessitados do que o de Santa Bárbara?

Parece-me que o que foi percebido pelos atores do Instituto como ingratidão, rompendo com a lógica da dádiva, pode ser enriquecido por um concurso de fatores que apresento a seguir.

3.2.1 Projetos do Instituto: um projeto de mulher?

Os projetos do Instituto não faziam parte do Projeto de Investimento da Associação, portanto não havia recursos do Assentamento envolvidos na sua execução. Os Projetos de investimento estavam fundamentalmente ligados a atividades tidas como "masculinas", tais como: agricultura, pecuária, piscicultura e apicultura. Mesmo com a participação das mulheres, a maioria destas atividades têm homens na direção.

Apresento a seguir os projetos do Instituto e veremos claramente a forte ênfase colocada em ações direcionadas a um público feminino. Além de terem valores financeiros relativamente pequenos quando comparadas às atividades masculinas, os projetos do Instituto estão, sobretudo associados ao universo feminino.

- **Projeto de Caprinocultura para Segurança Alimentar** – Consiste no empréstimo de 10 matrizes e 01 reprodutor a cada comunidade, e tem o objetivo de gerar renda e melhorar a qualidade nutricional das famílias através da carne e do leite e seus derivados. É um projeto planejado para ser implantado com acompanhamento sistemático, que prevê tanto a capacitação da comunidade para o manejo correto da criação de caprinos e para a organização do trabalho coletivo, como o auxílio direto na manutenção do rebanho, com a aplicação de vacinas e de vermífugos, a construção de apriscos e de capineiras. Planejado para implantação no período de dois anos, tempo considerado suficiente para que o crescimento do rebanho permitisse a devolução dos animais emprestados ao Instituto que os encaminharia a uma outra comunidade.

- **Projeto Galinha Caipira:** A base deste projeto consiste na doação de um número previamente estabelecido de pintos para geração de uma fonte doméstica de alimento e renda nas comunidades. Seria um projeto planejado também para ser implantado com acompanhamento sistemático, como o anterior, que teria como objetivo tanto a capacitação da comunidade para o manejo correto da criação de galinhas, como o auxílio direto na manutenção dos animais, assistência técnica na aplicação de vacinas e de vermífugos e apoio financeiro para a construção de galinheiros.

- **Projeto Espaço Comunitário da Mulher:** Trata-se de um projeto direcionado às mulheres trabalhadoras rurais voltado à promoção do desenvolvimento de atividades geradoras de trabalho e renda. Constituir-se-ia em um espaço criado com o objetivo de possibilitar a discussão de temas concernentes ao cotidiano comunitário propiciando, dessa forma, um maior engajamento efetivo das mulheres no trabalho coletivo e na vida sócio-política da comunidade. Através da realização de seminários seriam identificados projetos de geração de renda voltados para as mulheres, aos quais o Instituto apoiaria, tanto na forma de cursos (pintura em tecido, corte e costura, crochê, etc.), como na forma de apoio financeiro para a compra dos insumos iniciais necessários à confecção dos produtos.

Entre as ações que têm como objetivo a capacitação dos integrantes das comunidades atendidas através dos projetos acima há também as que eram planejadas para acontecer através da realização de seminários, e cursos de pequena duração, tais como:

- Seminário de Capacitação em Organizações Associativas – SCOA;
- Seminário-Oficina de Gestão Empresarial;
- Curso de Corte e Costura;
- Curso de Pintura em tecidos;
- Curso de Crochê;

Além disso, também eram abordados junto às comunidades, outros assuntos relacionados a conhecimentos gerais, saúde ou participação comunitária, na forma de oficinas ministradas por profissionais contratados no mercado, ou pelas estagiárias-bolsistas do Banco do Nordeste, dos cursos de Serviço Social e Pedagogia. Dentro desta programação, as oficinas realizadas em Santa Bárbara, referiam-se aos seguintes assuntos:

- Relações de Gênero;

- Segurança Alimentar;
- Saúde

Pode-se apreender através das entrevistas que, assim como em muitos assentamentos de Reforma Agrária, em Santa Bárbara existem conflitos em torno de questões de gênero que se traduzem no processo decisório, tanto em relação à escolha dos projetos ligados à atividade econômica como em relação à classificação quanto ao grau de importância dos diferentes tipos de projetos, refletindo o papel secundário que normalmente as mulheres ocupam em nossa sociedade. O projeto de criação de galinhas (assim como outras atividades promovidas pelo pessoal do Instituto, como cursos de costura, bijuteria e crochê) aparece como um projeto das mulheres, portanto, menos importante.

A declaração desta entrevistada demonstra isso.

(...) o projeto de galinha caipira do Instituto veio para as mulheres. Tinha pouca assistência técnica. Quando é projeto dos homens, como o da pecuária, é mais assistido. O técnico (do Incra) ficava aqui pra entrar o projeto de investimento. Já, do Instituto vinham umas meninas com muito boa vontade, mas faltou interesse da comunidade (...) Além disso, naquele tempo havia a concorrência na atenção do grupo para outros projetos que aconteciam ao mesmo tempo, como pecuária e piscicultura. Esse assentamento não é de família é de homens. Só os homens têm projeto, só eles decidem o que vão fazer (Dona T. assentada, em entrevista realizada em 27.04.2004).

Havia certa indiferença entre os assentados, quanto ao sucesso dos projetos do Instituto: segundo minhas pesquisas, dentre as dez famílias pesquisadas, de um total de 64 pessoas que compõem o universo da amostra pesquisada¹⁵, apenas 21 pessoas haviam participado de algum dos projetos do Instituto e, talvez pelo fato de, inicialmente, os assentados não terem investido recursos nas atividades e nem serem obrigados a assumir compromissos quanto ao pagamento de empréstimos para seu funcionamento, o sucesso ou fracasso dos empreendimentos não fosse tão importante assim para eles.

É preciso lembrar que estes projetos concorriam na atenção dos assentados, à época, com projetos ligados ao Projeto de Investimento do Assentamento, que envolvia um volume de recursos importante, e pelo qual assumiriam compromissos pelos recursos

¹⁵ O requisito principal no critério de escolha das famílias entrevistadas era que pelo menos algum membro da família tivesse participado de algum dos projetos do Instituto de Cidadania.

financiados, inclusive com pagamento de juros. Estes, além disso, eram projetos ditos masculinos.

3.2.2 Um pequeno parceiro entre gigantes

Para os assentados, é normal que muitas pessoas visitem o Assentamento esporadicamente. Técnicos de bancos financiadores dos projetos de investimento, da prefeitura municipal, das secretarias de agricultura do Estado e do Município, da EMATERCE, pesquisadores das universidades, vêm a Santa Bárbara pelos mais diversos motivos. Geralmente a coordenação do Assentamento coloca à disposição dos visitantes uma das casas do assentamento, conhecida como "a casa dos técnicos", para servir de apoio durante a permanência no local. São tantos os visitantes que nem sempre os membros do Assentamento identificam adequadamente a que instituição pertence esta ou aquela pessoa.

Ao final de 1999, segundo Dona T., membro da Comissão de Saúde do Assentamento, em meio ao processo de formulação do projeto de investimento aconteciam muitas reuniões entre os assentados, entre estes e os diversos técnicos que assessoravam a Associação, técnicos do Banco do Nordeste, do Projeto LUMIAR, do Incra, etc.

Enquanto o Instituto propunha, com muito boa vontade, uma ação de “segurança alimentar”, em torno da criação de galinhas caipira e de cabras leiteiras, no mesmo período os assentados estavam trabalhando em projetos com parceiros de grande porte: BN, INCRA, uma Cooperativa de técnicos, a Prefeitura etc.

Para se ter uma idéia da disparidade entre os atores, após a emissão de posse, segundo D. membro da Coordenação do Assentamento, foram liberados três tipos de crédito às famílias:

- Um Projeto de Alimentação: cerca de R\$ 300,00 por família - destinados à alimentação durante os três primeiros meses;
- Um Projeto de Habitação: R\$ 2.000,00 por família para a construção de casas;
- Um Projeto de Fomento: cerca de R\$ 800,00 por família para o início das atividades produtivas.

No caso de Santa Bárbara, a administração coletiva dos recursos possibilitou aos assentados a compra dos equipamentos necessários à administração da fazenda, como tratores, carroças, animais, bem como um preço melhor na compra do material de construção para as casas e assim por diante.

Este entrevistado relata alguns dos investimentos feitos por grandes parceiros dos assentados. As somas financeiras dão idéia da discrepância entre os projetos do Instituto (cabra, galinha) e os chamados Projetos de Investimento do Assentamento.

(...) No começo do ano sempre aparece um custeio pra doze meses, pra pagar no fim do ano. Se não pagar tem o rebate e se tiver devendo... Tem muito projeto que só sai se for coletivo. Na primeira diretoria o assentamento recebeu em torno de R\$ 600.000,00; na segunda, também R\$ 600.000,00 e R\$ 90.000,00 do Projeto São José. Na terceira diretoria, (atual) que começou há dezesseis meses, nada. Agora existem estes complementos do PRONAF- A de até R\$ 3.000,00, com rebate de 40% e PRONAF- C de até R\$ 6.000,00. Este é sem rebate, tem que pagar 100% (G. presidente da Associação dos Assentados).

Entre os diversos projetos voltados à política agrária que estiveram presentes no Assentamento Santa Bárbara, no período entre 1999 e 2001, destaca-se o Projeto LUMIAR¹⁶. Este, segundo Nejme N. Costa (2002)¹⁷ atuou em Santa Bárbara através de uma equipe formada por uma assistente social, um agrônomo, um veterinário, dois técnicos agrícolas e um técnico em contabilidade.

Conforme a autora, ao longo de seus três anos de existência, este projeto sofreu paralisações por falta de recursos, sendo que, no Ceará encerrou-se em junho de 2000, com as equipes retornando ao trabalho de assistência técnica junto às comunidades em fevereiro de 2001.

¹⁶ Segundo Costa, o Projeto LUMIAR, criado em janeiro de 1997, é um projeto de assistência técnica aos assentamentos integrantes do programa de qualidade e produtividade nos assentamentos de reforma agrária que tem como objetivo geral viabilizar os assentamentos, tornando-os unidade de produção estruturadas, inseridas de competitividade no processo de produção, voltados para o mercado, integrados à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional (Costa, 2002:13, apoiando-se em uma publicação do INCRA).

¹⁷ Nejme Nogueira Costa trabalhou no Assentamento Santa Bárbara, através do Projeto LUMIAR, inserida no quadro social da Cooperativa de Prestação de Serviço e Assistência Técnica – COPASAT, filiada à Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária do Estado do Ceará – CCA-CE, que por sua vez, era formada por mais quatro outras cooperativas de produção dos assentamentos de Lagoa do Mineiro, em Itarema, Santana, em Monsenhor Tabosa, 25 de Maio, em Madalena e Santa Bárbara, em Caucaia. Segundo Costa, a CCA-CE compõe o Sistema de Cooperação dos Assentados – SCA, setor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, responsável pela produção dos assentamentos e mobilização social dos assentados frente à política de teor agrícola do Governo (Costa, 2002:13).

A assistência técnica do Projeto LUMIAR, com suas respectivas reuniões para decisão sobre os projetos de investimento, e posterior liberação de financiamento para o Assentamento Santa Bárbara acontecia ao mesmo tempo em que o trabalho do Instituto de Cidadania também transcorria junto à Comunidade, sendo que cabe aqui apontar para o fato de que, para os assentados, este último não tinha o mesmo grau de importância que o primeiro, em relação ao volume de recursos envolvidos.

Além disso, à época também havia a presença dos técnicos do MST, que assessoravam os assentados na formulação dos projetos produtivos e que também tinham certo interesse na contratação dos financiamentos dos projetos de investimento, uma vez que segundo art. 26º do Estatuto dos Assentados do Assentamento Santa Bárbara (Anexo 4), ao Sistema de Cooperação dos Assentados – SCA, também é destinada uma parcela dos recursos destinados ao Assentamento.

O trabalho com galinha caipira e cabra leiteira foram os dois projetos que envolveram maior volume de recursos do Instituto e, apesar disto muito pequenos quando comparados aos dos outros parceiros do Assentamento. Projetos propostos pelo Instituto como “pintura” e “bijuteria” parecem quase insignificantes (uma esmola?) diante das outras atividades nas quais os assentados estavam envolvidos.

3.2.3 Doações “beiju de caco”.

Segundo as entrevistas que realizei com os assentados a respeito dos motivos que levaram ao encerramento das atividades do Instituto junto ao Assentamento, a maioria declarou que, o Instituto não cumprira o que prometera. Por exemplo, o técnico do Instituto “não trouxe mais ração para os pintos e estes começaram a morrer de fome”. Sem recursos para adquirir a ração utilizada normalmente tentaram alimentá-los com o milho que dispunham no assentamento, mas este não era um alimento apropriado. Em decorrência disso, “os pintos ficaram doentes e muitos morreram”. Quando tiveram que adquirir novos animais para continuar o Projeto de galinha-caipira o preço que pagaram pelos pintos foi superior ao preço que o coordenador do Instituto havia lhes dito que teriam que pagar, deixando-os insatisfeitos.

As palavras desta entrevistada ilustram a desorganização e a falta de acompanhamento que ela percebeu em relação aos projetos de galinha caipira e caprinocultura dos quais participou.

O trabalho do Instituto, não sei... não foi pra frente. Era como beiju de caco¹⁸, não dá em nada. O projeto de galinha foi um fracasso. A primeira leva até que deu, mas quando foram repor os pintos não deu mais certo. O gasto não compensava o trabalho que dava. O projeto das cabras era pra ter um acompanhamento. A daqui morreu não sei nem de que. Não teve veterinário pra saber por que foi (C. membro do Grupo de mulheres).

Um bom exemplo desta percepção de uma “ação malfeita” foi dado na reunião anual de avaliação dos trabalhos do Instituto no Assentamento Unidos de Santa Bárbara, quando foram apontados, pelos membros da comunidade, vários aspectos que contribuíram para o insucesso de alguns dos projetos e conseqüente avaliação negativa dos trabalhos.

Assim, foram anotadas reclamações referentes à falta de assistência veterinária para a lida com as cabras do Projeto de caprinocultura, a falta de ração para os pintos do Projeto de galinha caipira, a falta de material para os cursos de pintura e a desatenção da equipe do Instituto que agendara algumas atividades e não cumprira com o acordado. Temos aí um grupo de indicadores do humor dos assentados.

A Ata da Reunião (completa em anexo) que serviu de base para o encerramento das atividades é uma ladainha de lamentos sobre o trabalho do Instituto.

Dentre os 18 participantes que responderam o questionário, 7 responderam que a chegada do Instituto na comunidade não trouxe melhorias, enquanto o restante (11) afirmou que houve muitas melhorias e que o trabalho desenvolvido pelo Instituto é muito importante para o desenvolvimento da comunidade (**Reunião de avaliação do trabalho anual no Assentamento Unidos de Santa Bárbara – transcrição**).

Ao mesmo tempo em que os assentados agradecem aos técnicos do Instituto dizendo que o trabalho foi “muito importante” e que trouxe “muitas melhorias”, descrevem erros fundamentais em todos os projetos desenvolvidos. Vejamos algumas ilustrações retiradas da Ata:

¹⁸ Como não compreendi o que significa a expressão "beiju de caco" mencionada pela entrevistada C. quando se referia ao trabalho do Instituto esta me explicou a diferença entre beiju normal e beiju de caco. Segundo C. o beiju normal só pode ser feito com massa de mandioca produzida em casas de farinha, pois são necessários equipamentos para produzir esta massa. Já em casa é possível fazer o beiju de caco e para isso rala-se a mandioca que depois é torcida em um pano para extrair a água, chamada "mandipoeira" (sic). Depois de espremida, a massa é esfarelada e moldada à mão na forma de beiju para depois ser assada em uma espécie de prato grande de barro, sobre fogo à lenha. É um processo que dá muito trabalho e rende um número pequeno de beijus, que às vezes se quebram enquanto estão sendo assados. Segundo C. apenas as pessoas muito necessitadas, que não tendo o que comer, ou dinheiro para comprar farinha, dão-se ao trabalho de colher o pau da mandioca, descascá-la e fazer o processo todo para se alimentar. Este é o motivo para o uso da expressão ao referir-se a algo que dá muito trabalho e pouca satisfação.

- CURSO DE CORTE E COSTURA:

"a máquina de overlock já foi para a comunidade quebrada e ainda está para consertar com o C."

"muitas desistências, devido ao curso ter muita gente para poucas máquinas"

"o material principal chegou atrasado"

"pequena quantidade de material"

"material sempre ia trocado (linha diferente do tecido)"

- CURSO DE PINTURA

"pincéis quebrados e mais grossos do que o necessário"

- PROJETO GALINHA CAPIRA

"preço elevado da ração e dos pintos diante daquele apresentado no orçamento à comunidade"

"falta de acompanhamento técnico"

- PROJETO CABRA LEITEIRA

"as cabras chegaram tarde (o combinado era que elas deveriam ter chegado em julho)"

"as cabras não vieram na quantidade nem na qualidade acordada entre o Instituto e a comunidade, as cabras são pequenas e não dão a quantidade de leite dita pelo Instituto"

"ficou combinado entre o Instituto e a comunidade de o Instituto levar 15 cabras e 1 reprodutor, mas só chegaram 7 cabras e 1 reprodutor muito tempo depois"

"sem acompanhamento técnico"

"o Instituto nos prometeu que entraria com a assistência se nós entrássemos com a estrutura, e aí? Cadê a assistência, a estrutura está pronta..." **(Reunião de avaliação do trabalho anual no Assentamento Unidos de Santa Bárbara – transcrição)**

Um caso mais sério ainda é o das Máquinas de Costura. Apesar de no Relatório de Atividades do Instituto constar a doação destas máquinas este assunto não está

totalmente esclarecido, pois, segundo entrevistas com membros da Comunidade as máquinas foram retiradas com o fim das atividades e, segundo D., uma das estagiárias que atuava na Comunidade, à época, estas máquinas teriam sido levadas para permanecer na Comunidade. A retirada das mesmas no final de 2001 também pode ter contribuído para aprofundar a situação de conflito entre o Instituto e a Comunidade.

Boa parte dos beneficiados por algum tipo de ação do Instituto percebeu tais ações como capengas. Todas estão marcadas por algum tipo de “defeito” como descrito acima. Parece-me que “agradecer” algo que “parece beiju de caco”, como disse uma entrevistada e que segundo ela “não dá em nada”, é difícil.

3.3 O trabalho do Instituto na visão de quem o planeja e na visão de quem o executa

A adesão de voluntários filantrópicos a projetos voltados à construção de um mundo reordenado por valores simbólicos cuja referência é a generosidade, como o faz o grupo de funcionários do Banco do Nordeste responsável pela constituição e funcionamento do Instituto de Cidadania, consagra uma forma ideal de ligação social, mas também tem caracterizado uma tendência muito incentivada por empresas na atualidade que, ao apoiarem projetos voltados para a área social, sem perseguir a obtenção de lucros materiais, busca, através da associação de sua imagem e de suas ações a um critério que a distingue das demais organizações econômicas, a obtenção de lucros simbólicos.

Segundo Pierre Bourdieu (1996), os bens simbólicos, por razões evidentes, encontram-se situados espontaneamente, por meio das dicotomias ordinárias (material/espiritual, corpo/espírito, etc.), do lado espiritual, sendo comumente considerados como fora de enfoque para uma análise científica. O autor denomina economia de oferendas, por exemplo, o funcionamento das economias domésticas, ou seja, as trocas no interior da família, como também, o tipo de transações que se instauram entre a Igreja e os fiéis.

Nos princípios que elaborou acerca do que denomina *economia dos bens simbólicos*, Bourdieu reafirma o papel da sociologia de construir uma teoria geral da economia das práticas, por tratar-se de um universo econômico que, segundo ele, seria composto de vários mundos econômicos, dotados de "racionalidades" específicas, supondo e exigindo, simultaneamente, disposições "razoáveis" (ao invés de racionais), ajustadas às regularidades inscritas em cada um deles, as "razões práticas" que os caracterizam. Os

mundos da economia não-econômica, segundo o autor, teriam em comum o fato de criarem as condições objetivas para que os agentes sociais tenham interesse no "desinteresse", o que parece paradoxal. (Bourdieu, 1996: 158).

Demonstrando que as ações acontecem num mundo simbólico recheado de códigos, em suas pesquisas na Cabília, Bourdieu descobriu inúmeros provérbios evidenciando que um presente poderia constituir-se também em um infortúnio, ou em uma ameaça, pois teria que ser retribuído, evidenciando ser o ato inicial um atentado à liberdade de quem o recebe além de indicar que, pelo fato de o mesmo ter que ser retribuído, e com acréscimo, criaria obrigações transformando presenteados em devedores.

Em relação às opiniões dos membros do Instituto de Cidadania quanto ao trabalho que executam, são distintas as posições assumidas entre quem trabalha no planejamento e aqueles que trabalham na execução dos projetos junto às comunidades.

Os membros do Conselho Fiscal e do Grupo de Funcionários que apóiam as ações e contribuem com o Instituto, tanto financeiramente como na formulação das propostas de projetos e ações não recebem pagamento em troca do trabalho realizado. Estes, geralmente trabalham no planejamento e coordenação das atividades administrativas do Instituto e percebem o trabalho que executam como sendo de caráter voluntário além de concebê-lo como uma forma de devolução de um direito (à vida digna ou à cidadania) que estaria sendo negado às populações que são atendidas pelos seus projetos, não esperando, em troca da execução deste trabalho, nenhuma forma de reconhecimento, ou agradecimento. Além disso, procuram distinguir trabalho voluntário de filantropia.

Para eles, através do trabalho voluntário, como o que realizam, procuram traçar metas e definir objetivos, que, quando alcançados, lhes proporcionam a sensação de que fizeram realmente alguma coisa para melhorar a vida das pessoas, não só no presente, mas procurando garantir sua subsistência no futuro. Já as ações desenvolvidas no campo da caridade e da filantropia, em sua opinião, apesar de serem planejadas com fins humanitários, geralmente têm como objetivo a promoção pessoal de quem as executa, sendo de suma importância a sua divulgação, além de humilhar o recebedor, provocando impactos profundos em sua dignidade.

Um dos entrevistados do grupo à frente do planejamento, por exemplo, afirma que todo mundo se sente gratificado quando alguém chega e diz: "muito obrigado". Mas não considera isto como condição "*sine qua non*". Pondera inclusive que, de certa forma,

ao não demonstrar gratidão, a pessoa estaria se libertando de um antigo hábito de mostrar-se agradecida a tudo o que é feito por ela. Em suas palavras,

(...) Se nós fazemos isso em substituição ao governo, em alguns pontos, ele não é obrigado a estar grato, e nem deve estar grato. É uma coisa que ele está recebendo porque já mereceu. Que ele tem direito, pela essência do homem, enquanto homem cidadão. Então, o que nós estamos fazendo é só entregar uma coisa. Se ele agradece, ótimo. Satisfaz o nosso ego. Se ele não agradece, o que a gente tem feito, é ter a consciência de que aquilo é um direito dele, inalienável e que ele está adquirindo consciência ao não agradecer. Mas, principalmente, se você tiver a humildade de fazer esta leitura, você se desapega um pouco desta questão. Do orgulho, de esperar que o outro se sinta obrigado. Fica uma relação muito opressiva. O outro está sempre oprimido pela sua capacidade de fazer e o outro ter que agradecer (M. Membro do Conselho Fiscal do Instituto de Cidadania).

Esse aspecto abordado pelo entrevistado em questão me remete à obra clássica sobre a dádiva de Marcel Mauss (1950) quando aponta para um dos aspectos negativos presentes na ambivalência do dom que se revelaria nas conotações sugeridas pela sua raiz grega *dosis*, associada a dose, a veneno, que não chegaria a matar quando oferecido em pequenas doses, à altura da capacidade de devolvê-lo, mas que afrontaria os que o recebessem em tais doses que não tivessem condições de retribuí-lo.

Outra entrevistada, também membro do Conselho Fiscal, considera gratificante o trabalho que executa, enquanto sujeito que está desenvolvendo uma ação social, principalmente quando constata a efetividade desta ação. Seu trabalho a leva a refletir sobre as desigualdades causadas por um sistema excludente, que dá oportunidade a alguns e não a outros. Ao trabalhar com as comunidades considera que, de certa maneira, estaria devolvendo um pouco do que recebeu, porque teve acesso às oportunidades. É o que expressam as colocações abaixo:

(...) Me sinto gratificada, não no sentido de fazer com que ele se sinta dependente da nossa presença lá, até porque para o ego é muito bom: aquilo de - ah que bom que o senhor veio aqui, que a senhora veio aqui, eu estava mesmo precisando, ah que bom. Não nesse sentido, mas no sentido de fazer com que ele sinta que a gente está junto com eles, e nos faz refletir sobre esse sistema que está aí, marcado pela grande dificuldade, pela falta de oportunidade, mas a gente conseguiu por uma outra forma de buscar, ou sei lá, a gente nem sabe por que, teve outras condições de ver melhor. É aquela coisa, quanto mais a gente conhece, mais aumenta a nossa responsabilidade, então a gente tem que fazer com que este conhecimento que adquirimos chegue até ele, e devolver isto para a sociedade, afinal de contas, foram eles que fizeram com que a gente hoje tivesse esse acesso (R. Membro do Conselho Fiscal).

Já o grupo que trabalha na execução dos projetos junto às comunidades, enfrentando o pó e o calor, viajando aos sábados para realizar oficinas e seminários em lugares ermos e distantes da capital também percebe o trabalho que executam como voluntário, apesar de serem pagos para executá-lo, como no caso do coordenador e das estagiárias bolsistas do Banco.

Porém, quando indagados sobre a importância da existência, ou não, de formas de agradecimento e reconhecimento quanto ao trabalho desenvolvido nas comunidades assistidas pelo Instituto, ao contrário dos primeiros, não hesitam em declarar que esperam alguma forma de reconhecimento por isso. O que pode ser percebido nas palavras desta entrevistada que considera que o reconhecimento é importante, não para o Instituto, mas para as pessoas que realizam o trabalho. Justifica:

(...) Porque muitas vezes, nesses trabalhos que a gente realiza aos sábados, é como se fosse um trabalho voluntário. Com certeza a gente deixa de fazer muita coisa pra estar lá no sábado, pra ajudar. E se a gente chega em uma comunidade e sente desprezo das pessoas, como aconteceu em reunião da avaliação de final de ano em uma das comunidades, é muito ruim para os técnicos que vão realizar este trabalho (C. estagiária de Pedagogia).

Na mesma linha de pensamento as palavras de outro membro da Coordenação demonstram que a manifestação de gratidão por parte da comunidade atendida com projetos do Instituto é esperada e, de certa forma representa importante papel na decisão da continuidade dos trabalhos nesta ou naquela comunidade. Quando a equipe recebeu críticas pela forma como vinha conduzindo os trabalhos junto a uma comunidade, ao contrário de examinar seus erros e buscar soluções para os mesmos, optou por encerrar os trabalhos alegando a existência de outras comunidades mais necessitadas e mais receptivas a qualquer projeto do Instituto. As palavras do membro da Coordenação que entrevistei o demonstram:

Acho que este pessoal já não está mesmo precisando de nós. Já estão ricos. Da última vez em que lá estive reparei que o rebanho de gado da comunidade aumentou bastante. Devem estar ganhando um bom dinheiro. Daqui pra frente vamos diminuir o ritmo dos trabalhos e, aos poucos encerrar as atividades. Podemos aplicar em outra comunidade a verba que hoje despendemos ali, existem outras comunidades em situação pior do que a deles onde certamente seremos mais bem-vindos (C. membro da Coordenação do Instituto).

Como afirma Bourdieu, de certa maneira na troca de dádivas todos colaboram, sem sabê-lo, com um trabalho de dissimulação com o intuito de negar a verdade das trocas, o "toma lá dá cá", que significaria a anulação da troca de dádivas. Segundo o autor, quando se esquece que o que dá e o que recebe estão preparados e inclinados, por um trabalho de socialização, a entrar sem intenção e cálculo de lucro nas trocas generosas, cuja lógica se impõe a eles objetivamente, pode-se calcular que o dom gratuito não existe, ou que é impossível, uma vez que só se poderia pensar os dois agentes como calculistas se entregando em nome de um projeto subjetivo para fazer o que fazem objetivamente, conforme o modelo lévi-straussiano, ou seja, uma troca obediente à lógica da reciprocidade. - Eu faço isto por você e você se mostra agradecido.

Outro aspecto, definido por Bourdieu como outra propriedade da economia das trocas simbólicas: é o *tabu da explicação* (cuja forma, por excelência, é o preço). Declarar a verdade da troca, segundo ele, é anular a troca. E cita como exemplo, o costume que temos de retirar a etiqueta do preço quando damos um presente a alguém, ponderando que na troca de dons o preço deve estar implícito (por isso retira-se a etiqueta). Negando a verdade dos preços é como se todos estivessem de acordo quanto a evitar a explicitação sobre o valor relativo das coisas trocadas, recusando qualquer definição quanto aos termos da troca.

A equipe do Instituto encerrou o trabalho na comunidade devido às reclamações, não aproveitando as críticas como instrumento para reflexão e aprimoramento dos trabalhos. Apenas os consideraram mal-agradecidos. Ou seja, os membros do Instituto que executavam as ações junto às comunidades percebiam o trabalho que realizavam como voluntário, concebendo-o como a oferta de um presente e, nessa condição, assim como não há a atribuição de valor, da mesma forma não se esperam críticas, apenas agradecimentos. Já a Comunidade percebia o trabalho do Instituto como um auxílio técnico para a execução de projetos de geração de trabalho e renda, uma ação profissional, portanto e feita de forma incompleta. Ao opinarem sobre a condução dos trabalhos desfez-se o vínculo que era percebido de formas diferentes entre as partes.

Considerações finais

A precariedade das condições de vida de parte do povo nordestino ilustra a omissão do governo federal, na Região, que, embora no discurso direcione suas ações à diminuição do sofrimento da população, historicamente, vem priorizando grupos já favorecidos, as elites regionais, sustentadas, ao longo do tempo, pela força de trabalhadores submetidos às mais diversas formas de exploração e de controle do trabalho.

Analisando a atuação do Estado na Região, do ponto de vista das relações entre classes busquei compreender de que maneira as ações voltadas à diminuição da pobreza e das desigualdades são implementadas baseadas em princípios de solidariedade, e onde o atributo "pobreza" se constitui como uma das formas de classificação utilizadas como critério de seletividade em ações que, por vias indiretas, são patrocinadas com a chancela de um banco de desenvolvimento.

Comparando a condição de pobreza entre as comunidades, os técnicos do Instituto de Cidadania atribuem significados e estabelecem prioridade de atendimento a cada uma, procurando atendê-las da melhor forma possível, em conformidade com o volume de recursos disponível. Por outro lado, através desta atribuição de significados, ao mesmo tempo em que beneficiam as comunidades com projetos que visam à geração de trabalho e renda podem também estar contribuindo para a manutenção das desigualdades, nessa lógica em que para ser beneficiado é necessário ser pobre e mostrar-se agradecido, pode-se estar aprisionando o outro nesse papel degradante.

Os técnicos do Instituto de Cidadania se importam com a situação de pobreza da região, sendo motivados à execução de seu trabalho, pela expectativa do resultado de suas ações na diminuição do sofrimento das populações. E, nesse sentido, segundo o resultado de minhas pesquisas pode-se dizer que buscavam, embora inconscientemente, com este trabalho, o bem-estar do outro e também o seu próprio.

A criação do Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste é uma das expressões das novas estratégias da sociedade civil que tem sido chamada a exercer as funções de articulação dos interesses e demandas dos setores populares na diminuição da pobreza. A responsabilidade social que tem sido delegada à

sociedade através do incentivo da criação das ONG's demonstra que, com um discurso baseado em solidariedade o Estado tem cada vez mais incentivado a lógica da filantropia e da benemerência em lugar da instituição de direitos sociais e cidadania.

Independente de as análises sobre os pobres que se tem feito nas Ciências Sociais no Brasil consolidarem conceitos e abordagens que focalizam a pobreza, ora sob o enfoque econômico, ora sob o enfoque político, a carência material, a ausência de direitos sociais e a não inserção no mundo do trabalho de uma parcela significativa da população, em um país com tantos recursos naturais apenas reflete a crueldade do sistema.

Sem atribuir uma avaliação positiva ou negativa da política de assentamentos, procurei ao longo da pesquisa, desenvolver uma análise voltada à percepção dos efeitos produzidos pela convivência dos membros do assentamento entre si e entre eles e os diversos atores que com eles interagem, buscando apreender o significado dessa experiência a partir, basicamente, da comparação entre as situações atual e anterior dos assentados em termos objetivos e subjetivos a partir desse encontro.

A vinda para o Assentamento Unidos de Santa Bárbara não foi apenas de famílias isoladas mas grupos de famílias, algumas aparentadas ou que criaram, a partir de então laços importantes como os de parentesco. O assentamento parece agrupar em seu interior partes de antigas comunidades que se fundem em uma nova comunidade, com espírito de corpo e com identidade própria. A criação do assentamento, além de permitir a manutenção das relações existentes, acaba introduzindo mudanças que muitas vezes refletem no rearranjo espacial de famílias provocando a convivência com pessoas pouco conhecidas ou mesmo desconhecidas, proporcionando novas oportunidades de encontro e convivência a partir dali.

O Assentamento Unidos de Santa Bárbara é um assentamento rico. Rico de espaço, de pessoas felizes, de histórias de sucesso, de lutas, de enfrentamentos, de coragem e de crescimento. A trajetória de uma população de baixa escolaridade que enfrentava em um momento anterior de suas vidas uma instável e precária inserção no mundo do trabalho rural, para a reorganização de suas vidas sob uma nova perspectiva de crescimento pessoal, com incremento de renda, e possibilidade de trabalho na própria terra é o que os faz não se considerarem pobres.

Dentre os entrevistados apenas uma pequena parcela concebia a si mesmo como pobre, pois assim a maioria classificava apenas as pessoas que perderam a dignidade,

ou a capacidade de modificar sua situação, a capacidade de luta para melhorar de vida. E eles, com certeza, não se consideravam assim.

A vida em um assentamento rural possibilitou a essa população, pela primeira vez, o acesso ao crédito para produção, ainda que esta inserção no mercado financeiro represente ter que lidar com uma série de novas dificuldades. O volume de recursos liberados em créditos que circulam em função dos assentamentos reflete no comércio local e no bem-estar geral das pessoas, na sua capacidade de consumo, não só de gêneros alimentícios, mas também de bens de consumo em geral, eletrodomésticos, insumos e implementos agrícolas.

Além disso, em muitos lugares, ao longo do tempo, os assentados ganharam reconhecimento social e político, superando uma concepção inicial, em que os sem-terra eram associados a situações de conflitos, invasões, manifestações ruidosas e ocupações de espaços públicos (particularmente nas áreas onde os assentamentos foram resultado de ocupações de terra).

Porém, a pluralidade de entidades externas que, de tempos em tempos mantém contato com os assentados e propõe ao grupo novos projetos incentivando o surgimento de novas idéias e planos para geração de renda, a exemplo do Instituto de Cidadania, ou órgãos governamentais, como o próprio INCRA, a EMATERCE, a FETRAECE, o SEBRAE ou o MST podem significar crescimento ou retrocesso na vida dos assentados. São tantas as sugestões que às vezes acaba influenciando a capacidade do trabalho rural, em dedicar esforços a determinados projetos, não obtendo sucesso em algumas atividades que concorrem umas com as outras em sua atenção, como ocorreu com os projetos do Instituto de Cidadania.

A ausência de mediações institucionais dos trabalhadores rurais ou dos organismos governamentais capazes de sistematizarem e debaterem coletivamente as proposições externas permite que o oportunismo floresça, tanto pelo lado das entidades externas como por parte dos grupos e associações internas. As entidades externas na expectativa de divulgação de experiências bem sucedidas (que contam com seu apoio) que revertem em incremento de capital simbólico perante a sociedade, como, em minha opinião, é o caso do Banco do Nordeste, via ações do Instituto de Cidadania. E as entidades internas, que, surgindo em grande número dentro do assentamento favorece o insucesso pelo descontrole de suas ações por parte dos associados, também contribuindo para enfraquecer os canais de participação da comunidade como um todo.

Em Santa Bárbara verifica-se que o coletivo de produção necessita de estímulo para conservar a coesão entre os assentados, para que os laços que sustentam o espírito de comunidade ali presente sejam permanentemente incentivados com o exercício da solidariedade e da cooperação social e não venham a se dissolver, desagregando a força que os une em torno do Assentamento Unidos de Santa Bárbara.

Seria ingênuo pensar que porque o Estado não cumpre com suas obrigações deve-se deixar que a sociedade, através das ONG's o faça. Assim, espero que os resultados da presente pesquisa nos auxiliem a refletir exigindo que o Estado cumpra o seu papel fazendo sua obrigação em benefício de toda a sociedade, incentivando ações que acontecem no campo dos direitos e não da filantropia, pois estas, longe de acabar com as desigualdades, são carregadas de significados que, no fundo, humilham o cidadão.

Referências bibliográficas

ALVES, Mário Aquino. *Muito Além da responsabilidade social: o discurso social das empresas no Brasil*. Texto apresentado no VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002. Disp.em<<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044203.pdf>> acesso em 22.06.2005, 16:41h.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papiurus, 1996.

CARVALHO, Horácio Martins de. *Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil*. NEAD. Curitiba, 1999. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=15>. acesso em 27 jun 2005.

_____. *Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil*. NEAD. Curitiba, 1998. Disponível em <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=199>>, acesso em 27 jun 2005.

COSTA, Nejme Nogueira. *"Reforma Agrária" no Ceará: acertos e (des)acertos na relação entre os saberes de assentados e técnicos – o caso Santa Bárbara*. Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2002.

FEITOSA, Maria das Dores Ayres. *Participação: Ainda Uma Trilha na Reforma Agrária do Ceará - estudo de caso no Assentamento Santa Bárbara*. Dissertação do Curso de Mestrado em Educação Brasileira - Faculdade de Educação - Universidade Federal do Ceará - Fortaleza, 2002.

FERNANDES, Ana Elizabete da Mota. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, Brancolina. Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do Governo Federal. In. *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar/ org. Leonilde Medeiros...[et al.]* São Paulo: Ed. UNESP, 1994. (Prismas)

FICK, Vera Maria Soares. *Ações sobre a pobreza rural no Ceará: experiências e significados*. Monografia de graduação em Serviço Social. Fortaleza: UECE, 2002.

GOHN, Maria da Glória. O novo associativismo e o Terceiro Setor. In: *Revista de Serviço Social e Sociedade*, nº. 58. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Ed.Loyola, 2000.

_____. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade brasileira na era da globalização*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

LANDIM, Leilah & SCALON, Maria Celi. *Doações e trabalho voluntário no Brasil - uma pesquisa*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

MASSELI, Maria Cecília. *Extensão Rural entre os sem-terra*. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1998.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. 1950. Lisboa, Portugal: Edições 70, s/d.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. ; ESTERCI, Neide. Introdução In.: *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar/ org. Leonilde Medeiros...[et al.]* São Paulo: Ed. UNESP, 1994. - (Prismas).

NEVES, Delma Pessanha: Voluntariado filantrópico: humanismo salvador e gestão social. In: *Revista de Ciências Sociais*. V. 34, n. 1. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2003.

PALMEIRA, Moacir. Burocracia, Política e Reforma Agrária. In. *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar/ org. Leonilde Medeiros...[et al.]* São Paulo: Ed. UNESP, 1994. (Prismas)

Documentos consultados:

Banco do Nordeste. *Banco do Nordeste Notícias* Número Especial sobre a repercussão das mudanças na economia regional. Janeiro, 1997.

BANCO DO NORDESTE. *Programas Especiais, Índice Geral de Programas*. Disponível em Web site:<<http://www.bnb.gov.br/programas/1especiais.html>> Acesso em 30 out. 2003.

_____. *Balancos Anuais*, 1998 a 2001.

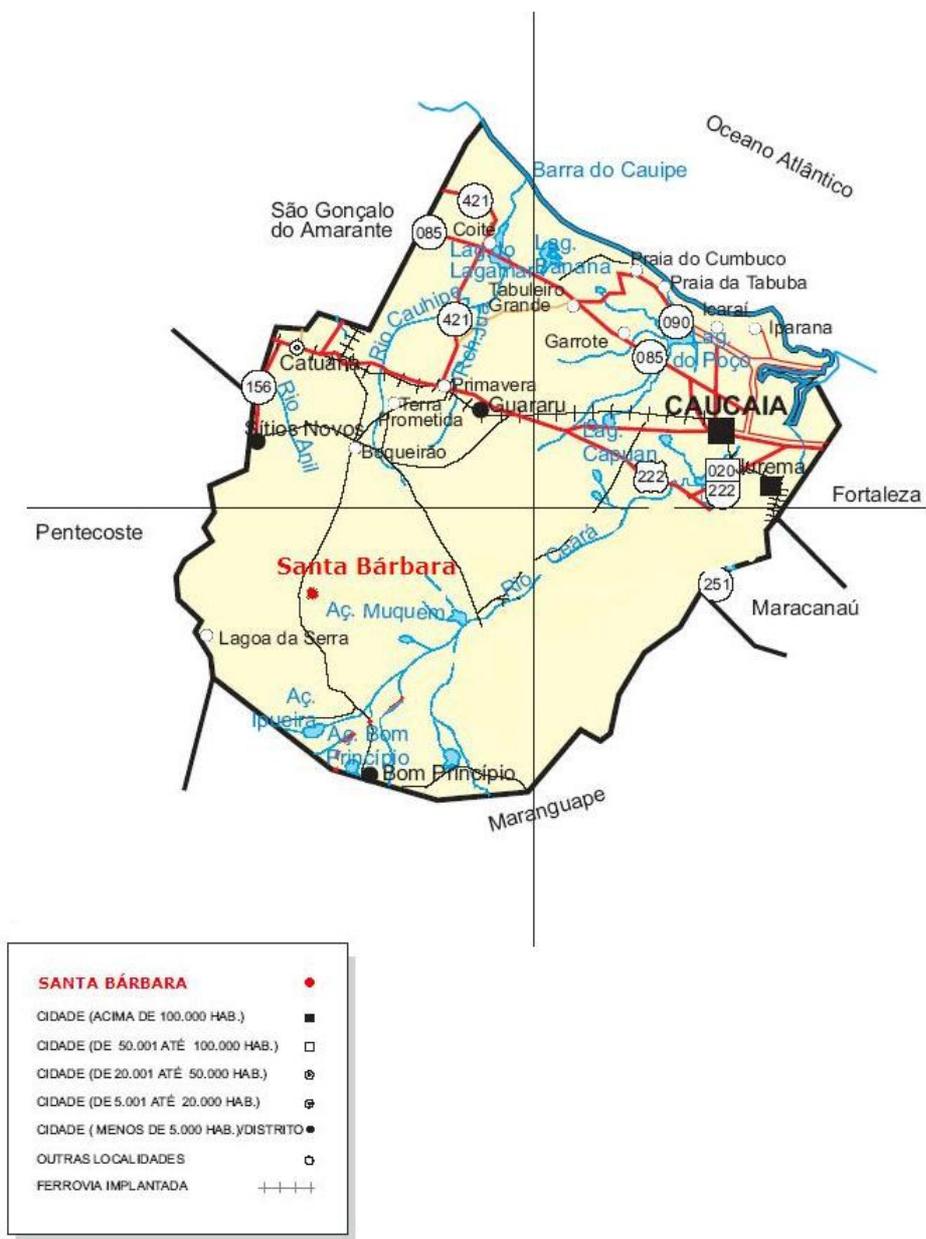
BANCO DO NORDESTE. Página Oficial da Internet <<http://www.banconordeste.gov.br/>>

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Manual dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária*. Brasília, 2001. Disponível em Website: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em 23 mai 2004.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Relatório de Gestão PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - Consolidado 2003*. Disponível em Website:< <http://www.incra.gov.br>>. Acesso em 23 mai 2004.

Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste - Documentação Institucional e Projetos diversos. 2001. mimeo

ANEXO 1 - Mapa de localização do Assentamento Unidos de Santa Bárbara



Desenho baseado em mapa disponível no web site: www.ipece.gov.br. Autoria: Augusto Fick

ANEXO 2 - Mapa do Assentamento Unidos de Santa Bárbara



Ilustração: desenho livre sobre a disposição das edificações e equipamentos. Autoria: Augusto Fick

ANEXO 3- Transcrição de ata de reunião

REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO ANUAL NO ASSENTAMENTO UNIDOS DE SANTA BÁRBARA (transcrição)

MUNICÍPIO: Caucaia – CE

DATA: 10 de novembro de 2001

HORÁRIO: de 9h15min às 11h25min

REPRESENTANTES DO INSTITUTO: I. C., C. S. e C.R.

"Realizamos nessa viagem uma reunião de avaliação, com o objetivo de avaliar todas as atividades que aconteceram no decorrer do ano de 2001 e o papel desempenhado pelo Instituto, para encaminharmos possíveis soluções para 2002".

Iniciamos a reunião com uma dinâmica de integração cujo objetivo é mostrar aos participantes a importância do trabalho em grupo. Após a dinâmica, distribuimos um questionário de avaliação a ser respondido pela comunidade no qual foram levantadas as seguintes questões:

★ O Instituto de Cidadania iniciou o trabalho na comunidade de Santa Bárbara no ano passado.

★ Dentre os 18 participantes que responderam o questionário, 7 responderam que a chegada do Instituto na comunidade não trouxe melhorias, enquanto o restante (11) afirmou que houve muitas melhorias e que o trabalho desenvolvido pelo Instituto é muito importante para o desenvolvimento da comunidade.

★ Os aspectos de maiores mudanças foram:

Educação/Capacitação

Organização

Auto-estima

★ Segundo a comunidade, o Instituto precisa melhorar na orientação à comunidade, no acompanhamento e no apoio financeiro.

★ O que mudou com o trabalho do Instituto na comunidade?

- os jovens e as mulheres começaram a se reunir mais (a conversar mais)
- as palestras trouxeram muitas orientações
- houve um grande incentivo para que a comunidade trabalhasse com aquilo que sabiam fazer
- educação
- capacitação
- o relacionamento entre as pessoas
- aumento da participação e da auto-estima da comunidade.

★ A comunidade fez o seguinte comentário sobre o Instituto:

- falta acompanhamento, talvez pela falta de tempo
- levou a comunidade a descobrir o novo
- ajudou a comunidade a caminhar para frente
- muitas vezes não cumpriu com o que prometeu
- precisa realizar um acompanhamento mais rígido na comunidade.

★ Quando questionado acerca da comunidade (sobre como participaram) fizeram o seguinte comentário:

- faltou também organização
- nem todos corresponderam a proposta inicial
- a comunidade está se desenvolvendo com a ajuda do Instituto
- falta perseverança
- no início apresentavam interesse, mas agora estão apáticos.

★ As atividades escolhidas mais interessantes foram:

Pintura
Corte e costura
Bijuteria
Galinha caipira
Cabra leiteira
Oficinas.

No final da avaliação do Instituto passamos para a avaliação dos projetos e atividades desenvolvidas no ano de 2001.

1. Curso de corte e costura:

PONTOS POSITIVOS

- despertaram para a consciência de saber fazer algo, da capacidade de aprender um ofício
- capacitação
- quem ficou no curso realmente aprendeu
- já estão comercializando e têm muitas encomendas.

PONTOS NEGATIVOS

- a máquina de overlock já foi para a comunidade quebrada e ainda está para consertar com o C.
- muitas desistências, devido ao curso ter muita gente para poucas máquinas, sendo a maior desistência no grupo da manhã
- o material principal chegou atrasado
- pequena quantidade de material
- material sempre ia trocado (linha diferente do tecido)
- acidente com Dona D.
- não tiveram oportunidade de aprender a fazer o acabamento nas roupas, devido a falta da máquina
- serviços atrasados, devido a falta da máquina
- tempo curto
- falta de comunicação no curso (troca de informações entre a comunidade e o Instituto o que levou muitas pessoas a desistirem do curso)

POSSÍVEIS SOLUÇÕES

- a máquina precisa voltar para a comunidade
- aumentar o número de horas/aula
- é necessário uma conversa entre o C. e a Dona D. com relação ao contrato e sobre curso (até quando vai continuar?)
- melhorar a organização do Instituto.

2. Curso de bijuterias

PONTOS NEGATIVOS

- não houve comercialização
- saíram para vender, mas devido a pouca quantidade produzida tinham que baixar o preço já que não tinha variedade
- pequena produção devido ao pouco dinheiro

PONTOS POSITIVOS

- capacitação
- organização
- grupo bastante organizado e querendo continuar

POSSÍVEIS SOLUÇÕES

- encontrar um novo mercado para comercializar o produto fabricado

3. Curso de pintura

PONTOS NEGATIVOS

- pincéis quebrados e mais grossos do que o necessário

PONTOS POSITIVOS

- material OK
- instrutor OK
- vendas excelentes e com encomendas

POSSÍVEIS SOLUÇÕES

- comprar pincéis mais finos para contorno

4. PROJETO Galinha Caipira

PONTOS NEGATIVOS

- preço elevado da ração e dos pintos diante daquele apresentado no orçamento à comunidade
- falta de acompanhamento técnico
- pouca quantidade de dinheiro para aumentar a produção
- morte de quase 50 dos 200 pintos entregues à comunidade
- não foi garantido o remédio e a ração, assim a comunidade teve que comprar
- muito trabalho e pouco retorno financeiro

PONTOS POSITIVOS

- aquisição de conhecimento para trabalhar em grupo

POSSÍVEIS SOLUÇÕES

- marcar uma reunião para quando terminar a venda do primeiro lote para avaliar se o projeto deve ou não continuar

5. PROJETO Cabra Leiteira

PONTOS NEGATIVOS

- as cabras chegaram tarde (o combinado era que elas deveriam ter chegado em julho)
- as cabras não vieram na quantidade nem na qualidade acordada entre o Instituto e a comunidade, as cabras são pequenas e não dão a quantidade de leite dita pelo Instituto
- ficou combinado entre o Instituto e a comunidade de o Instituto levar 15 cabras e 1 reprodutor, mas só chegaram 7 cabras e 1 reprodutor muito tempo depois
- sem acompanhamento técnico
- *“o Instituto nos prometeu que entraria com a assistência se nós entrássemos com a estrutura, e aí? Cadê a assistência, a estrutura está pronta...”*

PONTOS POSITIVOS

- ainda não se pode avaliar os pontos positivos

POSSÍVEIS SOLUÇÕES

- melhorar a qualidade das cabras, trocando-as
- trazer o material prometido (sal e mata bicheira)

5. Oficinas

PONTOS NEGATIVOS

- algumas dinâmicas utilizadas pelos facilitadores

PONTOS POSITIVOS

- facilitadores excelentes
- grandes e novas descobertas
- aquisição de conhecimento da vida diária" (Relatório de Avaliação, novembro 2001).

ANEXO 4 ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS ASSENTADOS

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS ASSENTADOS(AS) UNIDOS DE SANTA BÁRBARA – ACAUSB – CAUCAIA – CEARÁ

ESTATUTO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FÓRUM E ÁREA DE ATUAÇÃO

Artigo 1º - A Associação Comunitária dos Assentados(as) Unidos de Santa Bárbara – Caucaia – CE – ACAUSB, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com sede no Assentamento Unidos de Santa Bárbara, na Fazenda Capine, distrito de Sítios Novos, município de Caucaia e comarca de Caucaia, estado do Ceará, onde tem foro que rege pelo presente estatuto sobre a orientação do seu regime interno.

Artigo 2º - São finalidades da Associação Comunitária dos Assentados(as) Unidos de Santa Bárbara – Caucaia – CE:

1 – Representar e defender os legítimos interesses dos assentados(as) do assentamento Unidos de Santa Bárbara, estabelecendo para isto vínculo de união e solidariedade com a CCA, MST e outras entidades ou movimentos congêneres, visando a auto defesa da dignidade e cidadania do povo, o fortalecimento da sua organização e o crescimento da comunidade em todos os aspectos.

Artigo 3º - Compete a Associação Comunitária dos Assentados(as) Unidos de Santa Bárbara:

- a) Organizar os assentados, por meio de reflexão e estudos dos problemas e dificuldades da mesma e procurar as soluções mais adequadas a cada problema, de acordo com o desenvolvimento da comunidade;
- b) Organizar a comunidade, representar e defender os seus legítimos interesses junto a todos os órgãos e poderes constituídos, legislativos, executivos e judiciários, a nível Federal, Estadual e Municipal, no sentido de encontrar soluções para os problemas e dificuldades da comunidade, no que diz respeito a agricultura, moradia, trabalho, terra livre, educação, saúde, alimentação, cidadania, segurança, transporte, desenvolvimento (ilegível), lazer, etc.

- c) Empreender esforços no sentido de adquirir para uso coletivo, máquinas e implementos agrícolas e demais bens necessários, que venham proporcionar melhores condições de trabalho;
- d) Lutar pela implantação de uma justa política agrária, fundiária e agrícola, eliminando assim a figura do atravessador do nosso meio;
- e) Promover atividades de formação e capacitação, tais como: cursos, encontros, seminários, palestras, debates, etc. Acerca de assuntos ligados aos interesses da comunidade;
- f) Desenvolver atividades culturais, desportivas e outras diversões no sentido de motivar a participação da comunidade e da entidade;
- g) Estabelecer contribuições aos associados através de assembléia geral da entidade, no sentido de garantir sua auto-sustentação financeira e, conseqüentemente, a sua independência política;
- h) Desenvolver atividades comunitárias produtivas.

Artigo 4º - A Associação Comunitária do Assentamento lutará ainda:

- a) Pela mais ampla liberdade de organização, expressão e participação da comunidade nas decisões que envolvam seus interesses;
- b) Por uma justa distribuição de renda e das riquezas em nosso estado e país;
- c) Por toda terra livre para quem dela necessita para trabalhar e viver;
- d) Contra toda e qualquer discriminação de cor, raça, sexo, religião, partido político, etc.;
- e) Por uma sociedade mais justa, fraterna e humana;
- f) Contra qualquer abuso de poder praticado contra a dignidade e a cidadania do povo.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO, DIREITOS E DEVERES

Artigo 5º - A Associação Comunitária dos Assentados(as) Unidos de Santa Bárbara é constituída pelo conjunto dos assentados(as) do assentamento Unidos de Santa Bárbara, homem ou mulher, com idade acima de 16 anos, sem discriminação.

§ Único – A filiação a esta entidade poderá ser feita por convite dos seus membros ou espontaneamente, desde que os interessados estejam de pleno acordo com os estatutos e programas de luta da mesma.

Artigo 6º - São direitos dos associados:

- a) Votar e ser votado para o exercício de qualquer cargo eletivo na entidade, desde que estejam em pleno gozo dos seus direitos sociais;
- b) Participar de todas as atividades da entidade, apresentando propostas, sugestões, reivindicações, denúncias, notas, moções, notas de apoio ou de esclarecimento, etc.;
- c) Gozar de todos os benefícios e assistências existentes na entidade;
- d) Requerer a convocação de assembléias gerais, ordinárias e as extraordinárias, respeitando o disposto no artigo 9º (nono) deste estatuto.

Artigo 7º - São deveres dos associados:

- a) Zelar pelo bom nome desta entidade;
- b) Respeitar os estatutos e demais regulamentos da Associação;
- c) Pagar em dia a contribuição fixada em assembléia geral;
- d) Participar efetivamente de todas as atividades da entidade, colaborando para seu desenvolvimento.

Será desligado o sócio da associação que:

- mudar de residência para fora da área de atuação da Associação;
- pedir afastamento;
- falecer;
- que, por motivo grave for excluído do quadro social.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 8º - A Associação Comunitária dos Assentados(as) Unidos de Santa Bárbara exercerá a plenitude dos seus direitos e poderes, através de sua estrutura organizacional, ou seja: Assembléia Geral, Conselho de Coordenação, Diretoria e Conselho Fiscal, que é o órgão fiscalizador.

Artigo 9º - A Assembléia Geral é a instância máxima de poder de decisão desta associação formada pelo conjunto dos associados, em pleno gozo de seus direitos sociais, sendo de sua exclusiva competência:

- a) eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- b) cassar o mandato, quando necessário, de qualquer membro da direção ou do Conselho fiscal, bem como, estabelecer penalidades aos sócios ou diretores da entidade quando julgar necessário;

c) apreciar e deliberar sobre a prestação de contas da entidade;

§ primeiro – As assembleias gerais ordinárias, serão realizadas 02 (duas) vezes ao ano, para apreciação do orçamento para o exercício seguinte, respectivamente, sendo que as assembleias gerais extraordinárias, serão realizadas tantas vezes quantas forem necessárias.

§ segundo – A convocação da assembleia, em caráter ordinário ou extraordinário, ficará a cargo da Diretoria, caso esta se omitir, a convocação poderá ser feita pelos associados interessados, desde que estejam em pleno gozo de seus direitos sociais, e que sejam um grupo de pelo menos, 10% (dez por cento) dos sócios em dia.

§ terceiro – A Associação se organizará em comissões para melhor execução das propostas. O regimento interno definirá quantas, quais e a função de cada comissão.

Artigo 10º - O Conselho de Coordenação e a Diretoria são os órgãos executores das atividades da associação que dirigirá a mesma, de acordo com seus Estatutos, normas, diretrizes e planos aprovados pela assembleia geral.

§ 1º - O Conselho de coordenação e a Diretoria se reunirão, necessariamente, pelo menos uma vez por mês para tratar de assuntos de interesses da entidade, em dia, local e horário estabelecido pelos seus membros;

§ 2º - O mandato da diretoria terá prazo de dois anos, podendo ser reeleita por apenas mais um mandato e os cargos serão exercidos sem remuneração.

§ 3º - A Diretoria desta associação será composta pelo Presidente, Secretário e do Tesoureiro e três suplentes da diretoria. O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e três suplentes. A Diretoria e o Conselho Fiscal para concorrerem à eleição, formarão uma chapa específica com o nome de cada membro, e serão eleitos em pleito único, de dois em dois anos, pelo voto livre e secreto dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais.

§ 4º - A convocação das eleições será feita pelo Presidente da entidade junto com o conselho de coordenação, no prazo máximo de 45 e no mínimo 15 dias antes da realização do pleito, o qual deverá ser realizado no prazo máximo de 10 e no mínimo de 02 dias antes do encerramento do mandato da diretoria.

§ 5º - O Conselho de Coordenação será composto pelos coordenadores dos grupos de famílias que existirem na associação que serão definidos em regimento interno, mais a Diretoria.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA DA DIRETORIA

Artigo 11º - Ao Presidente compete:

- * Representar a entidade, ativa, passivamente, judicial e extra-judicialmente, podendo para isso delegar poderes;
- * Convocar e presidir as reuniões e assembléias gerais;
- * Convocar as eleições da diretoria e conselho fiscal e presidir o processo eleitoral acompanhado pelo conselho de coordenação;
- * Coordenar os trabalhos, assinar correspondências ou outros documentos das entidades juntamente com o secretário, emitir cheques juntamente com o Secretário e tesoureiro e autorizar as despesas.

Artigo 12º - Compete ao Secretário:

- * Redigir e assinar, juntamente com o presidente, as atas das reuniões do conselho de Coordenação, Diretoria e Assembléias Gerais, correspondências e outros documentos da entidade;
- * Supervisionar os serviços administrativos;
- * Guardar e manter em perfeita ordem nos arquivos, todos os livros e demais documentos indispensáveis ao funcionamento desta entidade.

Artigo 13º - Ao Tesoureiro compete:

- * Manter organizados os documentos e serviços da tesouraria;
- * Preparar e apresentar mensalmente, de forma transparente, balancetes de receitas e despesas;
- * Assinar juntamente com o presidente e o secretário, os cheques e pagar as ordens de despesas;
- * Receber as contribuições dos associados e outras doações para a entidade;
- * Movimentar as contas bancárias e preparar o balanço geral para a devida prestação de contas, a qual deverá ser realizada até o dia 15 (Quinze) do mês de janeiro do ano seguinte.

Artigo 14º - Ao Conselho Fiscal compete:

- * Acompanhar e fiscalizar os trabalhos da diretoria;
- * Verificar os documentos de receita e despesas da entidade;
- * Advertir sobre o zelo do patrimônio da entidade;
- * Emitir parecer à Assembléia Geral sobre a legitimidade ou não do balanço geral para fins de prestação de contas;
- * Fiscalizar todas as instâncias e o cumprimento do estatuto e R.I.

Artigo 15º - Compete aos suplentes:

* Substituir os titulares em seus impedimentos.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO E DAS FONTES DE RECURSOS

Artigo 16º - Os recursos financeiros para pagamentos de despesas e aquisição de bens patrimoniais desta associação provirão de:

- a) Mensalidades dos associados, estabelecidos em Assembléia Geral;
- b) Verbas de organismos assistenciais;
- c) Produção coletiva;
- d) Créditos concedidos pela associação;
- e) Contribuições e promoções diversas;
- f) Doações em geral.

Artigo 17º - Os recursos financeiros arrecadados serão depositados em um Banco e sua movimentação financeira efetuada através de cheques assinados pelo tesoureiro, presidente e o secretário da entidade.

Artigo 18º - A Diretoria prestará contas das atividades realizadas, até o dia 10 (dez) de cada mês, inclusive as financeiras, por ocasião das reuniões mensais.

Artigo 19º - Os sócios não responderão solidária, nem subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela associação ou sua diretoria, sem o devido consentimento da Assembléia Geral.

CAPÍTULO VI

DAS PENALIDADES

Artigo 20º - Os membros da Associação Comunitária dos Assentados (as) Unidos de Santa Bárbara, inclusive a diretoria estarão sujeitos às seguintes penalidades:

a) Advertência:

- * Por desrespeito às decisões da Assembléia Geral;
- * Por desacato à Diretoria sem motivo;
- * Quando usar o nome da entidade ou o cargo que ocupa em benefício próprio;
- * Por destruição ou roubo dos bens e do patrimônio da entidade.

b) Suspensão:

- * Quando reincidirem comprovadamente nas faltas acima citadas;

c) Exclusão:

* Quando reincidirem comprovadamente nas faltas acima citadas, após cumprir as penas de advertência e suspensão.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 21º - O conselho de coordenação e a diretoria organizará de forma estrutural e administrativa, esta Associação a fim de garantir o pleno cumprimento deste Estatuto e a conscientização dos objetivos e finalidades da entidade.

Artigo 22º - Qualquer membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal desta associação, que pretende disputar cargos nas eleições partidárias a nível Municipal, Estadual ou Federal, deverá para tanto, ser afastado do seu cargo na entidade até que ocorram as eleições respectivas e, no caso de ser o mesmo eleito será definitivamente afastado do cargo assumindo imediatamente o respectivo suplente.

Artigo 23º - As chapas que quiserem concorrer às eleições nesta Associação deverão ser registradas na secretaria da entidade, no prazo estabelecido no Edital de Convocação.

§ Único – Para se candidatar a qualquer cargo da Diretoria ou Conselho Fiscal desta entidade é necessário ser sócio da mesma há mais de 06 meses e estar em pleno gozo dos seus direitos sociais junto à mesma.

Artigo 24º - A Associação Comunitária dos Assentados (as) Unidos de Santa Bárbara, de que trata este estatuto, existirá por tempo indeterminado. Na hipótese de ser a mesma dissolvida, somente poderá sê-lo, por decisão da Assembléia Geral para esse fim especialmente convocada e, cuja decisão só terá validade, se dela tomarem parte, no mínimo, dois terços dos sócios em pleno gozo de seus direitos sociais e, os bens patrimoniais desta entidade, passarão a integrar o patrimônio de outra entidade congênere.

Artigo 25º - O presente estatuto que entrará em vigor na data de sua aprovação, só poderá ser alterado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral, para esse fim especialmente convocada e, cuja decisão só terá validade se, dela tomarem parte, no mínimo, dois terços dos sócios em pleno gozo de seus direitos sociais.

Artigo 26º - A Associação contribuirá com 2% dos créditos recebidos para SCA avançar na luta pela Reforma Agrária e 5% dos projetos recebidos a fundo perdido.

Artigo 27º - Os casos omissos neste estatuto, serão resolvidos pelo Conselho de Coordenação e Diretoria e pelo Conselho Fiscal, depois de ouvidos os associados em Assembléia Geral.

Nota: A seguir assinam o documento doze membros da Associação, cujos nomes e números de documentos constam no documento original.

Assentamento Unidos de Santa Bárbara Caucaia – Domingo, 26 de janeiro de 1997.

Seguem-se as assinaturas do Presidente, do Secretário e do Advogado. Selos de autenticação do Cartório Carlinda Paula – Caucaia – CE

Protocolo nº. 311, do livro A-1; Registro nº. 161, fls. 36v/37v do Livro do Registro Civil de Pessoas Jurídicas A-2. Caucaia, 06 de fevereiro de 1997.

Assinatura da Tabelioa e Oficiala

(Transcrição livre, com omissão dos dados pessoais dos assentados, de cópia reprográfica do estatuto da Associação dos Assentados em: FEITOSA, Maria das Dores Ayres. Participação: ainda uma trilha na Reforma Agrária – estudo de caso no Assentamento Santa Bárbara – dissertação do Curso de Mestrado em Educação Brasileira - Faculdade de Educação – Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2000.)

ANEXO 5 REGIMENTO INTERNO DO ASSENTAMENTO UNIDOS DE SANTA BÁRBARA – CAUCAIA – CE

PROPOSTA: REGIMENTO INTERNO

INTRODUÇÃO

O Assentamento Unidos de Santa Bárbara, localizado no Distrito de Sítios Novos, Município de Caucaia – CE, rege-se pelas seguintes normas internas:

CAPÍTULO I – DOS RECURSOS NATURAIS

Art. 1º - O nosso assentamento está composto por açudes: Luiz Girão, Erivan, Angico e Serrote Baixo.

Lagoas: Lagoa de Dentro, Papagaio, Umari

Possui grandes quantidades de plantas, solos e uma rica e variada quantidade de aves e animais silvestres. Esses recursos, são de uso e de propriedade coletiva, não podendo ser utilizados individualmente. Com exceção dos casos aprovados em Assembléia Geral pela maioria.

Art. 2º - Do total de terras do assentamento (3.816 ha.), vinte por cento (763,2 ha.) é área de reserva, sendo proibida a sua exploração.

Esta área está localizada nos serrotes: Bico Fino, Serrote Baixo e Serrote Preto.

Parágrafo 1º

Em caso de desobediência a coordenação comunicará o caso ao IBAMA que é o órgão responsável pela preservação.

Art. 3º - Não será permitida a lavagem de roupas, banho de pessoas e animais nos açudes em que a água é utilizada para beber. Nos casos de muita necessidade, a água deve ser retirada para distante do açude, no mínimo 30 metros.

Parágrafo 1º

Em caso de desobediência, a pessoa poderá ser penalizada com a prestação de 1 a 5 dias de serviços, conforme a gravidade do caso, decidido pela coordenação.

Art. 4º - Não será permitido a pesca no açude Luiz Girão, com rede ou tarrafa de malha abaixo de 10 cm.

Parágrafo 1º

Em caso de desobediência a pessoa perderá o equipamento.

Parágrafo 2º

Os equipamentos recolhidos, serão leiloados e os recursos serão aplicados na saúde.

Art. 5º - A pesca no açude do Erivan será programada após aprovação em Assembléia.

Art. 6º - Fica proibida a pesca e a caça por pessoas que não residem no assentamento, com exceção dos casos aprovados em assembléia.

Art. 7º - Todos os assentados, seus familiares e agregados devem zelar pelos nossos recursos naturais e comunicar à direção do assentamento qualquer irregularidade.

Art. 8º - A Coordenação do assentamento buscará formas de conscientizar os assentados sobre a preservação dos recursos naturais.

CAPÍTULO II – A ORGANIZAÇÃO DOS ASSENTADOS

Art. 9º - Para melhor conduzir e fazer crescer o nosso assentamento, nós nos organizaremos da seguinte forma:

1 – ASSEMBLÉIA GERAL

a) Será constituída por todos os assentados e seus familiares acima de 16 (dezesesseis) anos, em dias com suas obrigações no assentamento. Terá direito a votar, ser votado e assumir tarefas quem:

Tiver participado em duas das três últimas assembléias e em duas das três últimas reuniões da comissão, e não estiver penalizado.

b) É a instância máxima de poder do assentamento, onde são aprovadas as principais decisões, prevalecendo a vontade da maioria presente.

c) Reunirá-se quinzenalmente, às sextas-feiras, às dezesseis horas, em local anteriormente definido.

d) A presença será controlada por fichas específicas e o uso da carteira de sócio. Haverá uma tolerância de vinte (20) minutos de atraso.

e) Cada falta na Assembléia não justificada será penalizada com o pagamento de um dia de serviço no prazo de quinze dias. Passado esse prazo, será cobrado em dinheiro.

f) Os coordenadores ficam responsáveis por esses controles e encaminhamentos nas comissões.

2 – COORDENAÇÃO GERAL

a) Será constituído pelos coordenadores das comissões, pela Diretoria da Associação, por um membro do Conselho Fiscal da Cooperativa, um representante dos jovens, uma representante das mulheres.

b) Terá a função de:

- Executar as decisões da assembléia referente ao todo do assentamento;

- Analisar e organizar o planejamento das comissões e encaminhá-los a assembléia geral;
- Encaminhar os trabalhos coletivos;
- Avaliar as atividades realizadas;
- Encaminhar discussões das comissões;
- Administrar os recursos financeiros e o patrimônio do assentamento;
- Decidir sobre as questões disciplinares.

c) Os membros da coordenação, com exceção dos diretores e conselheiros, serão escolhidos pelos grupos ao qual pertencem e confirmados na última assembléia geral de cada ano. O mandato será de um ano, com direito a ser reeleito mais um mandato. Dependendo do desempenho o grupo pode também sugerir a sua substituição durante o mandato.

3 – COMISSÕES

a) Para facilitar a participação de todos nas discussões e melhorar o desempenho nas principais atividades do assentamento, as pessoas serão divididas em comissões.

b) Fará parte de cada comissão quantas pessoas forem necessárias para o seu bom funcionamento.

c) As comissões terão a função de:

- Discutir propostas e sugestões para o geral do assentamento;
- Socializar as informações de dentro e de fora do assentamento;
- Fazer o planejamento, a execução, o controle e a avaliação das atividades que a comissão é responsável;
- Prestar contas das atividades, bens e recursos financeiros à assembléia;
- Acompanhar as compras e as vendas relacionadas a comissões;
- Responsabilizar-se pelo patrimônio à sua disposição.

d) As comissões se reunirão quinzenalmente às segundas-feiras e devem ter a participação de homens, mulheres e jovens. A presença deve ser registrada.

4 – DIRETORIA LEGAL

a) É composta pelos membros eleitos em Assembléia Geral para representar as entidades jurídicas do assentamento que trabalharão em conjunto.

b) Tem como função:

- Representar legalmente o conjunto dos assentados perante os órgãos, entidades e pessoas que se relacionam com o assentamento;
- Assinar documentos, projetos e correspondências;
- Planejar as atividades administrativas;

- Gerenciar os recursos financeiros e contas bancárias, prestando contas à Coordenação Geral e à Assembléia Geral;
- Realizar compras e vendas, acompanhada das comissões envolvidas;
- Organizar Assembléias e reuniões na Coordenação.

c) Se reunir aos domingos para encaminhar as atividades.

5. CONSELHOS FISCAIS

a) É composto por pessoas eleitas em Assembléia Geral para fiscalizar as entidades jurídicas do assentamento.

b) Tem como função:

- Fiscalizar as entidades jurídicas do assentamento;
- Fiscalizar o cumprimento das decisões da Assembléia Geral;
- Fiscalizar o cumprimento do regimento interno;
- Fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros e o uso dos bens do assentamento;
- Conferir e apresentar parecer sobre as prestações de conta;
- Acompanhar compras e vendas acima de quinhentos reais (R\$ 500,00).

CAPÍTULO III – DA CONVIVÊNCIA DOS ASSENTADOS

Art. 10º - Na conquista da terra todos fomos importantes. Hoje, na vida do assentamento, somos mais importantes ainda, pois criamos uma organização e devemos valorizá-la.

Art. 11º - Nossos assentados devem:

- Ser companheiros e solidários;
- Participar das Assembléias e reuniões, analisando os problemas e ajudando a solucioná-los;
- Contribuir no crescimento de todo o assentamento;
- Cumprir as decisões da assembléia e seguir as normas do regimento interno;
- Se interessar pelo trabalho coletivo e não ser um "peso morto" para o assentamento;
- Assumir com responsabilidade as tarefas do assentamento.

Art. 12º - Reconhecemos a liberdade religiosa.

Art. 13º - Proibimos qualquer tipo de discriminação.

Art. 14º - Não poderá participar de reuniões ou assembléias, quem portar armas ou estiver embriagado, ficando cada coordenador responsável pelos membros de sua comissão.

Art. 15º - Fica proibida a venda de bebidas alcoólicas no assentamento. Os casos especiais poderão ser discutidos em assembléia para o assentamento vender.

Parágrafo único

Em caso de desobediência os responsáveis serão penalizados com o pagamento de 10 a 15 diárias. Persistindo será expulso do assentamento.

Art. 16º - Não será permitido bebedeiras e uso de som em alto volume após as 22 horas. Com exceção dos casos comunicados à assembléia com antecedência.

Parágrafo 1º

Em caso de desobediência, os envolvidos estarão sujeitos à penalidade de 1 a 10 diárias.

Parágrafo 2º

Em caso de bebedeiras que venham a causar danos físicos ou morais a alguma pessoa do assentamento, os responsáveis e o dono da casa onde aconteceu a bebedeira, deve ser punido com o pagamento de 10 a 15 diárias cada um.

Art. 17º - As visitas serão bem-vindas e o assentado que as receber fica responsável por elas.

Art. 18º - As pessoas que residem no assentamento como agregados são de responsabilidade do cadastrado que a indicou, devendo seguir as normas internas.

Parágrafo 1º

O agregado deverá assumir as despesas com a manutenção da casa onde mora. Quando o assentamento precisar, ele terá o prazo de 90 dias para desocupá-la.

Parágrafo 2º

Devem contribuir semanalmente com uma diária de serviço nas atividades do assentamento

Parágrafo 3º

O agregado terá direito a utilizar anualmente até 3 ha. de terra com culturas temporárias, mas não poderá fazer benfeitorias ou implantar culturas permanentes.

Art. 19º - As questões individuais, pessoais, deverão ser resolvidas de forma pacífica entre as pessoas envolvidas. Se não chegarem a um acordo, discutem na comissão e se necessário, encaminham para a coordenação.

CAPÍTULO IV – DO USO DA TERRA

Art. 20º - A utilização individual e coletiva para o roçado e a criação de animais fica a critério do planejamento agrícola do assentamento, que deverá ser feito até o mês de julho de cada ano.

Art. 21º - As culturas permanentes serão implantadas respeitando as áreas coletivas.

Art. 22º - No cultivo da terra as plantas como: sabiá, juazeiro, juazeiro e outras madeiras de lei, devem ser preservadas.

CAPÍTULO V – DA CRIAÇÃO DE ANIMAIS

Art. 23º - Baseado na capacidade de suporte forrageiro, cada cadastrado poderá criar individualmente as seguintes quantidades de animais:

- a) gado bovino – 10 reses com descarte das crias em 3 anos;
- b) animais de trabalho (jumento, burro, cavalo) – 3 animais;
- c) caprino/ovino – 15 cabeças com um ano para descarte.

Parágrafo 1º

Em caso de desobediência, a pessoa deverá pagar o aluguel do pasto para os animais excedentes, desde que não ultrapasse o limite do assentamento.

Parágrafo 2º

Fica a comissão de pecuária responsável pelo controle e cumprimento destas normas.

Art. 24º - Não será permitido a criação de porcos soltos.

Art. 25º - Caso aconteçam estragos causados por animais soltos, os donos terão de pagar os prejuízos, de acordo com a avaliação da coordenação. Se os animais continuarem soltos o dono perderá o direito de criá-los.

CAPÍTULO VI – DO APOIO À REFORMA AGRÁRIA

Art. 26º - Reconhecemos o movimento dos trabalhadores rurais sem terra- MST como a organização que está fazendo o possível para conquistar a Reforma Agrária e melhorar as condições de vida no campo. Por isso nos comprometemos a contribuir e participar nas lutas e manifestações dos trabalhadores.

Art. 27º - Todos os assentados devem participar das manifestações e contribuir com aqueles que participam, através de prestações de serviço.

Art. 28º - O assentamento irá liberar militantes para o trabalho político. As condições e a avaliação do liberado serão discutidas em Assembléia Geral, todos os anos no mês de novembro.

CAPÍTULO VII – DO TRABALHO COLETIVO

Art. 29º - O desenvolvimento de nosso assentamento depende de nossa organização e do trabalho coletivo. Por isso trabalharemos nas mais importantes atividades de forma coletiva.

Art. 30º - O trabalho coletivo será planejado da seguinte forma:

- a) As comissões elaboram uma proposta de planejamento das atividades, de acordo com as definições do assentamento;
- b) A Coordenação Geral analisa todas as propostas e encaminha para discutir nas comissões;

c) Após essas discussões, o planejamento segue junto com as propostas de complemento e substituições, para ser aprovado pela Assembléia Geral;

d) Depois de aprovado, as comissões executam o planejamento com o acompanhamento da Coordenação Geral e fazendo avaliações permanentes.

Art. 31º - Cada cadastrado trabalhará, em média, dois dias coletivo por semana, podendo ser modificado de acordo com o planejamento das comissões e as necessidades do assentamento.

Art. 32º - O horário de trabalho por dia será de sete horas, ficando a cargo das comissões, introduzir o apontamento por tarefas, procurando melhorar a produtividade e a qualidade dos serviços.

Parágrafo 1º

O assentado que não cumprir esse horário ou tarefa, não terá seu dia apontado.

Parágrafo 2º

Quem faltar ao trabalho sem justificativa (?)

Art. 33º - O controle do trabalho será feito por cada atividade, através do responsável de cada comissão e prestando contas à Assembléia Geral.

CAPÍTULO VIII – DOS CASOS DE DESISTÊNCIA E EXCLUSÃO

Art. 34º - Quando o cadastrado for excluído ou desistir do assentamento, a Diretoria e o Conselho Fiscal terão um prazo de oito dias, a partir da data da comunicação do afastamento, para fazer um levantamento das benfeitorias individuais e das contas a pagar que o desistente ou excluído deve ao assentamento, ou referente a dívidas avalizadas pelo assentamento.

Art. 35º - Após a apuração do resultado, a diretoria e o desistente ou excluído negociam as condições de pagamento.

CAPÍTULO IX – DAS PENALIDADES

Art. 36º - Quem não cumprir as normas estabelecidas neste regimento estará sujeito a três tipos de penalidades:

1) Advertência – Será chamado atenção individualmente, na Comissão, se necessário, na Coordenação Geral e Assembléia Geral, quem:

- a) Desrespeitar as normas do assentamento;
- b) Faltar nas reuniões da comissão, sem justificativas;
- c) Faltar nas assembleias sem justificativas;
- d) Faltar o trabalho coletivo, sem justificativas (Nesse caso terá um prazo de 15 dias para repor as diárias);

- e) Por não cumprimento das tarefas assumidas;
 - f) Desrespeito ou má utilização do patrimônio coletivo;
 - g) Desrespeito às famílias e pessoas do assentamento;
 - h) Fofocas, bate-boca e acusações sem fundamento;
 - i) Agressões às árvores e aos pássaros, como por exemplo: comercialização de pássaro, retirada de cascas de plantas/queimadas de pastagem, corte de madeira para a venda e comercialização de carvão com madeira que não seja roçado.
- 2) Suspensão – Será afastado das atividades do assentamento por determinado tempo, de acordo com a gravidade da ocorrência, e perderá o total direito aos benefícios e a tudo que entrar no assentamento nesse período quem:
- a) Voltar a cometer erros pelos quais já foi advertido;
 - b) Faltar em Assembléia Geral três vezes, sem justificativa, no período de três meses;
 - c) Faltar no trabalho coletivo três vezes, sem justificativa, num período de um mês.
- 3) Exclusão – Será excluído definitivamente do assentamento o assentado que:
- a) Após cumprir duas suspensões, voltar a cometer um erro sujeito a penalidade;
 - b) Roubar qualquer bem da comunidade;
 - c) Ameaçar de morte;
 - d) Desacato à autoridade;
 - e) Outros erros graves, que a Assembléia Geral decidir.

Art. 37º - Quem for chamado a cumprir uma penalidade e não obedecer, será submetido a uma penalidade maior.

Art. 38º - Fica a cargo da Diretoria e Conselho Fiscal encaminhar a aplicação das penalidades estabelecidas nesse regimento, com exceção das penalidades de exclusão, que precisam de uma aprovação da Assembléia geral.

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39º - Somente a Assembléia Geral terá poderes para modificar as normas estabelecidas nesse regimento interno.

Art. 40º - Os casos omissos ao regimento serão submetidos à Coordenação Geral e à Assembléia Geral.

Art. 41º - Essas normas entram em vigor 15 dias a partir de suas datas de aprovação em Assembléia Geral, convocada para esse fim.

(Transcrição livre do Regimento Interno da Associação dos Assentados do Assentamento Unidos de Santa Bárbara publicada em: FEITOSA, Maria das Dores Ayres. Participação: ainda uma trilha na Reforma Agrária – estudo de caso no Assentamento Santa Bárbara – dissertação do Curso de Mestrado em Educação Brasileira - Faculdade de Educação – Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2000.)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)